



Projeto do Mestrado Profissional em Rede de Educação Inclusiva – PROFEI

Florianópolis – SC

2022

UDESC

Reitor | Dilmar Baretta

Vice-Reitor | Luiz Antonio Ferreira Coelho

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação | Letícia Sequinatto

Pró-Reitor de Ensino de Graduação | Sandra Makowiechy

Pró-Reitor de Extensão, Cultura e Comunidade | Mayco Morais Nunes

Pró-Reitor de Administração | Marilha dos Santos

Pró-Reitor de Planejamento | Alex Onacli Moreira Fabrin

Centro de Educação a Distância - CEAD/UDESC

Diretora Geral | Vera Márcia Marques Santos

Diretora de Pesquisa e Pós-Graduação | Karim Hahn Lüchmann

Diretora de Ensino de Graduação | Tânia Regina da Rocha Unglaub

Diretora de Extensão | Cléia Demétrio Pereira

Diretora de Administração | Gabriela Amarilho

Secretária de Ensino de Pós-Graduação | Isadora da Silveira

Departamento de Pedagogia a Distância | Carmen Maria Cipriani Pandini

Coordenação Nacional do PROFEI

**Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho/Presidente Prudente”
(UNESP/PP)**

Revisão e adequações

Prof.^a Dr.^a Cléia Demétrio Pereira

Prof.^a Dr.^a Gabriela Maria Dutra de Carvalho

Prof.^a Dr.^a Vera Márcia Marques Santos

Técnica Universitária Isadora da Silveira

SUMÁRIO

1 DESIGNAÇÃO DO PROGRAMA	5
1.1 Histórico das instituições participantes	7
1.1.1 UNESP/PP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente/SP	7
1.1.2 UDESC - Universidade do Estado de Santa Catarina.....	8
1.1.3 UNIFESSPA - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará	10
1.1.4 UEMA - Universidade Estadual do Maranhão	10
1.1.5 UNEMAT - Universidade do Estado de Mato Grosso	10
1.1.6 UNESPAR - Universidade Estadual do Paraná.....	11
1.1.7 UEPG - Universidade Estadual de Ponta Grossa	11
1.1.8 UEM - Universidade Estadual de Maringá	11
1.1.9. UFMT - Universidade Federal de Mato Grosso	12
1.1.10. UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo	12
1.1.11 UFRR – Universidade Federal de Roraima.....	13
1.1.12. UPE – Universidade de Pernambuco.....	14
1.1.13. UEPB – Universidade Estadual da Paraíba	15
1.1.14. UNIFAP – Universidade Federal do Amapá.....	15
1.1.15. UAb/Universidade Aberta De Portugal	16
1.2 Dirigentes integrantes do Conselho Superior	17
1.3 Histórico do curso.....	17
1.4 O Programa de Pós-Graduação em Educação Inclusiva	20
1.5 Início do Programa.....	23
2 OBJETIVOS	24
2.1 Geral	24
2.2 Específicos	24
3 ÁREA DE CONCENTRAÇÃO	25
4 LINHAS DE PESQUISA.....	26
4.1 Detalhamento das Linhas de Pesquisa	26
4.1.1 Linha de Pesquisa em Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva	26
4.1.2 Linha de Pesquisa em Inovação Tecnológica e Tecnologia Assistiva.....	26
4.1.3 Linha de Pesquisa em Práticas e Processos Formativos de Educadores para Educação Inclusiva.....	26
5 PERFIL DO EGRESSO.....	28

6 ESTRUTURA CURRICULAR	29
6.1 Número de Créditos	29
6.2 Disciplinas	29
6.3 Disciplinas/Carga Horária/Créditos	29
6.4 Ementas e Bibliografia das Disciplinas Obrigatórias	31
6.5 Ementas e Bibliografia das Disciplinas Eletivas	35
6.6 Política de avaliação e acompanhamento	76
7 CORPO DOCENTE	78
7.1 Dados do Corpo Docente participante do Programa – Lotados na UDESC	78
7.2 Dados do Corpo Docente participante do Programa – outras instituições	78
7.3 Relação dos professores participantes – <i>Currículo Lattes</i>	80
7.4 Relação de Professor(es) - Disciplinas Obrigatórias	82
7.5 Relação de Professor(es) - Disciplinas Eletivas	82
8 INFRAESTRUTURA ADMINISTRATIVA.....	86
8.1 UNESP - Instituição proponente	86
8.2 UDESC - Instituição associada	88
9 VAGAS.....	102
9.1 Ingresso	102
9.2 Público Alvo.....	102
10 INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR	103
10.1 Integralização dos Créditos.....	103
10.2 Exame de Qualificação do Projeto de Mestrado	103
10.3 Defesa da Dissertação/Produto Educacional	103
10.4 Duração do Mestrado Profissional em Educação Inclusiva – PROFEI.....	104
11 PROJETOS DE PESQUISA	105
11.1 Pesquisa no âmbito da UDESC.....	105
11.2 Pesquisa no âmbito da Rede Nacional do PROFEI.....	114
12 FINANCIAMENTOS	164

1 DESIGNAÇÃO DO PROGRAMA

Nome do Programa: **Programa de Mestrado Profissional em Educação Inclusiva (PROFEI)**

Modalidade (Acadêmico ou Profissional): **Profissional**

Nível: **Mestrado Profissional**

Área de Avaliação: **Educação**

O programa envolve a **participação de instituições associadas**, sob a coordenação da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus de Presidente Prudente e com o apoio da Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais (ABRUEM) e da Universidade Aberta do Brasil (UAB) que, com sua experiência em gestão de cursos em EaD, possibilitará o intercâmbio entre as diversas instituições parceiras.

O Núcleo de Educação a Distância da UNESP participa da proposta de maneira a viabilizar o estabelecimento da rede entre as instituições associadas, por meio de sua expertise na área da EaD e de seus recursos humanos e infraestrutura tecnológica.

As instituições participantes como polo da rede são:

REGIÃO: NORTE

Instituição: UNIFESSPA / Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

Instituição: UFRR / Universidade Federal de Roraima

Instituição: UNIFAP / Universidade Federal do Amapá

REGIÃO: NORDESTE

Instituição: UEMA / Universidade Estadual do Maranhão

Instituição: UEPB / Universidade Estadual da Paraíba

Instituição: UPE / Universidade de Pernambuco

REGIÃO: CENTRO-OESTE

Instituição: UNEMAT / Universidade Do Estado De Mato Grosso

Instituição: UFMT / Universidade Federal Do Mato Grosso

REGIÃO: SUDESTE

Instituição: UNESP / Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

(Presidente Prudente)

Instituição: UNIFESP / Universidade Federal de São Paulo

REGIÃO: SUL

Instituição: UEM / Universidade Estadual de Maringá

Instituição: UEPG / Universidade Estadual de Ponta Grossa

Instituição: UDESC / Universidade do Estado de Santa Catarina

Instituição: UNESPAR / Universidade Estadual do Paraná

PORTUGAL

Instituição: UAB / Universidade Aberta de Portugal

1.1 Histórico das instituições participantes

1.1.1 UNESP/PP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Presidente Prudente/SP

A UNESP, instituição **sede da proposta**, tem se destacado nos últimos anos como uma das maiores e mais importantes universidades públicas do Brasil, com atuação destacada no ensino, na pesquisa e na extensão universitária. Oferece 179 opções em 69 cursos de graduação que reúnem um total 36 mil alunos e 118 programas de pós-graduação que somam mais de 11 mil alunos.

Atualmente, a UNESP é uma das universidades que mais forma doutores no Brasil. A pesquisa, o ensino e a extensão universitária, além de constituir parte da visão da UNESP, são prioridades da Universidade que são desenvolvidas de forma articulada à realidade regional e nacional. Dentre os programas do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) vinculados à Pós- Graduação, à pesquisa e a extensão universitária, destacam-se: a) apoio financeiro para projetos de pesquisa (Jovem Pesquisador, Primeiros Projetos, RENOVE); b) apoio financeiro para participação em eventos nacionais e internacionais; c) apoio financeiro e institucional para realização de pós- doutorado no exterior; d) apoio financeiro para publicação de livros e materiais didáticos; e) apoio financeiro para organização de eventos e revistas científicas; f) incentivo à capacitação do corpo técnico de apoio à pesquisa; g) apoio à pesquisa de fronteira; h) diferentes modalidades de bolsas e auxílios possibilitando melhor desempenho nas atividades acadêmicas e, conseqüentemente, melhor qualificação profissional; i) apoio às Atividades Artísticas e Culturais; j) Programa de Cooperação Científica e Tecnológica; k) Programa Educação Aberta, Continuada e a Distância; entre outros.

No âmbito da Educação Especial e Inclusiva, a UNESP conta com corpo docente especializado nas áreas, que atuam nas esferas de graduação e pós-graduação lato sensu e stricto sensu. As mais recentes experiências nesse sentido foram 1) formação de equipe multidisciplinar, que atuou no Programa Rede São Paulo de Formação Docente (Redefor), em parceria com a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, na formação de 1.600 (um mil e seiscentos) professores da educação básica pública, em nível de especialização em Educação Especial e em Educação Inclusiva, e 2) formação de equipe multidisciplinar que atuou na Especialização em Educação Especial com Ênfase em Altas Habilidades/Superdotação e em Deficiência Auditiva/Surdez, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação da São Paulo que formou 360 (trezentos e sessenta) professores.

Ao longo dos anos, desde sua fundação, a UNESP vem ampliando a oferta de vagas no ensino público paulista por meio da criação de cursos novos, desdobramento de turmas, principalmente no período noturno, e incorporação de outras instituições de ensino superior, demonstrando sua real e efetiva função social. Esse perfil institucional tem possibilitado à UNESP estabelecer relações de reciprocidade com os governos estadual e municipais, oferecendo a esses, conhecimentos e técnicas sistematizados favorecendo assim a geração de informações e demandas que realimentam o ensino e a pesquisa, consolidando o cumprimento de sua missão de oferecer ensino público de qualidade nos vários

pontos do Estado de São Paulo. Evidentemente que a UNESP, caracterizada sobretudo, por sua estrutura na forma de rede, reúne condições ótimas para a consolidação de um programa de pós-graduação podendo atender a um contingente de profissionais de formação diversificada, de diferentes regiões.

Essas considerações revelam a notoriedade da inserção regional que este programa atingirá bem como a importância considerável deste para o desenvolvimento regional, estadual e nacional. No âmbito do estado de São Paulo, visando atender a demanda das escolas públicas estaduais, após levantamento feito pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, foram iniciados em fevereiro de 2014 sete cursos de especialização em Educação Especial e Inclusiva. Foram oferecidas 1.600 vagas.

A grande necessidade de formação nessa área foi explicitada pelo número de pré-inscrições para esses cursos: 5.300 pré-inscritos e aproximadamente 17.000 demonstraram interesse na área, de acordo com um levantamento realizado em 2010. Assim, observa-se que, mesmo com o número de vagas oferecido, a demanda ainda não é atendida. Considerando o âmbito nacional, a demanda é ainda maior, visto que, conforme documentos e censos oficiais, a matrícula desses estudantes nas escolas regulares tem aumentado significativamente a cada ano, em consonância com o que é estabelecido nas políticas públicas. Tal preocupação demonstra que a proposição de um Mestrado Profissional em rede em Educação Inclusiva visa preencher um campo do conhecimento ainda não atendido de forma satisfatória pelos cursos oferecidos no país e criar um ambiente voltado para a formação de professores que podem contribuir para a construção de uma cultura inclusiva.

A estrutura multicampi da UNESP, com presença em todas as regiões do estado de São Paulo, conta com 34 unidades espalhadas em 24 cidades, sendo 32 unidades no interior paulista, o que torna a UNESP a principal instituição pública de ensino e pesquisa do interior do estado de São Paulo e do Brasil em número de cursos de graduação e de pós-graduação. Considerando que a educação numa perspectiva inclusiva é uma luta nacional respaldada por políticas públicas, a demanda por formação dos professores nessa área é crescente e urgente em todas as regiões do país, não somente no estado de São Paulo, considerando-se que os estudantes público-alvo da Educação Especial estão inseridos no ensino regular e os profissionais que os atendem necessitam de formação adequada para promover um ensino de qualidade para todos, indistintamente.

Assim, a proposta em rede, junto de **instituições associadas** espalhadas pelo Brasil, na modalidade semipresencial, atenderia satisfatoriamente a demanda de um público com pouca disponibilidade de tempo e geograficamente distante, favorecendo que esses profissionais possam qualificar-se academicamente.

1.1.2 UDESC - Universidade do Estado de Santa Catarina

A Udesc tem por missão produzir, sistematizar, socializar e aplicar o conhecimento nos diversos campos do saber por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, indissociavelmente articulados, de modo a contribuir para uma sociedade mais justa e democrática em prol da qualidade de vida e do desenvolvimento sustentável do Estado de Santa Catarina e do País. É uma universidade pública

inovadora, de referência nacional e de abrangência estadual, e com ação acadêmica marcada pelo comprometimento e pela responsabilidade social. Como universidade pública e de ensino gratuito em busca de excelência, é aberta a diferentes correntes de pensamento e orienta-se pelos princípios de liberdade de expressão, democracia, moralidade, ética, transparência, respeito à dignidade da pessoa e seus direitos fundamentais.

A Udesc possui inserção multicampi pelo território catarinense. Oferece 58 cursos de graduação, 15 doutorados e 36 mestrados. Portanto, é visível o comprometimento institucional, por meio de uma política concreta de condução do desenvolvimento da pós-graduação, que apoia e garante a implantação, a manutenção e o aprimoramento continuado dos cursos de mestrado e doutorado, por meio da implementação de alguns programas de excelência.

O **CEAD (Centro de Educação a Distância)** iniciou a oferta de cursos de pós-graduação em 2002 com o curso de Especialização em Gestão Escolar em Santa Catarina, em parceria com a Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina, destinado a portadores de título de graduação, vinculados às 26 Secretarias Regionais do Estado, certificando, em 2003, 3.680 discentes.

A proposta de uma educação inclusiva e, conseqüentemente, a preocupação com a acessibilidade sempre foi uma constante no Centro de Educação a Distância – CEAD/UDESC.

Em 2002, o CEAD em parceria com órgãos de representação das pessoas surdas e com deficiência visual, abriu vagas para esses estudantes no Curso de Pedagogia na modalidade a distância. Para tanto, o CEAD fez adequações curriculares e elaborou materiais multimídias a fim de responder às necessidades educativas desses acadêmicos e oportunizar maior qualidade no processo de ensino e aprendizagem.

A equipe multidisciplinar desenvolveu cadernos pedagógicos e provas em Braille (ampliados e gravados), vídeos pedagógicos em LIBRAS, filmes narrados, bem como recursos de Tecnologia Assistiva (como leitor e ampliador de tela, entre outros).

Inicialmente utilizou-se o ambiente virtual de aprendizagem da própria UDESC como ferramenta no processo ensino-aprendizagem para o desenvolvimento das tarefas a distância. Atualmente, utiliza-se o ambiente virtual de aprendizagem Moodle (AVA Moodle).

Em 2009 teve início o curso de Especialização em Fundamentos Curriculares da Educação Inclusiva, autorizado pela Resolução nº 33/2008 – CONSUNI/UDESC. O curso teve as atividades concluídas no ano de 2011. Atualmente está em andamento o curso de Especialização em Educação Inclusiva criado pela Resolução Nº 026/2017 – CONSUNI, com 50 alunos e previsão de conclusão no semestre 2019/2. Este novo curso visa promover a formação continuada de profissionais da educação numa perspectiva de Educação Inclusiva, buscando atender a demanda do contexto da escola. O curso tem como referência uma área de conhecimento educacional mais ampla, mas também, de competências científicas e técnicas específicas, proporcionando a instrumentalização dos profissionais para atuar no processo de ensino e de aprendizagem, que possibilitem o acolhimento das distintas manifestações das variações humanas.

1.1.3 UNIFESSPA - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

Com sede e foro no município de Marabá (PA) e natureza jurídica de autarquia, vinculada ao Ministério da Educação (MEC), foi criada no dia 6 de junho de 2013, com a vigência da Lei Federal n.º 12.824, de 5 de junho de 2013, a partir da estrutura da Universidade Federal do Pará (UFPA), tendo como base o desmembramento do Campus de Marabá da UFPA, o qual já contava com maturidade acadêmica para recepcionar a nova instituição de ensino superior.

Na concepção inicial, a UNIFESSPA já nasceu como universidade multicampi, sendo constituída pelo Campus de Marabá (sede) e os Campi de Rondon do Pará, Santana do Araguaia, São Félix do Xingu e Xinguara. Entretanto, a área de abrangência da UNIFESSPA vai além dos municípios citados, envolvendo os 39 municípios da mesorregião do Sudeste paraense, além de potencial impacto no Norte do Tocantins, Sul do Maranhão e Norte do Mato Grosso.

O objetivo da criação da UNIFESSPA é possibilitar aos estudantes da região acesso à educação superior pública de qualidade, sem imperativo deslocamento para grandes centros, ensejando a fixação de profissionais qualificados, em cumprimento à função social das universidades públicas, especialmente na Amazônia.

1.1.4 UEMA - Universidade Estadual do Maranhão

São objetivos da UEMA, conforme seu Estatuto, aprovado pelo Decreto No 15.581 de 30 de maio de 1.997, promover o ensino de graduação e pós-graduação, a extensão universitária e a pesquisa, a difusão do conhecimento, a produção de saber e de novas tecnologias interagindo com a comunidade, com vistas ao desenvolvimento social, econômico e político do Maranhão.

A atuação da UEMA na área de educação superior está distribuída em três níveis: Graduação, Cursos Regulares de Graduação Bacharelado e Licenciatura Programas Especiais – Cursos de Licenciatura ministrados pelo Programa Darcy Ribeiro, na modalidade presencial e regular. Cursos de Licenciatura ministrados pelo Núcleo de Tecnologias para a Educação – UEMANET, na modalidade ensino à distância. Curso de Formação Pedagógica de Docentes para as disciplinas de Ensino Médio e Educação Profissional em nível técnico. Sequenciais de Formação Específica – Presenciais Pós-Graduação Stricto Sensu, Lato Sensu.

1.1.5 UNEMAT - Universidade do Estado de Mato Grosso

Hoje, a UNEMAT possui 13 campi, 17 núcleos pedagógicos e 24 polos educacionais de Ensino a Distância. Cerca de 22 mil acadêmicos são atendidos em 60 cursos presenciais e em outros 129 cursos ofertados em modalidades diferenciadas. Atualmente, a instituição conta com quatro doutorados institucionais, quatro doutorados interinstitucionais (Dinter), três doutorados em rede, 11 mestrados institucionais, um mestrado interinstitucional (Minter) e cinco mestrados profissionais.

A UNEMAT desenvolve ações pioneiras para atender às demandas específicas do Estado. Por meio da Diretoria de Educação Indígena, a UNEMAT passou a ofertar, a partir de 2001, cursos de licenciaturas específicos e diferenciados para mais de 30 etnias. Os cursos são oferecidos no campus de Barra do Bugres.

O programa Parceladas da UNEMAT foi criado em 1992 como uma modalidade diferenciada de ensino, com objetivo de atender às demandas de formação de professores em diferentes regiões de Mato Grosso. O modelo de formação presencial oferecido em regime parcelado ou em regime contínuo serviu de exemplo para outras universidades brasileiras.

O ensino a distância passou a ser ofertado pela UNEMAT em 1999, com objetivo inicial de formar professores da rede pública nos cursos de Pedagogia e Educação Infantil. A partir de 2008, a instituição integrou o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), passando a ofertar cursos que beneficiam toda a comunidade. Em 2010, a UNEMAT passou a oferecer por meio da UAB também cursos de bacharelados e atualmente também oferta cursos de especialização lato sensu em diferentes áreas.

1.1.6 UNESPAR - Universidade Estadual do Paraná

Abrange uma área de 150 municípios, alcançando 4,5 milhões de pessoas. O quadro de servidores é composto por 1.077 pessoas que atendem mais de 12 mil alunos em cursos de graduação e pós-graduação. Oferece 67 cursos de graduação, bacharelados e licenciaturas, distribuídos em seus sete campi e em 15 centros de áreas. Possui três programas próprios de pós-graduação stricto sensu (Mestrado) aprovados pela Capes. Oferece ainda 19 cursos de especialização em diversas áreas do conhecimento.

1.1.7 UEPG - Universidade Estadual de Ponta Grossa

Tem mais de cinquenta anos de história no Estado do Paraná, uma vez que resultou da incorporação de antigas faculdades já existentes em Ponta Grossa. Possui corpo docente altamente qualificado, com 88% de seus professores titulados nos níveis de mestrado e doutorado. Detém uma longa e rica tradição de ensino, pesquisa e extensão em diversos cursos e particularmente nas licenciaturas. Acumula também significativa experiência em educação a distância, iniciada no ano de 2000 – sendo credenciada pelo MEC, conforme Portaria nº 652, de 16 de março de 2004 – para ministrar cursos de graduação, sequenciais, extensão e pós-graduação (lato sensu) na modalidade a distância (EaD).

1.1.8 UEM - Universidade Estadual de Maringá

A Universidade Estadual de Maringá está localizada no Noroeste do Paraná, região com mais de dois milhões de habitantes. Está organizada nos campi de Maringá, Umuarama, Cianorte, Goioerê, Diamante do Norte e Cidade Gaúcha, além

da Fazenda Experimental de Iguatemi, da Base Avançada de Pesquisa em Porto Rico e do Centro de Pesquisa em Piscicultura em Floriano. Foi criada em 1970 e obteve seu reconhecimento em 1976. No final da década de 80, foram implantados os dois primeiros cursos de mestrado.

Atualmente, oferece 52 cursos de graduação, 93 de especialização, 28 de mestrado e 12 de doutorado. É a primeira entre as universidades do Paraná, pela avaliação do MEC e está entre as 20 instituições com maior produção científica e tecnológica do País, com aproximadamente 700 projetos em andamento, 1.100 pesquisadores e 318 grupos cadastrados no CNPq. Com 93% dos docentes trabalhando em tempo integral e dedicação exclusiva, se desponta na graduação, na pós-graduação e nas parcerias com prefeituras, empresas dos setores público e privado.

1.1.9. UFMT - Universidade Federal de Mato Grosso

Universidade criada em 10 de dezembro de 1970, localiza-se na região central do Brasil, em Cuiabá no Mato Grosso, que possui uma população de mais de 600 mil habitantes. Sua localização geográfica se encontra entre as três bacias hidrográficas da região - a do Araguaia-Tocantins, a do Prata e a do Amazonas. Está organizada no campus universitário de Cuiabá, Rondonópolis, Araguaia Unidade I, Araguaia Unidade II, Sinop e Várzea Grande, que está em fase de implantação. Além destes, possui apoio do Hospital Universitário Júlio Müller, em Cuiabá.

A UFMT colocou como eixos de suas políticas acadêmicas a preservação da memória regional, a educação, a saúde pública, a questão do meio ambiente, a ciência e a tecnologia. Assim, ao buscar fortalecer a pesquisa científica em todas as áreas do conhecimento, tem em vista a qualidade socioambiental, a ciência e a tecnologia, com atenção ao regional sem perder de vista o universal.

Os cursos oferecidos pela UFMT são: Graduação nas modalidades presencial e a distância; Pós-graduação nos níveis *Stricto sensu* (mestrado e doutorado) presencial e *Lato sensu* (especialização e MBA) presencial e a distância.

1.1.10. UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo

Tradicionalmente reconhecida como instituição especializada nas ciências da saúde, a Unifesp é responsável pela formação de recursos humanos qualificados e pelo desenvolvimento da pesquisa científica em saúde. Seu núcleo de origem é a Escola Paulista de Medicina, cuja fundação remonta a 1933 e que se sustentou por meio de recursos privados e subsídios governamentais até a federalização em 1956. Com a promulgação da lei n.º 8.957, em 1994, a EPM transformou-se em universidade federal, mantendo os cursos ministrados nas áreas de Medicina, Enfermagem, Ciências Biológicas (modalidade médica), Fonoaudiologia e Tecnologia Oftálmica – que hoje integra as Tecnologias em Saúde.

O vigoroso crescimento experimentado pela instituição ao longo de décadas refletiu-se tanto na ocupação de mais de uma centena de imóveis no entorno de sua sede, na Vila Clementino (SP), nos quais foram instalados centros de ensino,

institutos de pesquisa e ambulatorios, quanto na construção de prédios próprios como os Edifícios de Pesquisa I e II, o Instituto Nacional de Farmacologia e o Hemocentro Regional. O Hospital São Paulo – reconhecido como o maior hospital universitário do país e referência em procedimentos de alta complexidade – provê aos estudantes de graduação e pós-graduação o exercício da prática clínica e, simultaneamente, presta à população menos favorecida serviços assistenciais custeados pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

A partir de 2005, com o apoio das prefeituras locais e os recursos provenientes do programa de expansão do governo federal, a Unifesp implantou novas unidades em municípios próximos a São Paulo. Os novos campi – denominados Baixada Santista, Diadema, Guarulhos, São José dos Campos e Osasco – assumiram a responsabilidade pela organização de áreas do conhecimento que incluem, entre outras, as ciências exatas, humanas, ambientais e sociais aplicadas. No Campus São Paulo estão localizadas a Escola Paulista de Medicina e a Escola Paulista de Enfermagem, que representam o núcleo histórico da instituição.

Segundo o credenciamento feito em 2017 pelo MEC, a instituição apresenta-se com o Conceito Institucional – 2017 e o Conceito Institucional EaD – 2013 nota 5.

1.1.11 UFRR – Universidade Federal de Roraima

Implantada em 1989, quatro anos após ter sido autorizada pela Lei nº 7.364/85, a UFRR é a primeira instituição federal de ensino Superior a instalar-se em Roraima. A instituição oferta 48 cursos superiores, sendo 26 bacharelados, 20 licenciaturas e 1 tecnológico, com atividades desenvolvidas em três campi: Paricarana, Cauamé e Murupu. Atualmente, são mais de nove mil alunos nos cursos de ensino básico, técnico, graduação e pós-graduação.

O corpo de funcionários é formado por 600 professores e 360 técnicos administrativos. Do total dos docentes, aproximadamente 80% possuem mestrado e doutorado, sendo 35% doutores e 45% mestres.

Na pós-graduação, oferta 13 mestrados. Oferta ainda os seguintes doutorados: Agronomia (POSAGRO), Educação em Ciências e Matemática (PPGECM), Biodiversidade e Biotecnologia da Rede Bionorte (PPG-BIONORTE) e Recursos Naturais (PRONAT).

Nos 30 anos de existência da UFRR, mais de seis mil alunos foram formados nos cursos de graduação, especialização, mestrado e doutorado.

Por meio de programas de intercâmbio, a UFRR desenvolve, em parceria com o Governo Federal, ações constantes relacionadas à internacionalização do ensino, recebendo alunos de outros países e continentes e enviando seus acadêmicos para estudar fora do País. Tem atualmente núcleos e unidades de pesquisa em várias áreas de atuação. Conta ainda com o Instituto Insikiran de Formação Indígena, responsável por um dos projetos mais inovadores do País: a formação intercultural para professores indígenas. Para promover ações afirmativas e discussões sobre inclusão, foi criado o Núcleo Construir de Acessibilidade.

A UFRR oferece ainda programas de assistência estudantil. Os alunos podem

se inscrever para bolsas nas áreas de ensino (Monitoria, Mobilidade Acadêmica e Educação Tutorial - PET), pesquisa (PIBIC, PIBIC Jr., PICI) e extensão (Conexões de Saberes, trabalho, alimentação, transporte urbano). Outras importantes iniciativas são o auxílio moradia, Restaurante Universitário e a Residência Universitária.

A Instituição também ganha espaço com a publicação científica de seus professores. São realizadas publicações em jornais e revistas especializados, tanto nacionais quanto internacionais, além de revistas próprias, com financiamento da UFRR. Outro destaque é a Editora (EdUFRR), que, de 2012 a junho de 2015, já publicou 119 obras de autores locais, comercializadas na Livraria da UFRR. Vale ressaltar a estrutura das três bibliotecas (Paricarana, Cauamé e Murupu), que somam mais de 102.255 mil exemplares, entre livros, periódicos, trabalhos de pós-graduação, dentre outros materiais; além da biblioteca virtual com 30 bases de dados nacionais e estrangeiros.

1.1.12. UPE – Universidade de Pernambuco

A Universidade de Pernambuco (UPE) teve sua origem na Fundação de Ensino Superior da Pernambuco – FESP, mantenedora, desde 1965, de um grupo de Unidades de Ensino Superior pré-existent no Estado. Extinta a FESP, em 1990, foi criada em seu lugar, pela Lei Estadual nº 10.518, de 29 de novembro de 1990, a Fundação Universidade de Pernambuco, instituição de direito público que viria a ser mantenedora da nova Universidade de Pernambuco, reconhecida pela Portaria Ministerial nº 964, de 12 de junho de 1991.

Vinculada à Secretaria de Ciência, Tecnologia do Estado de Pernambuco (SECTEC), a UPE constitui patrimônio da sociedade deste Estado. Sua missão é contribuir para o desenvolvimento sustentável de Pernambuco através do ensino, da pesquisa e da extensão universitária.

A UPE é uma instituição pública de ensino superior presente em todas as regiões do Estado. Em seu complexo multicampi, formado por 15 unidades de ensino e três grandes hospitais, distribuídos no Recife e Região Metropolitana, em Nazaré da Mata, Caruaru, Garanhuns, Arcoverde, Salgueiro, Petrolina, Serra Talhada e Palmares.

Além das unidades de ensino e saúde, integram também o complexo universitário da UPE a Reitoria e quatro escolas de ensino fundamental e médio (Escola do Recife e Escolas de Aplicação).

A visão da Universidade é a de ser reconhecida pela sociedade e diversas instâncias de governo, por sua contribuição para o desenvolvimento sustentável em todas as regiões do Estado, em razão da sua excelência no ensino, na pesquisa e na extensão universitária, assumindo-se, definitivamente, como Universidade estatal, pública e gratuita.

A presença da instituição Universidade nas diferentes regiões e cidades desempenha um papel crucial no desenvolvimento social e econômico em que se insere, gerando não só formação de profissionais, como também a construção de conhecimentos e difusão articulada nas comunidades através da articulação do ensino, pesquisa e extensão.

1.1.13. UEPB – Universidade Estadual da Paraíba

A Fundação Universidade Regional do Nordeste foi criada pela Lei Municipal nº 23, de 15 de março de 1966, mantenedora da Universidade Regional do Nordeste, na gestão do Prefeito Williams de Souza Arruda. A primeira reunião do Conselho Universitário ocorreu em 13 de abril de 1966, com o objetivo de eleger o presidente da FURNE.

Foi no primeiro reitorado do professor Sebastião Guimarães Vieira, que a Lei nº 4.977, de 11 de outubro de 1987, sancionada pelo então governador Tarcísio Burity, transformou a deficitária URNe em Universidade Estadual da Paraíba. Em 1994 houve o reconhecimento da UEPB pelo Conselho Federal de Educação.

Com a missão de “Produzir, socializar e aplicar o conhecimento, formando profissionais qualificados, críticos e socialmente comprometidos, nos diversos campos do saber, por meio das atividades de ensino, pesquisa e extensão, de modo a contribuir para o desenvolvimento educacional e sociocultural do País, particularmente do Estado da Paraíba”, a UEPB possuiu em 2021 um total de 18.975 alunos e um total de 107 cursos ofertados.

1.1.14. UNIFAP – Universidade Federal do Amapá

A Fundação Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) iniciou suas atividades em 1970 como Núcleo Avançado de Ensino (NEM), vinculado à Universidade Federal do Pará (UFPA), com a oferta de aproximadamente 500 (quinhentas) vagas voltadas para o campo do magistério (licenciatura curta), implantando, assim, o ensino superior no Amapá.

Na década de 1990, cria-se, de fato, a Fundação Universidade Federal do Amapá, autorizada por meio do Decreto n.º 98.977, de 2 de março de 1990, publicado no Diário Oficial da União n.º 43, de 5 de março de 1990, nos termos da Lei n.º 7.530, de 29 de agosto de 1986, que autoriza o Poder Executivo a instituí-la, tendo seu estatuto aprovado pela Portaria Ministerial n.º 868/90, de acordo com o Parecer n.º 649/90-SESu, aprovado em 9 de agosto de 1990 e publicado na Documenta MRC n.º 35, tornando-a uma Instituição de Ensino Superior (IES), mantida pela União. Em 1991, com a nomeação de um reitor pro tempore, a UNIFAP realizou o primeiro vestibular para os cursos de Direito, Secretariado Executivo, Geografia, História, Matemática, Letras, Educação Artística e Enfermagem. Com isso, institui-se de fato a Fundação Universidade Federal do Amapá.

A UNIFAP possui autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e de gestão financeira e patrimonial. Conforme estabelecido no Artigo 3º do Regimento Geral, a UNIFAP tem por objetivos e funções: I – ministrar o ensino, que é indissociável da pesquisa e extensão; II – desenvolver as ciências, as letras e as artes; III – prestar serviços a entidades públicas e privadas e à comunidade em geral; e IV – promover o desenvolvimento nacional, regional e local.

A UNIFAP organiza-se e estrutura-se com base nos seguintes princípios: I – unidade de patrimônio e administração; II – indissociabilidade do ensino, pesquisa e

extensão, vedada a duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes; III – universalidade de campo, pelo cultivo das áreas do conhecimento humano e das áreas técnico-profissionais; IV – pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas; e V – racionalidade de organização com utilização plena de recursos humanos e materiais.

A UNIFAP tem por objetivos e funções: I – ministrar o ensino, que é indissociável da pesquisa e extensão; II – desenvolver as ciências, as letras e as artes; III – prestar serviços a entidades públicas e privadas e à comunidade em geral; e IV – promover o desenvolvimento nacional, regional e local. Parágrafo único – Para o alcance dos seus objetivos, a UNIFAP, poderá firmar convênios, contratos, acordos e protocolos com entidades públicas ou privadas, nacionais e estrangeiras.

1.1.15. UAb/Universidade Aberta De Portugal

Fundada em 1988, a Universidade Aberta (UAb) é a única instituição de ensino superior pública a distância em Portugal. Pela sua vocação e natureza, a UAb utiliza nas suas atividades de ensino, as mais avançadas metodologias e tecnologias de ensino a distância orientadas para a educação sem fronteiras geográficas nem barreiras físicas, e dando especial enfoque à expansão da língua e da cultura portuguesas no espaço da lusofonia (comunidades migrantes e países de língua oficial portuguesa).

Assim, a UAb disponibiliza, em qualquer lugar do mundo, formação superior (licenciaturas, mestrados e doutoramentos) e cursos de Aprendizagem ao Longo da Vida. Toda a oferta pedagógica está integrada no Processo de Bolonha e é lecionada em regime de *elearning*, desde 2008, ano em que a UAb se tornou numa instituição europeia de referência, no domínio avançado do *elearning* e da aprendizagem online, através do reconhecimento do seu Modelo Pedagógico Virtual® (cf. também Modelo Pedagógico Virtual: Cenários de Desenvolvimento).

Em 2010, o modelo de *elearning* desenvolvido e praticado pela UAb foi distinguido com o Prémio da EFQUEL – European Foundation for Quality in *Elearning* e com a certificação da UNIQUE – The Quality Label for the use of ICT in Higher Education (Universities and Institutes). No mesmo ano, a UAb foi também qualificada como a instituição de referência para o ensino em regime de *elearning* em Portugal por um painel internacional de especialistas independentes.

No âmbito do esquema europeu de Níveis de Excelência, a European Foundation for Quality Management (EFQM) distinguiu a UAb com o 1.º Nível de Excelência Committed to Excellence (C2E) em 2011. Em 2016, o comprometimento da UAb com a qualidade foi reconhecido pela EFQM que distinguiu a Universidade com 4 Estrelas no 2.º Nível de Excelência Recognized for Excellence (R4E). Em 2017, recebeu a certificação da Norma 27001 pela Associação Portuguesa de Certificação tendo sido reconhecida a segurança da Plataforma AbERTA, a sua plataforma de *elearning*. Em 2019, a UAb tornou-se a primeira universidade portuguesa a ser distinguida por boas práticas nas áreas da inovação e da sustentabilidade no ensino superior, tendo recebido o Selo de Bronze da Association for the Advancement of Sustainability in Higher Education (AASHE).

A Universidade Aberta foi condecorada como Membro Honorário da Ordem do Mérito pelo Presidente da República em 29 de novembro de 2018 (Diário da

República). A missão da Universidade Aberta, nas suas pouco mais de três décadas de existência, é formar, capacitar e promover o acesso ao saber, assentando num modelo e em práticas pedagógicas inclusivas e sustentáveis, orientadas para a promoção e valorização do conhecimento e da integração cultural e social em língua portuguesa. A Universidade Aberta ambiciona afirmar-se como uma universidade aberta ao mundo, inovadora e sustentável, reconhecida e valorizada nas comunidades de língua portuguesa. Por fim, fundamenta seus valores em transparência, credibilidade, ética, abertura e inovação.

1.2 Dirigentes integrantes do Conselho Superior

Sigla IES	Cargo	Nome
UEMA	Pró-Reitora	RITA DE MARIA SEABRA NOGUEIRA
UEM	Pró-Reitor	LUIZ FERNANDO CÓTICA
UNEMAT	Pró-Reitor	ANDERSON FERNANDES DE MIRANDA
UEPG	Pró-Reitor	GIOVANI MARINO FAVERO
UDESC	Pró-Reitor	LETÍCIA SEQUINATTO
UNESP/PP	Coordenador da Proposta	KLAUS SCHLÜNZEN JUNIOR
UNESP/PP	Pró-Reitor	JOÃO LIMA SANTANNA NETO
UNESPAR	Pró-Reitor	CARLOS ALEXANDRE MOLENA
UNIFESSPA	Pró-Reitora	GILMARA REGINA LIMA FEIO
UFMT	Pró-Reitor	JACKSON ANTONIO LAMOUNIER CAMARGO RESENDE
UNIFESP	Pró-Reitor	LIA RITA AZEREDO BITTENCOURT
UFRR	Pró-Reitor	MARCOS JOSÉ SALGADO VITAL
UPE	Pró-Reitor	BYRON LEITE DANTAS BEZERRA
UEPB	Pró-Reitor	FRANCISCO JAIME BEZERRA MENDONÇA JUNIOR
UNIFAP	Pró-Reitora	FERNANDA ALVES FECURY
UAB	Pró-Reitora	SANDRA CAEIRO

1.3 Histórico do curso

Inicialmente é importante destacar a experiência histórica da UNESP em relação à Educação Especial que, por meio da Faculdade de Filosofia e Ciências, campus de Marília/SP, foi a única universidade brasileira a oferecer quatro habilitações (deficiência mental, auditiva, física e visual) vinculadas ao Curso de Pedagogia e, após a publicação das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Pedagogia (BRASIL, 2006), que impõem um novo delineamento da formação do pedagogo, não mais por meio de habilitações complementares ao curso, desde 2007, o campus de Marília, no curso de Pedagogia, permanece numa proposta em que desde o primeiro ano do curso, os acadêmicos iniciam estudos relacionados à educação inclusiva e no 6º semestre podem optar por um aprofundamento na área da Educação Especial. Nesse mesmo campi, no Programa de Pós-graduação em Educação também se mantém uma linha de pesquisa em Educação Especial, reconhecida nacional e internacionalmente.

Além disso, destaca-se a iniciativa da UNESP na formação de professores da rede pública na área e áreas afins, já foram oferecidos cursos nas modalidades

presencial, semipresencial e a distância (EaD), podemos citar:

- O curso de especialização “Práticas em Educação Especial e Inclusiva” na modalidade presencial, oferecido em 2010/2011, na Faculdade de Ciências – UNESP – Bauru.
- O curso de Aperfeiçoamento em “Práticas em Educação Especial e Inclusiva na área da deficiência mental” que foi oferecido para professores de escolas públicas pela Rede de Formação de Professores na Perspectiva da Educação Inclusiva do Ministério da Educação e Cultura (MEC), na modalidade EaD, em duas versões no período de 2008 e 2009.
- A elaboração do Curso, concomitante com a etapa do Concurso Público da Rede Estadual de Ensino por meio da Escola de Formação para os professores aprovados em Concurso Público na área da educação especial. Primeira e segunda chamada, 2011 e 2012.
- O Curso de Aperfeiçoamento, ampliado e revisado, com o novo Nome “Práticas em educação Inclusiva na área da Deficiência Intelectual”. Oferecido por mais 4 edições 2009 a 2013. Em parceria com o MEC, na modalidade EaD;
- O curso “Tecnologias Assistivas, Projetos e Acessibilidade: Promovendo a Inclusão de Deficientes”, oferecido em 2008, para professores e gestores da rede Estadual e/ou Municipal que trabalham na classe comum ou no Atendimento Educacional Especializado (AEE), vagas para o Brasil inteiro;
- O Curso de Aperfeiçoamento, ampliado e revisado, com o novo Nome “Tecnologia Assistiva, Projetos e Acessibilidade: Promovendo a Inclusão Escolar”, oferecido por mais 5 edições 2009 a 2013, para professores e gestores da rede Estadual e/ou Municipal, que trabalham na classe comum ou no AEE, vagas para o Brasil inteiro, mas a partir da 4ª edição a prioridade das vagas foi para o Estado de São Paulo.
- O Curso de especialização “Atendimento Educacional Especializado na perspectiva da Educação Inclusiva”, em convênio com a Secretaria da Educação Especial, do Ministério da Educação (SEESP/MEC) com a Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, ofertado em 2009 para 1000 professores de todo o território nacional.
- O Curso de Especialização “Formação de Professores em Educação Especial – área da Deficiência Auditiva, Deficiência Física, Deficiência Intelectual e Deficiência Visual”, ofertado para professores da Secretaria Municipal de Educação de São Paulo, em 2006 e 2007, com 150 professores participantes em cada ano. O mesmo curso foi ofertado em 2008 para as áreas da Deficiência Auditiva e Deficiência Intelectual e em 2011 para a área de Deficiência Intelectual, ambos perfazendo um total de 150 professores em cada edição. No total das quatro edições foram formados 600 professores na área da Educação Especial.
- O Curso de especialização “Atendimento Educacional Especializado: áreas da deficiência auditiva e da deficiência intelectual”, oferecido presencialmente nos anos de 2012 e 2013, pela Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília.

- Aprovação em Edital 01 da PROPG – sobre o uso de Tecnologias na Pós-Graduação – do qual resultou a elaboração da Disciplina- Tópicos Especiais em Deficiência Auditiva/Surdez oferecida na modalidade EAD, para alunos dos Programas de Mestrado e Doutorado dos diferentes campi da UNESP em 2013.
- O curso de especialização em Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva para professores da rede estadual de ensino, na modalidade semipresencial, entre 2013 e 2014, numa parceria com a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo.
- Os cursos de especialização em educação especial e inclusiva nas áreas: Deficiência Auditiva/Surdez; Transtornos Globais do Desenvolvimento; Deficiência Auditiva; Deficiência Física; Deficiência Intelectual; Deficiência Visual; e, Educação Inclusiva – para professores e gestores da classe comum. Os cursos foram ofertados, na modalidade semipresencial, numa parceria com a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo.
- Curso de Especialização na área de Surdez para a formação de 150 professores da Rede Municipal de Educação de São Paulo, realizado de dezembro de 2015 a julho de 2017.
- Curso de Especialização na área das altas habilidades/superdotação para a formação de 150 professores da Rede Municipal de Educação de São Paulo, realizado de dezembro de 2015 a julho de 2017.

Recentemente, no âmbito do estado de São Paulo, visando atender a demanda das escolas públicas estaduais após levantamento feito pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, foram iniciados em fevereiro de 2014 sete cursos de especialização em Educação Especial e Inclusiva, sendo eles: Deficiência Visual, Deficiência Intelectual, Deficiência Auditiva, Altas Habilidades/Superdotação, Transtornos Globais do Desenvolvimento, Deficiência Física e Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.

Em uma parceria da UNESP com a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, atuando no programa Rede São Paulo de Formação Docente (Redefor), foram oferecidas 1.600 vagas, sendo 100 para cada curso de Educação Especial e 1.000 para o curso de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Foram aprovados 1.269 cursistas (cerca de 80%). A grande necessidade de formação nessa área foi explicitada pelo número de pré- inscrições para esses cursos: 5.300 pré-inscritos e aproximadamente 17.000 demonstraram interesse na área, de acordo com um levantamento realizado em 2010.

Assim, observa-se que, mesmo com o número de vagas oferecido, a demanda ainda não é atendida. Considerando o âmbito nacional, a demanda é ainda maior, visto que, conforme documentos e censos oficiais, a matrícula desses estudantes nas escolas regulares tem aumentado significativamente a cada ano, em consonância com o que é estabelecido nas políticas públicas.

Tal preocupação demonstra que a proposição de um Mestrado Profissional em rede em Educação Inclusiva, a fim de preencher um campo do conhecimento ainda não atendido de forma satisfatória pelos cursos oferecidos no país e criar um ambiente voltado para a formação de professores que podem contribuir para a construção de uma cultura inclusiva.

No âmbito da UDESC/CEAD, a proposta de uma educação inclusiva e, conseqüentemente, a preocupação com a acessibilidade sempre foi uma constante. Em 2002, o CEAD em parceria com órgãos de representação das pessoas surdas e com deficiência visual, abriu vagas para esses estudantes no Curso de Pedagogia na modalidade a distância. Para tanto, o CEAD fez adequações curriculares e elaborou materiais multimídias a fim de responder às necessidades educativas desses acadêmicos e oportunizar maior qualidade no processo de ensino e aprendizagem.

A equipe multidisciplinar desenvolveu cadernos pedagógicos e provas em Braille (ampliados e gravados), vídeos pedagógicos em LIBRAS, filmes narrados, bem como recursos de Tecnologia Assistiva (como leitor e ampliador de tela, entre outros).

Visando à ampliação do conceito de inclusão apresenta-se uma proposta para além do atendimento da educação especial, a UDESC/CEAD garante no Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Pedagogia, as disciplinas: Seminário Integrador I - Educação e Leitura de Mundo; Seminário Integrador II - Direitos Humanos, Políticas Públicas e Multiculturalidade; Educação e Sexualidade; Seminário Integrador VIII: indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão e Educação de Jovens e Adultos.

No ano de 2009, iniciou-se o curso de Especialização em Fundamentos Curriculares da Educação Inclusiva, autorizado pela Resolução nº 33/2008 – CONSUNI/UDESC. O curso teve as atividades concluídas no ano de 2011, resultando na produção de 25 (vinte e cinco) monografias, que demonstram a amplitude e diversidade das questões abordadas e sua importância para a realidade profissional de educadores.

Entre as ações nessa área, cabe destacar a existência de quatro Laboratórios consolidados no CEAD: o LEI - Laboratório de Educação Inclusiva, o LabEduSex - Laboratório de Educação e Sexualidade, o LELA - Laboratório de Educação, Linguagem e Arte e o LabDH - Laboratório de Direitos Humanos. Há também o NAC - Núcleo de Acessibilidade, que objetiva articular ações educacionais que promovam a acessibilidade, apoiando a aprendizagem ao produzir adequações nos materiais utilizados pelos discentes com necessidades educacionais especiais. Destaca-se o trabalho articulado desses laboratórios com o NEAB (Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros) da UDESC.

Além disso, o CEAD é membro do COMINC - Comitê de Articulação de Ações de Inclusão da UDESC e desde 2017 integra o NAE/UDESC – Núcleo de Acessibilidade da instituição.

1.4 O Programa de Pós-Graduação em Educação Inclusiva

A oferta do Curso de Mestrado em Educação Inclusiva justifica-se, principalmente, por ter como demanda um novo paradigma da educação, onde todos têm direito à escola regular, sendo matriculados nas classes comuns. Além disso, é necessário repensar o fazer pedagógico para que esteja em consonância com os princípios de uma escola para todos, na qual a ideia de diversidade fundamenta as ações educativas, portanto, faz-se necessário que os professores possam refletir

sobre novas formas de ensino, por meio da proposição de uma didática inclusiva, que possa atender a multiplicidade da aprendizagem.

Os professores sentem as dificuldades e as emergências cotidianas do exercício profissional baseado em um novo paradigma e a urgência de uma atualização teórica-metodológica que melhor lhes instrumentem na atuação pedagógica num ambiente misto a qual deve ser afinada com as políticas públicas de inclusão escolar e uso de tecnologias educacionais. Outro aspecto de maior relevância na organização da prática pedagógica, uma vez que é necessário o desenvolvimento de metodologias inovadoras para que, todos os estudantes, sejam quais forem suas características, possam aprimorar seu potencial e habilidades dentro do ambiente escolar e em seu próprio cotidiano, tanto no contexto social, familiar e profissional.

Nesse sentido, pesquisadores, professores, gestores e demais setores da sociedade têm se preocupado com ações nas quais se preconize uma escola capaz de lidar com as diferenças de toda ordem, de permitir o diálogo em toda sua dimensão, no pensar em uma escola formativa, emancipadora que cumpra seu papel de constituição humana do povo brasileiro em sua integralidade e em sua essência.

Para tanto, é necessário que a própria sociedade, por meio das políticas públicas priorize ações que possam fornecer condições para que tais processos se efetivem, considerando que todos devem valorizar a diversidade humana como um patrimônio da humanidade, que em sua essência são diferentes e se encontram nos mais diversos contextos, tendo em vista a dimensão sociocultural e educacional brasileira. O ensino no Brasil precisa ter como meta uma escola que se torne mais inclusiva e seja capaz de valorizar as diferenças culturais, sociais, físicas, religiosas, raciais e as formas diferenciadas de aprendizagem de cada estudante, proporcionando um novo conhecimento pedagógico para a atuação dos educadores.

Considerando os processos educacionais e especialmente o uso de tecnologias e mídias digitais nesse processo, justifica-se a necessidade de proporcionar um ambiente escolar acessível a todos. A ausência de tais ferramentas e recursos pode impedir que pessoas com deficiência tenham possibilidades de participação educacional, proporcionando e favorecendo ainda mais a exclusão social e digital desses indivíduos.

Atendendo às premissas da escola inclusiva, sabe-se que deve haver um ensino de qualidade para todos e não apenas para os estudantes com deficiência. Dessa maneira, muito se tem investido não apenas em metodologias específicas que lidem com as deficiências e necessidades especiais, mas nas mais diversas técnicas pedagógicas e digitais, para que o professor saiba e/ou aprenda a trabalhar com qualquer tipo de conceito ou conteúdo de uma forma relevante para a aprendizagem de seus estudantes, garantindo a qualidade do ensino para lidar, respeitar e valorizar a diversidade humana. Chamamos esse processo de acessibilidade para todos, ou seja, tornar acessível a todas as pessoas, com quaisquer diferenças, todo o conteúdo necessário para auxiliar a construção do conhecimento.

Em relação ao movimento pela Educação Inclusiva, observamos que no país, há mais de 15 anos, a legislação brasileira já tem garantido a matrícula compulsória de crianças e jovens com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação em todos os níveis e modalidades de ensino. No entanto, para que o direito garantido em lei se estenda para além da matrícula, garantindo

também a permanência desses estudantes na escola, é necessário investir na formação de professores. Essa formação deve ser articulada com a necessidade de que a escola crie uma cultura inclusiva e que aprenda a trabalhar de forma articulada a Educação Especial e Educação Inclusiva, uma vez que neste processo os professores especializados podem atuar colaborativamente com a equipe escolar em prol da construção de um Projeto Político Pedagógico (PPP) inclusivo.

Em outras palavras, poderíamos dizer de uma escola que, no seu cotidiano, acolhe, respeita e valoriza a diversidade humana em seu sentido mais profundo é caracterizada por um projeto atento às diferenças e às especificidades da Educação Inclusiva. Entretanto, ainda há muitas dúvidas entre os professores e profissionais da educação sobre como operacionalizar este processo com qualidade. Um dos questionamentos relaciona-se com a aquisição de habilidades e competências e não estar apenas fisicamente no espaço da escola.

Nessa perspectiva, a construção de uma escola de fato inclusiva, democrática e plural que ofereça acesso, permanência e qualidade de ensino para todos os estudantes ainda está por vir. Uma escola inclusiva não é feita de boas intenções, mas sim de ações concretas. Os profissionais precisam se envolver em um projeto coletivo, que passa por uma reformulação do espaço escolar como um todo, desde o espaço físico, a dinâmica e o manejo de sala de aula, passando por currículo, metodologia e estratégia de ensino, formas e critérios de avaliação. Tendo em vista as dificuldades de implantação dessas mudanças, é fundamental que as reflexões sejam realizadas, num esforço coletivo, por todos os agentes envolvidos com a educação. Os profissionais e os demais responsáveis pelas instituições educacionais têm o dever de deflagrar as discussões e implantar medidas já indicadas pela coletividade.

Para tanto, é necessário que a equipe escolar cultive no cotidiano da escola práticas fundamentadas na ética, no respeito e na valorização das diferenças, na solidariedade, no compromisso de todos: professores, professores especializados, gestores, profissionais da educação, pais, dirigentes, secretários de educação, técnicos, os próprios estudantes e comunidade. É o que chamamos de Inclusão Escolar com responsabilidade.

Nesse sentido, é preciso que se estructurem cursos em modalidades educativas (presencial e a distância) que possibilitem a formação continuada e em serviço dos educadores em uma perspectiva de educação especial e inclusiva. Tal formação não deve fornecer respostas prontas, mas apresentar experiências bem-sucedidas, a partir das quais, é possível ter apontamentos sobre o trabalho didático-pedagógico específico da educação especial e da educação inclusiva. Além disso, deve trabalhar o olhar do educador sobre seu estudante, contexto e entorno, os recursos de que dispõe em seu local de trabalho, que lhe garante o acesso ao conhecimento sobre as suas peculiaridades e que o ajude a compreender as necessidades que o estudante possa ter, a entender que tipo de apoio é necessário e onde buscá-lo. Quaisquer que sejam os medos e dificuldades, precisamos superá-los, pois não podemos mais conviver com modelos de escola excludentes.

Diante do exposto, justifica-se a oferta do curso de Mestrado Profissional em Educação Inclusiva visando primordialmente construir uma cultura colaborativa que articule a equipe escolar e os professores de Educação Especial em uma perspectiva de Educação Inclusiva. Desse modo, possibilita-se que os educadores aprimorem

seus conhecimentos técnicos, pedagógicos e científicos para trabalhar numa abordagem didática capaz de garantir a todos o acesso e a apropriação do conhecimento, a partir dos seguintes princípios:

- Articulação integrada da formação com o exercício profissional por meio de estudos científicos voltados à busca de solução para problemas concretos, à produção técnico-científica na pesquisa aplicada, à geração e aplicação de processos de inovação relacionados à integração de tecnologias ao currículo;
- Contextos de formação de professores que permitam superar o problema da fragmentação entre a produção de conhecimento e a prática educativa;
- Abordagem de formação Construcionista, Contextualizada e significativa, por meio da reflexão e articulação entre a teoria e a prática, dos aspectos tecnológicos e educacionais, do uso de novas mídias na realidade de atuação dos profissionais, que se configuram como campos de estudos, investigação e transformação.

Com essa iniciativa, será utilizada a competência já instalada nas universidades associadas e consolidada nos campos do conhecimento envolvidos nessa nova proposta para formar mestres na modalidade profissional em Educação Inclusiva.

1.5 Início do Programa

O Programa de Mestrado Profissional em Educação Inclusiva iniciou suas atividades em 2020/2 com o ingresso de 150 mestrandos distribuídos entre as universidades da rede nacional. Na Udesc foram vinculados o total de 18 mestrandos distribuídos entre as linhas de pesquisa: a) Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva; b) Inovação Tecnológica e Tecnologia Assistiva; e c) Práticas e Processos Formativos de Educadores para Educação Inclusiva.

Para o segundo processo seletivo (2022) está prevista a entrada de 206 mestrandos na rede do Profei. Estão previstas o total de 22 vagas para a Udesc que seguirá com a distribuição entre as três linhas de pesquisa, mediante aprovação pelo colegiado do Profei/Udesc.

2 OBJETIVOS

2.1 Geral

O Curso de Mestrado Profissional em Educação Inclusiva – PROFEI tem por objetivo oferecer formação continuada e em serviço para professores que atuam na classe comum da educação básica para que aprimorem seu repertório de conhecimentos e saberes, podendo promover o desenvolvimento de estudantes público-alvo da educação especial (EPAEE), garantindo-lhes uma educação inclusiva.

2.2 Específicos

- Difundir os princípios e fundamentos da educação inclusiva, o qual garante o direito de educação para todas as pessoas;
- Analisar os principais documentos legais e diretrizes que garantem o atendimento e a inclusão dos estudantes considerados público da educação especial;
- Compreender o Projeto Pedagógico como elemento norteador das ações político-pedagógicas da escola inclusiva que se pretende;
- Desenvolver ações colaborativas na unidade escolar com o apoio do professor especializado, tendo como foco um Projeto Pedagógico inclusivo.

3 ÁREA DE CONCENTRAÇÃO

Na Área de Concentração Educação Inclusiva serão abordados os principais desafios da educação contemporânea, a ressignificação dos sentidos da educação e seus fundamentos, pressupostos e práticas da Educação Especial e Inclusiva e do uso de Tecnologias Educação Inclusiva Digitais de Informação e Comunicação.

Para isso, são propostas três linhas de pesquisa que deverão direcionar e orientar o quadro de disciplinas e os projetos de pesquisa dos discentes, que serão viabilizados pelos grupos de pesquisa coordenados pelos docentes do programa, com experiência em Educação.

4 LINHAS DE PESQUISA

- Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva;
- Inovação Tecnológica e Tecnologia Assistiva;
- Práticas e Processos Formativos de Educadores para Educação Inclusiva.

4.1 Detalhamento das Linhas de Pesquisa

4.1.1 Linha de Pesquisa em Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva

A linha contempla pesquisas e estudos epistemológicos, políticos e históricos referentes à Educação Especial numa nova perspectiva de atuação, qual seja, o vínculo com a constituição de espaços educacionais inclusivos. Busca analisar as implicações epistemológicas e políticas contemporâneas relacionadas às práticas educacionais, com ênfase na gestão de sistemas escolares, nos recursos de suporte pedagógico especializado, na construção, implantação e usabilidade de Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação como aspectos favorecedores e inovadores para a escolarização dos estudantes, garantindo-lhes o direito de aprendizagem e desenvolvimento nessa área de conhecimento.

4.1.2 Linha de Pesquisa em Inovação Tecnológica e Tecnologia Assistiva

A linha contempla pesquisas e estudos referentes à conceituação sobre Educação e Inovação tecnológica e estrutura para o desenvolvimento de educação mediada por tecnologias e suas interlocuções com a Educação Especial e Inclusiva. Busca analisar metodologias ativas de ensino e de aprendizagem baseada em uso de tecnologias digitais, redes sociais como espaços educativos, jogos digitais e a aprendizagem. Aborda ainda estudo e análise de mobilidade na sala de aula, projetos, inclusão digital e cidadania, bem como conceituação e análise da Tecnologia Assistiva como área de conhecimento e recursos e sua aplicabilidade no contexto educacional inclusivo.

4.1.3 Linha de Pesquisa em Práticas e Processos Formativos de Educadores para Educação Inclusiva

A linha contempla pesquisas e estudos relacionados diretamente às práticas educacionais e aos processos formativos de educadores (inicial, continuada e em serviço) para atuação pedagógica com a diversidade humana, contemplando os princípios de uma educação inclusiva. Busca analisar os processos de ensino e aprendizagem e as inovações pedagógicas para o atendimento às necessidades educacionais de qualquer ordem: biopsicossocial ou etnocultural. Os estudos se concentram nos aspectos relacionados à organização da escola para garantir a formação de educadores numa perspectiva inclusiva, a partir da análise de práticas, desenvolvimento curricular, adequações de recursos ou métodos pedagógicos e em

procedimentos que possibilitem o êxito na escolarização dos estudantes.

5 PERFIL DO EGRESSO

Competências e habilidades a serem desenvolvidas pelos discentes do curso:

- **Competência:** Compreensão da proposta de educação inclusiva.
- **Habilidade:** Refletir sobre o percurso histórico da política de educação inclusiva no cenário estadual, nacional e internacional e entender as influências e principais mudanças de paradigma que culminaram com a atual proposta de inclusão escolar no Brasil.

- **Competência:** Domínio de conteúdo, recursos pedagógicos e novas metodologias que promovam o ensino de qualidade a todos e sua aplicação aos EPAEE e aos diferentes grupos que compõem a pluralidade/diversidade humana.
- **Habilidade:** Utilizar os conteúdos, recursos pedagógicos e novas metodologias na classe comum para potencializar o ensino e promover a inclusão escolar dos estudantes da educação especial e das diferenças potencializadas pela pluralidade/diversidade humana.

- **Competência:** Desenvolvimento de trabalho coletivo e colaborativo na escola envolvendo a equipe escolar e os professores especializados.
- **Habilidade:** Empreender ações na instituição escolar e na sala de aula que garantam educação e ensino para todos, considerando a pluralidade/diversidade humana. Envolver gestores, professores, professor especializado, funcionários, pais e outros profissionais da educação nas atividades de avaliação e planejamento de ações junto às pessoas com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, ainda os demais sujeitos que compõem a pluralidade/diversidade humana, como grupos étnicos, sexuais e de gênero e imigrantes.

- **Competência:** Compreensão do Projeto Pedagógico como elemento norteador das ações político pedagógicas da escola que se pretende inclusiva.
- **Habilidade:** Planejar atividades coletivas de estudo e reflexão sobre o Projeto Pedagógico com vistas à implementação de uma proposta de escola inclusiva prevendo, de forma colaborativa, ações que envolvam a parceria da equipe escolar e professor especializado, reavaliações e replanejamento processuais. Considerar entraves e possíveis ações no interior da escola na perspectiva da construção de uma escola inclusiva.

6 ESTRUTURA CURRICULAR

A estrutura curricular do Mestrado Profissional em Educação Inclusiva – PROFEI é composta por um elenco de disciplinas obrigatórias, eletivas, atividades complementares e elaboração Dissertação/Produto Educacional (Trabalho Final do Curso – TFC).

6.1 Número de Créditos

O PROFEI exige um número mínimo de 96 (noventa e seis) créditos distribuídos em um mínimo de 24 (vinte e quatro) créditos em disciplinas, mais 56 (cinquenta e seis) créditos referentes à elaboração de Dissertação/Produto Educacional (TFC) e 16 (dezesesseis) créditos em atividades complementares.

Os 24 (vinte e quatro) créditos em disciplinas estão divididos segundo um elenco de disciplinas obrigatórias e eletivas da seguinte forma:

- a) Obrigatórias em um total de 12 créditos;
- b) Eletivas em um total de 12 créditos.

Cada crédito corresponde a 15 (quinze) horas-aula em disciplinas do curso, tanto teóricas, práticas ou teórico-práticas.

6.2 Disciplinas

A estrutura curricular ofertada será composta por disciplinas obrigatórias e disciplinas eletivas. As disciplinas, de modo geral, serão voltadas para a formação em Educação, numa perspectiva inclusiva e disciplinas específicas nas áreas das deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação e aos diferentes grupos que compõem a pluralidade/diversidade humana. Assim, o aluno necessitará cursar no mínimo 3 (três) disciplinas obrigatórias e 3 (três) disciplinas eletivas necessárias, a fim de computar os créditos exigidos pelo programa.

6.3 Disciplinas/Carga Horária/Créditos

Disciplinas obrigatórias no total de 12 créditos (180 horas/aula).

NOME DA DISCIPLINA	C.H.	Créditos
Fundamentos e Práticas de Educação Inclusiva	60	4
Inovação e TDIC na educação	60	4
Metodologia da Pesquisa Científica	60	4
TOTAL OBRIGATÓRIAS	180	12

Disciplinas eletivas no total de 144 créditos oferecidos no curso. (2.160 horas/aula).

NOME DA DISCIPLINA	C.H.	Créditos
A práxis na Educação Inclusiva e na Educação Especial	60	4
Avaliação da pessoa com deficiência Intelectual	60	4
Braille: código tátil de leitura e escrita	60	4
Contextualização do conceito da deficiência física	60	4
Contextualização e conceito da deficiência auditiva/surdez	60	4
Contextualização e conceito da deficiência intelectual	60	4
Contextualização e conceito das altas habilidades/superdotação	60	4
Contextualização e conceito de Transtornos Globais do Desenvolvimento	60	4
Deficiência Visual: Conhecimento necessário para a Prática Pedagógica	60	4
Desenho Universal para Aprendizagem	60	4
Desenvolvimento e Aprendizagem da Libras (Língua Brasileira de Sinais)	60	4
Desenvolvimento Humano, Sexualidade e Família	60	4
Design educacional: conceitos e estratégias para o desenvolvimento de cursos e recursos educacionais	60	4
Direitos Humanos, currículo e cultura inclusiva	60	4
Diversidade e Cultura Inclusiva	60	4
Educação Inclusiva: Notas sobre o trabalho pedagógico na área do Transtorno do Espectro Autista	60	4
Educação, Trabalho e Envelhecimento da Pessoa com Deficiência	60	4
Ensino Colaborativo no apoio a inclusão educacional	60	4
Ensino, aprendizagem e o desenvolvimento da pessoa com deficiência	60	4
Escola pública, diversidade e prática pedagógica	60	4
Escolarização do Estudante com Altas Habilidades/Superdotação	60	4
Estudos avançados sobre a surdez e a educação das pessoas surdas	60	4
Gestão Democrática e Projeto Pedagógico	60	4
Ingresso e a Permanência dos EPAEE no Ensino Superior	60	4
Legislação, Ética e Trabalho Docente	60	4
Linguística Aplicada: Formação de Professores e Educação Inclusiva	60	4
Metodologia da Pesquisa II	60	4
Metodologias da Extensão Universitária para o campo da educação inclusiva	60	4
Metodologias de ensino colaborativas, acolhimento e cuidado na educação inclusiva	60	4
Plano de Ensino Individualizado e Ensino Colaborativo nas diferentes áreas da Educação Especial	60	4
Políticas Públicas: Educação Especial e Inclusiva	60	4
Seminário de dissertação e extensão curricular	60	4
Sorobã	60	4
Tecnologia Assistiva: Estratégias e Recursos	60	4
Tópicos Especiais: Comunicação Alternativa nos TGD	60	4
Uso de Tecnologias Digitais como espaços educativos	60	4
TOTAL ELETIVAS	2.160	144

Núcleo formativo comum: mínimo 840 horas/aula.

NOME DA DISCIPLINA	C.H.	Créditos
Elaboração Dissertação/Produto Educacional		
Para integralização dos créditos, os mestrandos deverão apresentar um Trabalho Final do Curso (TFC), na forma de Dissertação, cujo tema ou problema a ser resolvido esteja de acordo com os objetivos da proposta do Produto Educacional.	840	56
TOTAL	840	56

6.4 Ementas e Bibliografia das Disciplinas Obrigatórias

Nome: Fundamentos e Práticas de Educação Inclusiva

Área de Concentração: Educação Inclusiva

Ementa: Estudo dos principais elementos históricos, filosóficos e legais da Educação Especial considerando as transformações do período da exclusão à perspectiva da inclusão social. Atendimento Educacional Especializado ao público alvo da educação especial (conceito e etiologia). Análise do processo de exclusão escolar. Organização curricular para o atendimento da diversidade humana, com a valorização das diferenças. Práticas pedagógicas inclusivas, avaliação pedagógica e adequações curriculares.

Bibliografia:

ABDIAN, Graziela Zambão; OLIVEIRA, A. A. de. Educação para todos e gestão escolar: interfaces a partir da construção coletiva do Projeto Político-pedagógico. In: Sílvia Ester Orrú. (Org.). **Para além da educação especial: avanços e desafios de uma educação inclusiva**. 1ed.Brasília: WAK Editora, 2013.

BAPTISTA, C.R.; JESUS, D.M. (orgs.). **Avanços em política de inclusão: o contexto da educação especial no Brasil e em outros países**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2011.

BRASIL, MEC. Decreto Nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. **Diário Oficial da União**. Edição extra. BRASIL: 18 de novembro de 2011.

BRASIL, SEESP/MEC. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, janeiro de 2008.

BRASIL. MEC/SECADI. **Atendimento Educacional Especializado para o aluno com deficiência intelectual**. Brasília: MEC; SEESP, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CB nº 04/2009**. Diretrizes Nacionais Gerais para Educação Básica. Conselho Nacional de Educação (CNE). Brasília, 2009.

CAPELLINI; V.L.M.F.; RODRIGUES, O.M.P.R., **Marcos históricos, conceituais, legais e éticos da Educação Inclusiva**. (Vol. 2) Bauru: MEC/UNESP, 2010.

FERREIRA, W. Pedagogia das Possibilidades: é possível um currículo para a diversidade nas escolas brasileiras? **Cadernos CENPEC**, 2014. p.73-98.

HEREDERO, E.S. A escola inclusiva e estratégias para fazer frente a ela: as adaptações curriculares. **Acta Scientiarum. Education**. Maringá, v. 32, n. 2, p. 193-208, 2010.

HOSTINS, R. C. L., JORDÃO, S. G. F. Política de inclusão escolar e práticas curriculares de elaboração conceitual de alunos público-alvo da Educação Especial. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, 23(28), Arizona State University. 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=275041389057>. Acesso em 18 de out. 2017.

KASSAR, M.M. C. Percursos da constituição de uma política brasileira de educação especial inclusiva. **Rev. Bras. Ed. Esp.**, Marília, v.17, Maio-Ago., 2011. Edição Especial. p.41-58.

MENDES, G.M.L.; SILVA, F.C.T. Currículo e conhecimento escolar na contemporaneidade: desafios para a escolarização de sujeitos com deficiência. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**. Volume 22 Número 80, agosto de 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2750/275031898088.pdf> . Acesso em 18 de out. 2017.

MONTEIRO, M.I.B.; FREITAS, A.P.; CAMARGO, E.A.A. (orgs.) **Relações de Ensino na Perspectiva Inclusiva**: alunos e professores no contexto escolar. Araraquara: Junqueira&Marin, 2014.

OLIVEIRA, A.A.S. **Gestão Democrática e Participativa: em busca da ação coletiva**. São Paulo: Acervo Digital da UNESP, 2014a. Disponível em: https://acervodigital.unesp.br/bitstream/unesp/155278/1/unesp-nead_reei1_d03_texto01.pdf . Acesso em 18 de out. 2017.

PLETSCH, M. D. **Repensando a inclusão escolar: diretrizes políticas, práticas curriculares e deficiência intelectual**. Rio de Janeiro: Nau: Edur, 2010.

PRIETO, R.G.; ANDRADE, S.G.; RAIMUNDO, E.A. Inclusão Escolar e constituição de políticas públicas. In: JESUS, D.M.; BAPTISTA, C.R.; CAIADO, K.R.M. (orgs) **Prática Pedagógica na Educação Especial**: multiplicidade do atendimento educacional especializado. Araraquara: Junqueira & Martins Editores, 2013. p.105-126.

SCAVONI, Mariana Paula Pereira. **Representações sociais de professores sobre inclusão e o projeto político pedagógico**: a escola em movimento. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2016. 195fls.

SOUZA, F. F, DAINEZ, D. SMOLKA, A.L., SCIAN, R., HULSHOF, C. Políticas e práticas de educação inclusiva: condições e contradição no cotidiano de uma escola de ensino fundamental. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, 22(82). Arizona State University. 2014.

Nome: Inovação e TDIC na educação

Área de Concentração: Educação Inclusiva

Ementa: Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação no processo de ensino e aprendizagem. Abordagens de ensino usando TDIC. Mediação pedagógica e uso de tecnologia. Metodologias ativas de ensino usando TDIC.

Bibliografia:

ARMELLA, J.; GRINBERG, S. ¿Hay un hipertexto en esta clase?: Dispositivos pedagógicos, tecnología y subjetividad. **Signo pensam**. [online], v.31, n.61, p. 108-124, 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/860/86025373007.pdf>. Acesso em: 17 out. 2017.

BALADELI, A. P. D; BARROS, M. S. F.; ALTOE, A. Desafios para o professor na sociedade da informação. **Educ. rev.** [online], n.45, p. 155-165, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/nsRDLKVKrdnDm6RQckRscDb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 out. 2017.

DIAS, C.A. Hipertexto: evolução histórica e efeitos sociais. **Ci. Inf.** [online], v. 28, n. 3, p. 269-277, 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.18225/ci.inf.v28i3.830>. Acesso em: 17 out. 2017.

GALVÃO FILHO, T. A. As novas tecnologias na escola e no mundo atual: fator de inclusão social do aluno com necessidades especiais? In: **Congresso Ibero-Americano de Informática na Educação Especial**, 3. 2002, Fortaleza. Anais... Fortaleza: MEC, 2002.

INPUT. PRIBERAM Informática. **Dicionário Priberam da Língua Portuguesa**. 2013. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org/>. Acesso em: 12 mar. 2015.

LAGARTO, J. R. Inovação, TIC e sala de aula. In: CAVALHEIRI, A.; ENGERROFF, S. N.; SILVA, J. C. (Org.). **As novas tecnologias e os desafios para uma educação humanizadora**. 1ed. Santa Maria: Biblos, 2013. p.133-158.

LEMO, A. **Cibercultura** – tecnologia e vida social na cultura contemporânea. Porto Alegre: Editora Sulina, 2002.

MATTAR, J. **Games em Educação**: como os ND aprendem. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

MONEREO, C.; POZO, J. I. O aluno em ambientes virtuais: condições, perfil e competências. In: COLL, C.; MONEREO, C. (Org.). **Psicologia da educação virtual**: aprender e ensinar com as Tecnologias da Informação e da Comunicação. Porto Alegre: Artmed, 2010. p. 97-117.

PALFREY, J; GASSER, U. **Nascidos na era digital**: entendendo a primeira geração dos ND. Porto Alegre: Artmed, 2011.

SANTOS, M.; SCARABOTTO, S.; MATOS, E. L. M. Imigrantes e ND: um dilema ou desafio na educação? In: **Congresso Nacional de Educação**, 10., 2011, Curitiba. Anais... Curitiba: PUC, 2011. Disponível em: . Acesso em: 17 out. 2017.

TAPSCOTT, D. **Geração Digital**: a crescente e irreversível ascensão da geração net. São Paulo: MAKRON Books, 1999.

TERUYA, T. K. **Trabalho e educação na era midiática**: um estudo sobre o mundo do trabalho na era da mídia e seus reflexos na educação. Maringá, PR: Eduem, 2006.

VALENTE, J. A. A Espiral da Aprendizagem e as Tecnologias da Informação e Comunicação: Repensando Conceitos. In Maria Cristina Rodrigues Azevedo Joly

(Org.) **A Tecnologia no Ensino**: Implicações para a Aprendizagem. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

VALENTE, J. A. Integração currículo e tecnologia digitais de informação e comunicação: a passagem do currículo da era do lápis e papel para o currículo da era digital. In: CAVALHEIRI, A.; ENGERROFF, S. N.; SILVA, J. C. (Org.). **As novas tecnologias e os desafios para uma educação humanizadora**. 1. ed. Santa Maria: Biblos, 2013. p. 113-132.

VEEN, W; VRACKING, B. **Homo Zappiens**: educando na era digital. Porto Alegre: Artmed, 2009.

XAVIER, A. C. **A era do hipertexto**: linguagem e tecnologia. Recife: Pipa Comunicação, 2013.

ZUIN, A. A. S. O plano nacional de educação e as tecnologias da informação e comunicação. **Educ. Soc., Campinas**, v. 31, n. 112, jul.-set. 2010. p. 961-980. Disponível em: [http:// bit.ly/2oteBY4](http://bit.ly/2oteBY4) . Acesso em: 17 out.2017.

Nome: Metodologia da Pesquisa Científica

Área de Concentração: Educação Inclusiva

Ementa: Do senso comum ao conhecimento científico. O raciocínio lógico e a relação da pesquisa científica com a prática pedagógica na construção do conhecimento científico. Formulação adequada da questão a ser respondida e do problema a ser pesquisado. A ética na pesquisa. Elaboração do Pré-Projeto de Pesquisa. A natureza dos dados a serem coletados. As formas de acesso aos dados empíricos: observação, entrevista, questionário, diálogo, discussão em grupo, consulta aos documentos etc. O planejamento da coleta de dados e a construção do instrumento de coleta de dados, formas de organização dos dados. Elaboração do Projeto de Pesquisa.

Bibliografia:

APPOLINÁRIO, F. **Dicionário de Metodologia Científica**: um guia para a produção do conhecimento. São Paulo: Atlas, 2011.

BACICH, L., TANZI NETO, A., TREVISANI, F.M. **Ensino Híbrido**: personalização e tecnologia na educação. Porto Alegre: Penso, 2015.

BAGNO, M. **Pesquisa na escola**: o que é, como se faz. 19ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 1998.

BENDER, W.N. **Aprendizagem baseada em Projetos**: educação diferenciada para o século XXI. Porto Alegre: Penso. 2014 (Reimpressão 2015).

CRESWELL, J.W. **Investigação Qualitativa e Projeto de Pesquisa**: escolhendo entre cinco abordagens. Porto Alegre: Penso, 2014.

DEL-MASSO, M. C. S. **Caderno de Metodologia Científica**. Marília, SP. 2010

DEL-MASSO, M. C. S. **Conhecimento científico e conhecimento do senso comum**. São Paulo: Acervo Digital da UNESP/RedeFor II/NEaD/UNESP, 2014.

- DEL-MASSO, M. C. S. **Problemas de pesquisa e questões de plágio**. São Paulo: Acervo Digital da UNESP/RedeFor II/NEaD/UNESP, 2014.
- DEL-MASSO, M. C. S. **Instrumentos e técnicas de pesquisa**. São Paulo: Acervo Digital da UNESP/RedeFor II/NEaD/UNESP, 2014.
- DEL-MASSO, M. C. S. **Ética em Pesquisa Científica**: conceitos e finalidades. São Paulo: Acervo Digital da UNESP/RedeFor II/NEaD/UNESP, 2014.
- DEMO, P. **Pesquisa**: princípio científico e educativo. 14 ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- DINIZ, D., TERRA, A. **Plágio**: palavras escondidas. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2014
- ESTEBAN, M.P.S. **Pesquisa Qualitativa em Educação**: fundamentos e tradições. Porto Alegre: AMGH Editora Ltda. 2010.
- FLICK, U. **Introdução à Pesquisa Qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- GHEDIN, E., OLIVEIRA, E.S., ALMEIDA, W.A. **Estágio com pesquisa**. São Paulo: Cortez, 2015.
- GÓMEZ, A.I.P. **Educação na era digital**: a escola educativa. Porto Alegre: Penso, 2015.
- GRAY, D.E. **Pesquisa no mundo real**. Porto Alegre: Penso. 2012.
- HENRIQUES, C.C., SIMÕES, D. **A redação de trabalhos acadêmicos**: teoria e prática. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.
- HORN, M.B., STAKER, H. **Blended**: usando a inovação disruptiva para aprimorar a educação. Porto Alegre: Penso, 2015.
- JUGENO, D., BARBALHO, S.C.M., SILVA, S.L. **Gestão de Projetos**: teoria, prática e tendências. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.
- MINAYO, M.C.S. (Org.) **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 25ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- PALLOFF, R.M., PRATT, K. **Lições da sala de aula virtual**: as realidades do ensino on-line. 2 ed. Porto Alegre: Penso, 2015.
- SEVERINO, A.J. **Metodologia do Trabalho Científico**. 24 ed. São Paulo: Cortez, 2016.
- SILVA, R.R.G. **Direito autoral, propriedade intelectual e plágio**. Salvador: Edufba, 2014.
- SOUZA, R.A. **Um pouco de método**: nos estudos literários em particular, com extensão às humanidades em geral. São Paulo: Realizações, 2016.
- STAKE, R.E. **Pesquisa Qualitativa**: estudando como as coisas funcionam. Porto Alegre: Penso. 2011.
- THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez, 1985.

6.5 Ementas e Bibliografia das Disciplinas Eletivas

Nome: A práxis na educação inclusiva e na educação especial

Área de concentração: Educação Inclusiva

Ementa: Correlacionar a práxis na Educação Inclusiva e na educação especial, sob o referencial histórico-dialético, tomando-o como balizamento analítico- crítico do processo de formação e socialização nos projetos societários em disputas. Para tanto a disciplina parte das bases do pensamento da teoria marxista e pedagogia da Libertação de Paulo Freire, revisto à luz do contexto atual.

Bibliografia:

BRASIL. **DECRETO Nº 10.502 DE 30 DE SETEMBRO DE 2020.** Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. Diário Oficial da União, seção1, n. 189, p. 6-7, 1 out. 2020.

CARVALHO, Sandra Maria Gadelha de; PIO, Paulo Martins. A categoria da práxis em Pedagogia do Oprimido: sentidos e implicações para a educação libertadora. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos** [online]. 2017, v. 98, n. 249.

MARX, Karl. Mercadoria. In: **O capital:** Crítica da economia política. [S. l.: s. n.]: [198?].

PADILHA, Anna Maria Lunardi; SILVA, Régis Henrique dos Reis. Pedagogia Histórico-Crítica e a educação escolar das pessoas com deficiência. **Nuances:** estudos sobre Educação, Presidente Prudente-SP, v. 31, n.esp.1, esp.062020, p.103-125, dez. 2020.

PICCOLO, Gustavo Martins. As quatro grandes contestações ao modelo social e seus desdobramentos: uma análise crítica. In: **Como a deficiência tem sido interpretada tendencialmente ao longo da história** Contribuições a um pensar sociológico sobre a deficiência. Tese (Doutorado em Educação Especial). Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2012. p. 129-171.

PICCOLO, Gustavo Martins. Sob um olhar sociológico cotidiano. In: **Como a deficiência tem sido interpretada tendencialmente ao longo da história** Contribuições a um pensar sociológico sobre a deficiência. Tese (Doutorado em Educação Especial). Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2012. p. 32-55.

PINA, L. D. A nova pedagogia da hegemonia e a inclusão social. **Revista HISTEDBR** On-line, Campinas, SP, v. 11, n. 43, p. 237–253, 2012.

PINA, L. D. A nova pedagogia da hegemonia e a inclusão social. **Revista HISTEDBR** On-line, Campinas, SP, v. 11, n. 43, p. 237–253, 2012.

SAVIANI, Dermeval. O trabalho como princípio educativo frente as novas tecnologias. **Fóruns EJA Brasil.** Disponível em: <http://forumeja.org.br/go/files/demerval%20saviani.pdf>.

SISSON, D. A educação inclusiva e a Ética da Libertação de Paulo Freire. **Revista Brasileira de Bioética**, [S. l.], v. 5, n. 1-4, p. 48–62, 2009.

Nome: Avaliação da pessoa com deficiência intelectual

Área de Concentração: Educação Inclusiva

Ementa: Conhecer o estudante requer saber sua história de desenvolvimento e escolaridade assim como seu desempenho acadêmico e comportamento adaptativo atual. A avaliação pedagógica como foco para identificação e planejamento de ações pelo SAPE. Atividades práticas de avaliação estão previstas ocorrendo no SAPE e na sala comum com PDI incluída.

Bibliografia:

AZEVEDO, T.M.P. **A avaliação da aprendizagem no processo de escolarização de alunos com déficit intelectual nos anos finais do EF e do EM.** (Dissertação). 214fls. Santa Maria: Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Federal de Santa Maria. 2010.

BOTTURA, N. V. Z. & FREITAS, A. P. Avaliação processual do ensino-aprendizagem de um aluno com deficiência intelectual na rede regular de ensino. In: MONTEIRO; FREITAS; CAMARGO (orgs.). **Relações de ensino na perspectiva inclusiva:** alunos e professores no contexto escolar. Araraquara, SP: Junqueira&Marin, p. 41-68. 2014.

BRAUN, P. **Prática pedagógica e o aluno com deficiência intelectual:** uma intervenção colaborativa sobre os processos de ensino e aprendizagem na perspectiva histórico-cultural. Rio de Janeiro (RJ). 315f. (Tese). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ. 2012.

CAMARGO (orgs.). **Relações de ensino na perspectiva inclusiva:** alunos e professores no contexto escolar. Araraquara, SP: Junqueira&Marin, p.59-83. 2014.

CRUZ, M. L. R. M. **Ambiente virtual de aprendizagem para letramento de alunos com deficiência intelectual.** 2013. 242f. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em Educação, Faculdade de Educação, Rio de Janeiro, 2013.

DAINÊZ, D. A formação da criança com deficiência intelectual na condição da educação inclusiva: algumas considerações. In: MONTEIRO; FREITAS; FERREIRA, M.L.D.; TONIN DA COSTA, G.M. **Avaliação e deficiência intelectual.** Revista de Educação do IDEAU. Vol. 8 – Nº 17 - Janeiro - Junho 2013.

GONÇALVES, M.C.M.S.R. **Avaliação das competências para a aprendizagem acadêmica numa criança com Trissomia 21:** um estudo de caso. 128 fls. Dissertação. Faculdade de Ciências Sociais. Universidade Católica Portuguesa, Centro Regional de Braga. Braga, 2012.

LUKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem:** componente do ato pedagógico. São Paulo: Cortez Editora, 2011. 448p.

OLIVEIRA, A. A. S. Aprendizagem escolar e Deficiência Intelectual: a questão da avaliação curricular. In: PLETSCHE, M. D. & DAMASCENO, A. (Orgs.). **Educação Especial e inclusão escolar:** reflexões sobre o fazer pedagógico desde a Educação Infantil até o Ensino Superior. Editora Edur, Rio de Janeiro, 2011.

OLIVEIRA, A. A. S. Deficiência intelectual e saber escolar: a questão da avaliação da aprendizagem. In: MANZINI, E.J. (org.) **Educação Especial e Inclusão:** temas atuais. São Carlos: ABPEE, 2013.

OLIVEIRA, A. A. S.; MACHADO, A.C.; CAPELLINI, V.L.M.F. **Avaliar e planejar:** reflexões sobre a ação docente na diversidade. São Paulo: Acervo Digital da UNESP/Redefor II/NEaD/UNESP, 2014.

OLIVEIRA, A. A. S. **Estudos na área da deficiência intelectual: avaliação pedagógica, aprendizagem e currículo escolar**. 2015. 358f. Tese. (Livre-docência em Educação Especial). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. UNESP, campus de Marília. 2015.

OLIVEIRA, A. A. S. Prática pedagógica e avaliação escolar: o desenho de novas perspectivas na área da deficiência intelectual. In: MIRANDA, T. (org). **Práticas de inclusão escolar: um diálogo multidisciplinar**. Bahia: Edufba, 2016.

SOUZA, A.M. L.; MACEDO, M.C.S.R. Avaliação da aprendizagem e inclusão escolar: a singularidade a serviço da coletividade. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, SP. Volume 16, Número 2, Julho/Dezembro de 2012, p. 283-290.

TERRA, M. L. **A avaliação da aprendizagem escolar de estudantes com deficiência intelectual**. 2014. 229 p. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Ciências e Tecnologia. Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2014.

VALENTIM, F. O. D. **Inclusão de alunos com deficiência intelectual: considerações sobre avaliação da aprendizagem escolar**. 2011. 132 f. Dissertação. Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, SP, 2011.

Nome: Braille: código tátil de leitura e escrita

Área de Concentração: Educação Inclusiva

Ementa: Ensino de Braille: escrita e leitura. Equipamentos de escrita Braille (reglete, punção e máquina Braille).

Bibliografia:

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Grafia Braille para a Língua Portuguesa**. Elaboração: Cerqueira, Jonir Bechara... [et al.]. Secretaria de Educação Especial Brasília: SEESP, 2006. 106 p.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Normas Técnicas para a Produção de Textos em Braille**, 2ª edição. Ministério da Educação – Secretaria de Educação Especial. Brasília, 2006.

FUNDAÇÃO DORINA NOWILL PARA CEGOS. **Livro Braille: Confira outros formatos de livro acessível**. Disponível em: <http://fundacaodorina.org.br/atuacao/livros-acessiveis/>. Acesso em 17 de out. 2017.

INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT. **O sistema Braille no Brasil**. Disponível em: <http://revista.ibc.gov.br/index.php/BC/article/view/353> . Acesso em 17 de out. 2017.

MENEZES, Tainá. **Acessibilidade cultural para pessoas com deficiência visual**. CELACC/ECAUSP, 2013.

OLIVEIRA, Elinalva Alves de. **A educação da criança com deficiência visual**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 1ª reimpressão, 2013. (coleção Rede de Saberes), 138p. Educação Especial/Elinalva Alves de Oliveira...[et al]. Fortaleza: UECE: Imprima Conosco, 2013, 139p; Pedagogia.

Nome: Contextualização e conceito da deficiência auditiva/surdez

Área de Concentração: Educação Inclusiva

Ementa: Percurso histórico do atendimento à PDA/PS caracterizado a partir do conceito de deficiência em diferentes épocas, culminando na legislação vigente e possibilidades futuras. Desenvolvimento do conceito de diversidade cultural. Visão sociológica e cultural.

Bibliografia:

ARAGON, Carmelina Aparecida; SANTOS, Isabela Bagliotti. **Deficiência auditiva/surdez:** conceito, legislação e escolarização. In. Educação, Batatais, v. 5, n. 2, p. 119-140, 2015.

BRASIL. **Decreto Nº 5.626, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005.** Brasília. 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. **Atendimento Educacional Especializado:** pessoa com surdez. SEESP/ SEED/ MEC. Brasília – DF, 2007.

BRASIL. **Política de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília, janeiro de 2008.

BRASIL. **Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008.** Dispõe sobre o atendimento educacional especializado. Presidência da República/Casa Civil/Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília. 2008.

CRUZ, M. S.; et al. Prevalência de deficiência auditiva referida e causas atribuídas: um estudo de base populacional. In: **Cadernos de Saúde Pública**, v.25, n.5, p.1123-1131, 2009.

JANUZZI, G. M. **A educação do deficiente no Brasil** [livro eletrônico]: dos primórdios ao início do século XIX. Campinas: autores associados, 2017 (Coleção educação contemporânea).

LODI, A.C.B. Plurilingüismo e surdez: uma leitura bakhtiniana da história da educação dos surdos. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 409-424, set./dez. 2005.

MOURA, MC. **O surdo**, caminhos para uma nova identidade. Revinter, 2000.

QUADROS, R. M. **Educação de surdos:** a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 2008.

GOLDFELD, M. **A criança Surda:** linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista. 2a. ed, Plexus, 2002.

Nome: Contextualização e conceito da deficiência física

Área de Concentração: Educação Inclusiva

Ementa: Percurso histórico-filosófico do atendimento à pessoa com deficiência física caracterizado a partir do conceito de deficiência em diferentes épocas, culminando nas legislações vigentes e possibilidades futuras.

Bibliografia:

BRASIL. Ministério da Educação. **Atendimento Educacional Especializado:** Deficiência Física. SEESP/ SEED/ MEC, Brasília – DF, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (estatuto da pessoa com deficiência). Brasília – DF, 2015.

GARGIULO, R. M. **Special Education in contemporary Society**: Na introduction to excepcionality. Wadsworth, Thomson Learning, 2003.

GREVE, J. M. D. ANDREA & CASTRO, A.W. Tratamento clínico da lesão da medula espinhal fase aguda: Avaliação clínica e funcional da lesão medular índices motores e sensitivos e funcionais utilizados (pp.65-74). In: Greve, J. M. D. ANDREA; CASALIS, M. E. P.; & Barros Filho, T. E. P. (Eds.). **Diagnóstico e tratamento da lesão da medula Espinhal**. São Paulo: Roca. 2001

HEWARD, W.L. **Exceptional Children**: na introduction to special education. New Jersey: Pearson Merrill Prentice Hall, 2006.

JANUZZI, G.S.M. **A educação do deficiente no Brasil**: dos primórdios ao início do século XXI. Campinas: Autores Associados, 2004.

LEONARDO, N.S.T.; BRAY, C.T.; ROSSATO, S.P.M. Inclusão escolar: um estudo acerca da implantação da proposta em escolas do ensino básico. **Revista Bras. Ed. Especial**, v. 15, n. , p. 289-306, 2009.

MENDES, E. G.; ALMEIDA, M. A. (Orgs.) **Das margens ao centro**: perspectivas para as políticas e práticas educacionais no contexto da educação inclusiva. Araraquara, SP: Junqueira & Marin. 2010.

OMOTE, S. Estigma no tempo da inclusão. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 10 (3), 287-308, 2004. RODRIGUES, D. (Org.) **Inclusão e educação**: doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2006. 318p. século XXI. Campinas: Autores Associados, 2004.

SANTOS, C. C.; PEDDE, V.; KUHN JUNIOR, N.; RENNER, J. S. Política Pública, Deficiência Física, concessão de órteses, próteses e meios de locomoção no rio grande do sul: período pré/pós plano viver sem limites. In: **Interfaces Científicas**. v. 5, n. 3, 2017.

UMPHRED, D. A. **Reabilitação Neurológica**. Barueri: Editora Manole Ltda, 4 ed. 2004.

Nome: Contextualização e conceito da deficiência intelectual

Área de Concentração: Educação Inclusiva

Ementa: O conceito de deficiência intelectual, atrelado aos avanços da medicina e da educação tem determinado o atendimento educacional oferecido às pessoas com deficiência intelectual através dos tempos. A definição de deficiência intelectual de acordo com o AAID (Associação Americana sobre Deficiências Intelectuais e Desenvolvimento): o desempenho intelectual e o comportamento adaptativo.

Bibliografia:

AAIDD. (American Association on Intellectual and Developmental Disabilities). **Intellectual Disability**: Definition, Classification, and Systems of Supports (11th Edition), 2010.

ANTUNES, K.C.V. **História de vida de alunos com deficiência intelectual de uma**

escola do campo: percurso escolar e constituição do sujeito. Rio de Janeiro/RJ, 2012, 143p. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. UERJ.

BRAUN, P; NUNES, L. R. O. de P. A formação de conceitos em alunos com deficiência intelectual: o caso de Ian. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 21, n. 1, p.75-92, Jan.-Mar., 2015.

CAMPOS K. P. B. **Isabel na escola:** desafios e perspectivas para a inclusão de uma criança com síndrome de Down numa classe comum. 2012. 185f. Tese. (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

CRUZ, M. L. R. M. **Ambiente virtual de aprendizagem para letramento de alunos com deficiência intelectual.** 2013. 242f. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em Educação, Faculdade de Educação, Rio de Janeiro, 2013.

FERREIRA, M.S.; SANTOS, P.L.; SANTO, M.A. A desconstrução do conceito de Deficiência Mental e a construção do conceito de Incapacidade Intelectual: de uma perspectiva estática a uma perspectiva dinâmica da funcionalidade. **Revista Brasileira de Educação Especial, Marília**, v. 18, n. 4, p. 553-568, Out.-Dez., 2012.

GARCIA, D. I. B. Aprendizagem e desenvolvimento das funções complexas do pensamento e a deficiência intelectual na perspectiva histórico-cultural. In: SHIMAZAKI, PACHECO (orgs.). **Deficiência e Inclusão escolar.** Maringá: Eduem, 2012. p.69-82.

MOSCARDINI, F.S **Escolarização de alunos com deficiência intelectual em classes comuns e salas de recursos multifuncionais.** 194 f. Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras. Araraquara. 2011.

MOTA, L.L. **Deficiência intelectual:** um estudo sobre o processo diagnóstico multidimensional. 2014. 98p. Dissertação. Mestrado em Psicologia. Universidade Católica de Brasília. Brasília, 2014.

OLHER, R.; GUILHOTO, L.M.F.F. Educação Inclusiva e a escola especial. **Revista Deficiência Intelectual.** São Paulo: Instituto APAE. Ano 3, nº 4-5, p.6-12, janeiro-dezembro 2013.

OLIVEIRA, A.A.S.; RUIZ, D.F.R. As práticas pedagógicas na área da deficiência intelectual e os processos de ensino e aprendizagem: análise da produção científica nacional. **Revista Plures Humanidades**, edição 15, 2014, p. 30-5.

OLIVEIRA, E.S.; MARTINS, L.A.R. Currículo e diversidade: os desafios da inclusão escolar de alunos com deficiência intelectual. **Linhas Críticas**, Brasília, DF, v. 17, n. 33, p. 309-325, maio/ago. 2011.

PADILHA, A. M. L., OLIVEIRA, A. A. S., SILVA, L. H. Prácticas pedagógicas para La deficiência intelectual: el contexto Del profesor y de su formación. In: OLIVEIRA, A. A. S., POKER, R.B., OLIVEIRA, F.I.W (orgs). **Prácticas pedagógicas en Educación Especial:** hacia una Escuela Inclusiva.1 Ed. Alcalá de Henares: Universidad de Alcalá de Henares - UAH, 2014, p. 165-185.

PLETSCH, M. D. A escolarização de pessoas com deficiência intelectual no Brasil: da institucionalização às políticas de inclusão (1973-2013). **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, 22(81). Arizona State University. 2014.

PLETSCH, M.D.; GLAT, R. A escolarização de alunos com deficiência intelectual: uma análise da aplicação do Plano de Desenvolvimento Educacional Individualizado. **Linhas Críticas**, Brasília, DF, v. 18, n. 35, p. 193-208, jan./abr. 2012.

RAAD, I.L.; TUNES, E. Deficiência como latrogênese. In: MARTÍNEZ, A. M.; TACCA, M. C. V. R. (orgs.) **Possibilidades de aprendizagem**: ações pedagógicas para alunos com dificuldades e deficiência. Campinas, São Paulo: Alínea, 2011. p.15-46.

Nome: Contextualização e conceito das altas habilidades/superdotação

Área de Concentração: Educação Inclusiva

Ementa: Breve histórico da Educação Especial dos alunos com altas habilidades/superdotação. Bases legais com documentos internacionais, nacionais e da SEE/SP. Conceitos fundamentais em Educação Especial para alunos com altas habilidades/superdotação.

Bibliografia:

ALENCAR, E. M. L. S.; FLEITH, D. S. **Superdotados**: Determinantes, Educação e Ajustamento. São Paulo: EPU, 2001.

ANDRADE, M. C. Ulysses Pernambucano. **Recife**: Pesquisa Escolar Online, Fundação Joaquim Nabuco, 2009. Disponível em: <https://pesquisaescolar.fundaj.gov.br/pt-br/artigo/ulysses-pernambucano/> . Acesso em: 17 out. 2017.

BOARINI, M. L; BORGES, R. F. **Hiperatividade, higiene mental e psicotrópicos**: enigmas da caixa de Pandora. Maringá: EDUEM, 2009.

BRASIL. **Lei Federal n. 12.796, de 4 de abril de 2013**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, abr. 2013.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, dez. 1996.

BRASIL. **Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2010.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO [CNE]. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Resolução CNE/CBE n. 4, de 2 de outubro de 2009. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, Seção, p. 17, out. 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf . Acesso em: 17 out. 2017.

CUPERTINO, C. M. B. (Org.). **Um olhar para as altas habilidades**: construindo caminhos. 2. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: CENP/CAPE/FDE, 2012.

DELOU, C. M. C. Educação do aluno com altas habilidades/superdotação: legislação e políticas educacionais para a inclusão. In: FLEITH, D. S. **A construção de práticas educacionais para alunos com Altas Habilidades / Superdotação**. Brasília: MEC/SEE, 2007.

FERREIRA, A. B. H. **Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. Curitiba: Positivo,

2010.

FLEITH, D. S.; ALENCAR, E. M. L. S. **Desenvolvimento de talentos e altas habilidades**: orientação a pais e professores. Porto Alegre: Artmed, 2007.

GAGNÉ, F.; GUENTHER, Z. C. **O DMGT 2.0 de François Gagné**: construindo talentos a partir da dotação. *Sobredotação*, Braga, v. 11, p. 7-23, 2010.

GALVÃO, A.; PERFEITO, C.; MACEDO, R. Desenvolvimento de expertise: um estudo de caso. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 11, n. 34, p. 1015-1033, set./dez. 2011.

GAMA, M. C. S. S. **Educação de Superdotados**: teoria e prática. São Paulo: EPU, 2006.

GUENTHER, Z. C. **Capacidade e Talento**: um programa para a escola. São Paulo: EPU, 2006.

GUENTHER, Z. C. **Caminhos para Desenvolver Potencial e Talento**. Lavras: Ed. UFLA, 2011.

GUENTHER, Z. C. **Crianças dotadas e talentosas...** não as deixem esperar mais! Rio de Janeiro: LTC, 2012.

GUENTHER, Z. C.; RONDINI, C. A. Capacidade, dotação, talento, habilidades: uma sondagem da conceituação pelo ideário dos educadores. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 28, n. 1, p. 237- 266, 2012.

RENZULLI, J. O que é esta coisa chamada superdotação, e como a desenvolvemos? Uma retrospectiva de vinte e cinco anos. **Educação**. Porto Alegre – RS, ano XXVII, n. 1 (52), p. 75 – 131, Jan./Abr. 2004.

SÁ, P.; GOMES, A. R. Expertise e treino da tomada de decisão: aspectos conceituais e implicações para o treino de jovens atletas. In: MACHADO, A. A.; GOMES, A. R. (Ed.). **Psicologia do esporte**: da escola à competição. Várzea Paulista: Fontoura, 2011. p. 283-311.

Nome: Contextualização e conceito de Transtornos Globais do Desenvolvimento

Área de Concentração: Educação Inclusiva

Ementa: Literatura a respeito da comunicação alternativa e/ou suplementar para promover a análise, discussão e realização das adaptações necessárias durante o processo de seleção e implementação de recursos comunicativos, utilizados nos sujeitos com distúrbios severos da comunicação.

Bibliografia:

ASSUMPÇÃO Jr., F. B.; PIMENTEL, A. C. M. Autismo Infantil. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, São Paulo, n. 22, p. 37-9, 2000. Suplemento 1.

BAGAROLLO, M. F.; PANHOCA, I. A constituição da subjetividade de adolescentes autistas: um olhar para as histórias de vida. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v. 16, n. 2, p. 231-250, maio/ago. 2010.

BAPTISTA, C. R.; BOSA, C. (Orgs.). **Autismo e educação: reflexões e propostas de intervenção**. Porto Alegre: Artmed, 2002. p.111-125.

BOETTGER, A. R. S. dos; LOURENÇO, A. C.; CAPELLINI, V. L. M. F. O

professor da Educação Especial e o processo de ensino-aprendizagem de alunos com autismo. *Revista Educação Especial*, Santa Maria, v. 26, n. 46, p. 385-400, maio/ago. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/1984686X5833> . Acesso em 18 de out. 2017.

BOSA, C. A. Autismo: intervenções psicoeducacionais. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, São Paulo, v. 28, p. 47-53, 2006. Suplemento 1.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Saberes e práticas da inclusão: dificuldades acentuadas de aprendizagem: autismo. Coordenação geral: Francisca Roseneide Furtado do Monte, Idê Borges dos Santos. Reimpressão. Brasília, DF, 2004. (Educação Infantil, 3).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Diretrizes de Atenção à Reabilitação da Pessoa com Transtornos do Espectro do Autismo. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2013. (Série F. Comunicação e Educação em Saúde).

BRASIL. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Brasília, DF, 2012.

CAMARGO, S. P. H.; BOSA, C. A. Competência Social, Inclusão Escolar e Autismo: revisão crítica da literatura. *Psicologia & Sociedade*, Porto Alegre, v. 21, n. 1, p. 65-74, jan./abr. 2009.

CAMARGOS Jr., W. Transtornos invasivos do desenvolvimento: 3º milênio. Brasília, DF: CORDE, 2005. p. 42-47.

GADIA, C. A.; TUCHMAN, R.; ROTTA, N. T. Autismo e doenças invasivas de desenvolvimento. *Jornal de Pediatria*, Porto Alegre, v. 80, n. 2, p. S83-S94, 2004. Suplemento.

GOMES, C. G. S.; MENDES, E. G. Escolarização inclusiva de alunos com autismo na rede municipal de ensino de Belo Horizonte. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v. 16, n. 3, p. 375-396, set./dez. 2010.

ORRÚ, S. E. A Formação de professores e a educação de autistas. *OEI – Revista Iberoamericana de Educación*, [S.l.], 1999.

ORRÚ, S. E. Autismo, linguagem e educação: interação social no cotidiano escolar. 3. ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2012.

ORRÚ, S. E. O Perigo da supervalorização do diagnóstico: rótulos introdutórios ao fracasso escolar de crianças com autismo. *Revista Eletrônica Gestão & Saúde*, Brasília-DF, v. 4, n.1, p. 1699-1709, 2013.

SCHWARTZMAN, J. S.; ARAÚJO, C. A. (Org). *Transtorno do espectro do autismo*. São Paulo: Memnon, 2011.

SUPLINO, M. Currículo funcional natural: guia prático para a educação na área de autismo e deficiência mental. 3. ed. Rio de Janeiro: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência; Rio de Janeiro: CASB-RJ, 2009.

SUPLINO, M. *Inclusão escolar de alunos com autismo*. Rio de Janeiro: Centro Ann

Sullivan do Brasil, 2009.

TUCHMAN, R.; RAPIN, I. Autismo: abordagem neurológica. Tradução Denise Regina de Sales. Porto Alegre: Artmed, 2009. p. 84-94.

VASQUES, C. K. O currículo na escolarização de alunos com autismo e psicose infantil: novos olhares sobre a diferença. Cadernos de Pesquisa em Educação PPGE-UFES, Vitória, v. 16, n. 31, p. 45-65, jan./jun. 2010.

Nome: Deficiência visual: conhecimento necessário para a prática pedagógica

Área de Concentração: Educação Inclusiva

Ementa: Breve histórico da Educação Especial das PDV. Conceito de deficiência visual (cegueira e baixa visão/visão subnormal). Etiologia: Algumas causas para a deficiência visual. Definição de deficiência visual mediante a estrutura social. Estudo do olho humano, sua anatomia, partes constituintes, processo de formação da imagem, como ocorre a visão.

Bibliografia:

AMIRALIAN, M.; PINTO, E. B.; GHIRARDI, M.; LICHTIG, I.; MASINI, E. S. ePASQUALIN, L. Conceituando deficiência. Saúde Pública, v.34, n.1,p. 97-103, 2000.

ARQUIVOS BRASILEIROS DE OFTALMOLOGIA, São Paulo, v. 63, n. 1, fev. 2000.

BRASIL. DECRETO Nº 5.296 DE 2 DE DEZEMBRO DE 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, 2004.

BRASIL. MEC. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, 2008.

BRASIL. MEC. Conselho Nacional de Educação. Parecer nº 13 de 3 de junho de 2009. Sobre as Diretrizes Operacionais para o AEE na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília, 2009.

BRASIL. MEC. Resolução nº4 de 2 de outubro de 2009: Institui as Diretrizes Operacionais para o AEE na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília, 2009.

BRITO, P. R.; VEITZMAN, S. Causas de cegueira e baixa visão em crianças. 2000.

CAMARGO, E.P. Ensino de óptica para alunos cegos: possibilidades. Curitiba: CRV, 2011.

MASINI, E. F. S. O perceber e o relacionar-se do deficiente visual: orientando professores especializados. Brasília: CORDE, 1994.

MASINI, E.F.S. A educação de pessoas com deficiências sensoriais: algumas considerações. In: Do sentido, pelos sentidos para o sentido: o sentido das pessoas com deficiências sensoriais. São Paulo, Editora Vetor, 2002.

MIANES. F. L. Consultoria em audiodescrição: alguns caminhos e possibilidades [recurso eletrônico]/Organizadora Daiana Stockey Carpes – Santa Cruz do Sul:

Catarse, 2016. 165 p. Disponível em: <http://editoracatarse.com.br/site/2016/02/Audiodescri%C3%A7%C3%A3o-pr%C3%A1ticas-e-reflex%C3%B5es-Daiana-Stockey-Carpes.pdf> . Acesso em 18 de out. 2017.

SCHMID, P.C., COELHO, M.A.S.M., RIBEIRO, L.P. Sou especial e estou na escola, e agora? Educação inclusiva de crianças e adolescentes com necessidades educacionais especiais. : 1ª ed. Rio de Janeiro: Vieira e Lent Casa Editorial LTDA, 2008, 111p.

VIGOTSKI, L. S. Fundamentos de defectología: El niño ciego. In: Problemas especiales da defectologia. Havana: Editorial Pueblo Y Educación, p. 74-87, 1997.

Nome: Desenho universal para a aprendizagem

Área de concentração: Educação Inclusiva

Ementa: Pressupostos do Desenho Universal para Aprendizagem: o reconhecimento da informação a ser aprendida, a aplicação de estratégias para processar essa informação e o envolvimento na tarefa de aprendizagem. Princípios do DUA: 1. proporcionar múltiplos meios de representação; 2. Proporcionar múltiplos meios de ação e expressão; 3. proporcionar múltiplos meios de envolvimento. O estudante e o DUA. O currículo e o DUA. Planejamento pedagógico colaborativo. As pesquisas e práticas do DUA no mundo, com ênfase na América Latina.

Bibliografia:

BÖCK, Geisa Letícia Kempfer; GESSER, Marivete; NUERNBERG, Adriano Henrique. O desenho universal para aprendizagem como um princípio do cuidado. Revista Educação, Artes e Inclusão, v. 16, n. 2, p. 361-380, 2020. CAST (2011). Universal Design for Learning guidelines version 2.0. Wakefield, MA: Author.

DA SILVA BARCELOS, Kaio; MACHADO, Gabriela; MARTINS, Morgana de Fátima Agostini. Desenho universal para aprendizagem: levantamento das pesquisas realizadas no Brasil. Research, Society and Development, v. 10, n. 7, p. e43210716942-e43210716942, 2021.

ZERBATO, Ana Paula. Desenho universal para aprendizagem na perspectiva da inclusão escolar: potencialidades e limites de uma formação colaborativa. 2018.

Nome: Desenvolvimento e aprendizagem da Libras (Língua Brasileira de Sinais)

Área de Concentração: Educação Inclusiva

Ementa: O processo de ensino e aprendizagem da LIBRAS em espaço escolar e não escolar.

Bibliografia:

ARAÚJO, P. J. P. Uma linguística de línguas orais e sinalizadas. In: Revista letras raras. Vol. 5, Ano 5, Nº 1 – 2016.

BRASIL, Secretaria de Educação Especial. Programa de capacitação de recursos humanos do ensino da língua brasileira de sinais. Org. por Lucinda F. Brito et al. Brasília: SEESP, 1998 (Série atualidades pedagógicas vol. III).

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Brasília – DF, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais. Brasília – DF, 2005.

BRITO, L. F. Por uma gramática de língua de sinais. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro: UERJ, 1995.

CAPOVILLA, F.C.; RAPHAEL, W.D.; MACEDO, E.C. (org.). Manual ilustrado de sinais e sistema de comunicação em Rede para surdos. São Paulo: Instituto de Psicologia, USP, 1998.

CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W.D. Dicionário enciclopédico ilustrado trilingue – Língua Brasileira de Sinais. 2 Vols. - 3ª Ed. 2013.

CARNEIRO, B. G. Corpo e classificadores nas línguas de sinais. In: Revista Sinalizar, v.1, n.2, p. 118-129, jul./dez. 2016.

LACERDA, C. B. F. Intérprete de Libras em atuação na educação infantil e no ensino fundamental. São Paulo: Editora Mediação, 2009.

QUADROS, R. M. & KARNOPP, L. B. Língua de sinais brasileira: estudos linguísticos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

QUADROS, R. M. Língua de Sinais: instrumentos de avaliação. Porto Alegre: Artmed, 2011.

Nome: Desenvolvimento humano, sexualidade e família

Área de Concentração: Educação Inclusiva

Ementa: Descrição das principais etapas do desenvolvimento humano refletindo sobre a temática da sexualidade em seus aspectos sociais, históricos e culturais com ênfase na idade escolar. A relação família e escola e a educação sexual nos espaços formais de aprendizagem.

Bibliografia:

BRONFENBRENNER, U. Bioecologia do Desenvolvimento Humano-tornando os seres humanos mais humanos. Porto Alegre: Artmed, 2011.

COLE, M.; COLE, S.R. O desenvolvimento da criança e do adolescente. Porto Alegre: Editora Artmed, 2004 (4ª Edição).

KOLLER, S.H. (org.) Ecologia do Desenvolvimento Humano: pesquisa e intervenção no Brasil. São Paulo: Editora Casa do Psicólogo, 2004.

LORDELO, E.R.; Carvalho, A.M.A.; KOLLER, S.H. (orgs) Infância brasileira e contextos de desenvolvimento. São Paulo: Casa do Psicólogo; Salvador: Editora da UFBA, 2002.

MAIA, A.C.B. Inclusão e sexualidade na voz da pessoa com deficiências físicas. Curitiba: Editora Juruá, 2011.

MARTORELL, G. O desenvolvimento da criança: do nascimento à adolescência.

Porto Alegre: AMGH, 2014. 400p. (Série A).

MELCHIORI, L.E.; RODRIGUES, O.M.P.R.; MAIA, A.C.B (Orgs). Famílias e

Crianças- reflexões teórico-práticas sobre os cuidados com as crianças. 1. ed. Curitiba: Juruá, 2012. v. 1. 285p.

NOGUEIRA, M. A, ROMANELLI, G. e ZAGO, N. (Orgs.) Família e escola: trajetórias de escolarização em camadas populares e médias. Petrópolis: Vozes, 2000.

OLSON, D.R.; TORRANCE, N. e cols. Educação e desenvolvimento humano. Porto Alegre: Editora Artmed, 2000.

PAPALIA, D. E.; FELDMAN, R. D. Desenvolvimento humano. 12. ed. Porto Alegre: AMGH, 2013. 800p.

PEREIRA, D.Z.T.; Miura, E. e cols. Criando crianças: da concepção aos seis anos Porto Alegre: Editora Artmed, 2003.

PEREZ, M.C.A. Infância, Família e Escolarização: práticas educativas e seus efeitos no desempenho de crianças das camadas populares. São Carlos: Suprema, 2007.

ROSSETTI-FERREIRA, M.C. Redes de significações e o estudo do desenvolvimento humano. Porto Alegre: Editora Artmed, 2004.

SZYMANSKI, H. e MARTINS, E. Brincando de casinha: significado de família para crianças institucionalizadas. Estudos de Psicologia, Natal, 9(1), 177-187, 2004.

SZYMANSKI, H. Viver em família como experiência de cuidado mútuo: desafios de um mundo em mudança. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo 71, ano XXIII, 09-25, 2002.

Nome: Design educacional: conceitos e estratégias para o desenvolvimento de cursos e recursos educacionais

Área de concentração: Educação Inclusiva

Ementa: Concepções e conhecimentos da área do design educacional aplicados ao planejamento e ao desenvolvimento de protótipos de cursos e recursos educacionais (programa de cursos, e-books, games, aplicativos, vídeo aulas) com o foco na área da educação inclusiva.

Bibliografia:

FURNIEL, Ana Cristina da Matta; MENDONÇA, Ana Paula Bernardo; SILVA, Rosane Mendes da. Recursos Educacionais Abertos. Conceitos e Princípios. Disponível em: <https://campusvirtual.fiocruz.br/portal/guiarea/assets/files/Guia1.pdf>

RAMOS; Daniela Karine, ZANETTE, Elisa Netto; GIACOMAZZO, Graziela Fátima , BUTZKE, Marco Aurélio , SCHERER, Suely. Produção de material didático para educação a distância. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1kMcnaEc52vJ-YrbL6sq6hhFG0vIkwJ3K/view?usp=sharing>

SALES, Mary Valda, SALES, Kathia Marise Borges. Manual de elaboração de Material Didático, Salvador, 2010. Disponível em:

<https://drive.google.com/file/d/1OjLms1H39y07r22sm6bYYWwu9ar2mXI->

/view?usp=sharing

Nome: Direitos humanos, currículo e cultura inclusiva

Área de concentração: Educação Inclusiva

Ementa: Princípios éticos e históricos que reconhecem as diferenças sociais presentes nas relações humanas numa perspectiva educacional inclusiva voltada à pluralidade e diversidade étnica, religiosa, de gênero e sexual.

Bibliografia:

CANDAU, V. M. (2011). Diferenças Culturais, Cotidiano Escolar e Práticas Pedagógicas. Currículo sem Fronteiras, 11(2), 332-344 Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol11iss2articles/candau.pdf>

CARVALHO, G.M.D. et.al. Educação sexual: interfaces curriculares: caderno pedagógico/design instrucional PEREZ, C. S. – Florianópolis: UDESC/CEAD/UAB, 2012.

PACHECO, José Augusto. CURRÍCULO E INCLUSÃO ESCOLAR: (IN)VARIANTES EDUCACIONAIS E CURRICULARES. Revista Teias, [S.l.], v. 17, n. 46, p. 110- 124, set. 2016. ISSN 1982-0305. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/teias.2016.25648> Acesso em: 14 mar. 2021.

RIBEIRO, Djamila. Pequeno Manual antirracista. Editora Schwacz S. A, São Paulo, 2019. Link de acesso: <http://www.stiueg.org.br/Documentos/7/582.pdf>

Nome: Diversidade e cultura inclusiva

Área de Concentração: Educação Inclusiva

Ementa: Princípios éticos e históricos que reconhecem as diferenças sociais presentes nas relações humanas numa perspectiva educacional inclusiva voltada à pluralidade e diversidade étnica, religiosa, de gênero e sexual.

Bibliografia:

AKKARI, A.; SANTIAGO, M. C. Diferenças na Educação: do preconceito ao reconhecimento. Revista Teias, v. 16, n. 40, p. 28-41, 2015.

ALBORNO, N. E.; GAAD, E. Index for Inclusion: a framework for school review in the United Arab Emirates. British Journal of Special Education, v. 41, n. 3, p. 231-248, 2014.

AQUARIO, D.; GHEDIN, E.; URLI, G. Projeto Avaliação Inclusiva: a pesquisa em uma escola secundária. Italian Journal of Special Education for Inclusion, Local anno III, n. 1, 2015.

BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre Educação Especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm#:~:text=2%C2%BA%20A%20educa%C3%A7%C3%](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm#:~:text=2%C2%BA%20A%20educa%C3%A7%C3%93es%20especiais,accesse%20o%20site%20https%3A%2F%2Fportal.sgpe.sea.sc.gov.br%2Fportal-externo%2Finforme%20o%20processo%20UDESC%2000027691%2F2022%20e%20o%20c%C3%B3digo%20L9B5K4A3.)

A3o%20especial%20deve,e%20altas%20habilidades%20ou%20superdota%C3%A7%C3%A3o. . Acesso em: 17 out. 2017.

BRASIL. Secretaria Especial de Direitos Humanos. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH). Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, Unesco, 2012.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf> . Acesso em: 17 out. 2017.

BUENO, J. G. S. Educação Especial brasileira: questões conceituais e de atualidade. São Paulo: EDUC, 2014.

CAPELLINI, V. L. M. F.; ZANATA, E. M.; MENCIA, G. F. M.; RINALDO, S. C. O.

Formação de professores na perspectiva da educação inclusiva: algumas reflexões a partir da formação continuada realizada pelo observatório de educação especial (ONEESP). In: MENDES, E. G.; CIA, F.; CABRAL, L. A.

(Org.). Inclusão escolar e os desafios para a formação de professores em educação especial. São Carlos: Abpee - Marquezine & Manzini, 2015. v. 3. p. 425-444.

FERNANDES, C. H. Pesquisa e formação profissional continuada: (em) caminhos da educação inclusiva. Revista Educação: Teoria e Prática, v. 24, n. 46, 2014.

MANTOAN, M. T. E. Educação Especial na perspectiva inclusiva: o que dizem os professores, dirigentes e pais. Revista diálogos e perspectivas em Educação Especial, v. 2, n. 1, 2015.

McMASTER, C. Inclusion in New Zealand: The potential and possibilities of sustainable inclusive change through utilizing a framework for whole school development Source of the Document New Zealand. Journal of Educational Studies, v. 50, n. 2, p. 239-253, 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA [UNESCO]. Declaração Mundial sobre Educação para Todos – Plano de Ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Documento a partir da Conferência de Jomtien. Tailândia: UNESCO, 1990. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000086291_por . Acesso em: 2 mar. 2016.

PINTO, R. M. S. C.; FILGUEIRAS, E. M.; SANTIAGO, M. C. Construindo culturas, políticas e práticas de inclusão em uma escola pública. Laboratório de Pesquisa, Estudos e Apoio à Participação e à Diversidade em Educação [LaPEADE], Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: . Acesso em: 16 jun. 2016.

PRIETO, R. G.; PAGNEZ, K. S. M. M.; GONZALEZ, R. K. Educação Especial e

Inclusão Escolar: tramas de uma política em implantação. Educação & Realidade, v. 39, n. 3, p. 725-743, 2014.

SANTIAGO, M. C.; SANTOS, M. P. Planejamento de Estratégias para o Processo de Inclusão: desafios em questão. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 40, n. 2, p. 485-502, abr./jun. 2015. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/45248>. Acesso em: 16 jun. 2016.

SANTOS, M. P. et al. O Index para a inclusão como instrumento de pesquisa: uma análise crítica. *Rev. Bras. Ed. Esp.*, Marília, v. 20, n. 4, p. 485-496, 2014.

SANTOS, M. P.; SANTIAGO, M. C.; DE MELO, S. C. Formação de professores para o atendimento educacional especializado: políticas e práticas instituintes de inclusão. *RevistAleph*, Rio de Janeiro, n. 23, 2015.

SOUZA, F. R.; ALMEIDA, F. C. A. Exclusão/inclusão escolar: concepções de pais e de alunos com deficiência intelectual. *Interacções*, v. 9, n. 26, 2014.

Nome: Educação inclusiva: notas sobre o trabalho pedagógico na área do transtorno do espectro autista

Área de concentração: Educação Inclusiva

Ementa: Compreensão dos conceitos básicos sobre Educação Inclusiva e o trabalho pedagógico na área do Transtorno do Espectro Autista, aproximações com as particularidades de aprendizagem e desenvolvimento das pessoas com TEA e análise de suas possibilidades educacionais e do trabalho pedagógico na classe comum por meio do ensino colaborativo.

Bibliografia:

BITTENCOURT, Ivanise Gomes de Souza; FUMES, Neiza de Lourdes Frederico. O cenário das pesquisas no âmbito das experiências de vida narradas por pessoas adultas com TEA. *Braz. J. of Develop.*, Curitiba, v.6, n.7, p. 47752- 47765 jul.2020.

<https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/13335>

BRANDE, C., ZANFELICE, C. A inclusão escolar de um aluno com autismo: diferentes tempos de escuta, intervenção e aprendizagens . *Revista Educação Especial*, 25(42), 43-56, 2012. doi:<https://doi.org/10.5902/1984686X3350>. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/3350/3099>. Acesso em: 10mç 2021.

CABRAL, Cristiane Soares; MARIN, Angela Helena. INCLUSÃO ESCOLAR DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA. *Educ. rev.* [online]. 2017, vol.33, e 142079. https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-46982017000100113&script=sci_abstract&tlng=pt

CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho. Ensino Colaborativo: uma proposta para a escolarização do estudante com Transtorno Global do Desenvolvimento. *Ensino Colaborativo: o papel do professor do SAPE ao estudante com TGD*, disciplina do Programa Rede São Paulo de Formação Docente, Educação Especial. São Paulo: Unesp/NEaD/RedeFor, 2015. Disponível em: <https://acervodigital.unesp.br/bitstream/unesp/381389/1/unesp-nead-iep3-redeFor-ee-tgd-d14-texto1-2015.pdf>.

CRUZ, M. M.; NASCIMENTO, F. F. Acessibilidade ao currículo através do uso do computador para estudantes com autismo. *Revista Interinstitucional de Artes de Educar*. Rio de Janeiro, V. 4, N.1- pág. 43 - 65 – (jan. – abr. de 2018): “Questões contemporâneas sobre a Educação Especial na Perspectiva da educação Inclusiva– DOI: 10.12957/riae.2018.30043. Disponível em: <https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/riae/article/view/30041>. Acesso em

10mç2021.

DIAS, A.A.; SANTOS, I.S.; ABREU, A.R.P. Crianças com Transtorno do Espectro Autista em tempos de pandemia: contextos de inclusão/exclusão na Educação Infantil. *Revista Zero-a-Seis*, Florianópolis, v. 23, n. Especial, p. 101- 124, jan./jan., 2021. Universidade Federal de Santa Catarina. ISSN 1980-4512. DOI: [org/10.5007/1980-4512.2021.e79005](https://periodicos.ufsc.br/index.php/zeroseis/article/view/79005), <https://periodicos.ufsc.br/index.php/zeroseis/article/view/79005>. Acesso em 10mç2021.

MARIN, Márcia; MARETTI, Márcia. ensino colaborativo: estratégia de ensino para a inclusão escolar. ANAIS. I Seminário internacional de inclusão: práticas em diálogo. UERJ. CAP-UERJ de 21 a 23 de outubro de 2014. http://www.cap.uerj.br/site/images/stories/noticias/4-marin_e_maretti.pdf

NEVES, Anderson Jonas; ANTONELLI, Carolina de Santi; SILVA, Mariana Giroto Carvalho; CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho. Escolarização formal e dimensões curriculares para alunos com autismo: o estado da arte da produção acadêmica brasileira. *Educ. rev.* vol.30 no.2 Belo Horizonte April/June 2014. https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982014000200003

ONOHARA, A. M. H.; SANTOS CRUZ, J. A.; MARIANO, M. L. Educação inclusiva: o trabalho pedagógico do professor para com o aluno autista no ensino fundamental I. *DOXA: Revista Brasileira de Psicologia e Educação*, Araraquara, v. 20, n. 2, p. 289–304, 2018. DOI: 10.30715/doxa.v20i2.12020. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/doxa/article/view/12020>. Acesso em 15mç2021.

VICARI, Luiza Pinheiro Leão. RAHME, Mônica Maria Farid. Escolarização de alunos com TEA: práticas educativas em uma rede pública de ensino. *Revista Educação Especial*. V. 33. 2020 – Santa Maria. <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/43296>

WUO, A., YAEDU, F., WAYSZCEYK, S. Déficit ou diferença? um estudo sobre o autismo em pesquisas educacionais. *Revista Educação Especial*, 32, e102/ 1- 21, 2019. Disponível em <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/38975>. Acesso em 10 março 2021.

ZIRALDO. Autismo: uma realidade. *Autismo e realidade*. 2013. Disponível em <https://autismoerealidade.org.br/convivendo-com-o-tea/cartilhas/cartilha-autismo-uma-realidade/>. Acesso em 10 mç2021.

Nome: Educação, Trabalho e Envelhecimento da Pessoa com Deficiência

Área de Concentração: Educação Inclusiva

Ementa: Análise da noção de Mundo do Trabalho e de Mercado de Trabalho e o papel desempenhado pela escola na formação do aluno com deficiência visando a terminalidade da educação no oferecimento de condições básicas para inserção na força de trabalho. Análise do processo educacional e as respectivas legislações educacionais no que se refere à preparação para o trabalho, qualificação profissional e orientação para o trabalho. Especial ênfase aos aspectos da idade adulta, autonomia individual na maturidade e o processo de envelhecimento humano e suas implicações na área da deficiência.

Bibliografia:

BELLAMY, G. T., HORNER, R. H., INMAN, D. P. Vocational habilitation of severely retarded adults: a direct service technology. 2.ed. Baltimore: University Park Press, 1981. 241p.

BRASIL. Lei nº 9394/96, 20 dez. 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União. Brasília, nº 248, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília: MEC/SEF, v. 1, 1997. 126p.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: Apresentação dos Temas Transversais, Ética. Brasília: MEC/SEF, v. 8, 1997. 146p.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Roteiro e metas para orientar o debate sobre o plano nacional de educação. Brasília: MEC/INEPE, 1997. 61p.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos: temas transversais. Brasília: MEC/SEF, 1998. 436p.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental / Secretaria de Educação Especial. Parâmetros Curriculares Nacionais: Adaptações Curriculares. Brasília: MEC/SEF/SEESP, 1999. 62p.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 06 jul 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União. Brasília, 2015.

BROENS, M. Encontro com as Ciências Cognitivas. Marília: UNESP Marília Publicações, 1998. v.2, p.227-34.

DEL-MASSO, M. C. S. Vygotsky e a Ciência Cognitiva: a importância dos fatores culturais no processo de aprendizagem. In: GONZALES, M. E. Q., DEL-MASSO, M. C. S. Educação e Trabalho: temas a considerar para a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. In: MIRANDA, T.G., GALVÃO FILHO, T.A. O professor e a educação inclusiva: formação, práticas e lugares. Salvador: EDUFBA, 2012. p.423-434.

DEL-MASSO, M.C.S., MIRANDA, T.G., NASCIMENTO, E.S. Pessoas com deficiência e trabalho: atuais desafios. In: GIROTO, C.R.M., DEL-MASSO, M.C.S., MILANEZ, S.G.C., HEREDERO, E.S. (Org.). Servicios de apoyo en Educación Especial: una mirada desde diferentes realidades. Alcalá de Henares, Espanha: Universidad de Alcalá – Servicio de Publicaciones, 2014. cap.11, p.215-231.

MARTINS, L.M., ABRANTES, A.A., FACCI, M.G.D. Periodização histórico- cultural do desenvolvimento psíquico do nascimento à velhice. Campinas, SP: Autores Associados, 2016.

OLIVEIRA, A.A.S. de Um diálogo esquecido: a vez e a voz de adolescentes com deficiência. Londrina-Pr/ Bauru-Sp: Editora Práxis, 2007.

OLIVEIRA, A.A.S., DEL-MASSO, M.C.S. Política inclusiva e gestão escolar: pontos e contrapontos. In: RIBEIRO, R. Educação Especial: olhar o presente para pensar o

futuro. Botucatu, SP: Editora QuintAventura Livros, 2014. P. 78- 93.

SCHMIDT, M.L.G, DEL-MASSO, M.C.S. Readaptação Profissional: da teoria à prática. São Paulo: Cultura Acadêmica/UNESP, 2014.

SCHÜNZEN, E.T.M., SANTOS, D.A.N. Práticas Pedagógicas do Professor: abordagem construcionista, contextualizada e significativa para uma educação inclusiva. Curitiba, PR: Appris, 2016.

VYGOTSKY, L. S. Historia del desarrollo de las funciones psíquicas superiores. Cuba: Editorial Científico-Técnica, 1987. 240p.

VYGOTSKY, L. S. Pensamento e linguagem. São Paulo: Martins Fontes, 1993. 135p.

VYGOTSKY, L. S. Fundamentals of Defectology. In: Collected Works. New York: Plenum Press, 1993. v.2, Trans. J. Knox & C. Stevens. 349p.

VYGOTSKY, L. S. Défectologie et Déficience Mentale. Tradução de E. BARISNIKOV e G. PETITPIERRE. Paris: Delachaux et Niestlé S.A, 1994. 258p. VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente: O desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 6.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998. 191p.

VYGOTSKY, L. S., LURIA, A. R. Estudos sobre a história do comportamento: o macaco, o primitivo e a criança. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. 252p.

Nome: Ensino colaborativo no apoio à inclusão educacional

Área de concentração: Educação Inclusiva

Ementa: Conceitos de Inclusão Escolar e Colaboração. Ensino Colaborativo: conceitos e pesquisas. Papéis dos professores do ensino comum e da educação especial. Princípios e estágios do ensino colaborativo. A inclusão escolar e os novos papéis na escola. Estratégias para implementação do Ensino colaborativo. Formação de profissionais e o ensino colaborativo. Práticas de ensino colaborativo e análise de resultados de experiências.

Bibliografia:

BEZERRA, Giovani Ferreira. Materialismo histórico-dialético e inclusão escolar: reflexões críticas. Marx e o Marxismo, v.4, n.6, jan/jun 2016. Disponível: <https://www.niepmarx.blog.br/revistadoniep/index.php/MM/article/view/131/117>

FONTES, Virgínia. Pobretologia e falsificação da ira popular. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=rRswefXBYj8>

FONTES, Virgínia, Democracia e revolução. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=URXPCbGyKWU>.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Seminário Educação e Democracia - Em defesa da escola pública: Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=NERdEP7kyBw>

Paulo Freire Contemporâneo - Parte 1. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=A02WaJH_Chk.

Resgate - Encontro com Paulo Freire. Disponível em:

<https://www.youtube.com/watch?v=5yRyAXPXHmA>.

Nome: Ensino, aprendizagem e o desenvolvimento da pessoa com deficiência.

Área de concentração: Educação Inclusiva

Ementa: Mediação no processo de ensino e aprendizagem da pessoa com deficiência no contexto escolar.

Bibliografia:

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: LDB. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008.

FERNANDES, L.B.; SCHLESENER, A.; MOSQUERA, C. Breve histórico da deficiência e seus paradigmas. Revista do Núcleo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares em Musicoterapia, Curitiba v.2, p.132 –144. 2011. Disponível em: <https://periodicos.unespar.edu.br/index.php/incantare/article/view/181> Acesso em: 25/03/2021.

FREITAS, S. N. O direito à educação para a pessoa com deficiência: considerações acerca das políticas públicas. In.: BAPTISTA, C. R.; JESUS, D. M. de (Org.). Avanços em políticas de inclusão: o contexto da educação especial no Brasil e em outros países. Porto Alegre: Mediação, 2009.

LEONTIEV, Alexis. O homem e a cultura. In: O desenvolvimento do psiquismo. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2004. p. 277-302.

LEONTIEV, Alexis. Aparecimento da consciência humana. In: O desenvolvimento do psiquismo. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2004. p. 75-94.

LEONTIEV, Alexis. O desenvolvimento do psiquismo na criança. In: O desenvolvimento do psiquismo. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2004. p. 303-333.

LEONTIEV, A. N. Os princípios do desenvolvimento mental e o problema do atraso mental. In: LEONTIEV, A. N. [et al.]. Psicologia e pedagogia: bases psicológicas da aprendizagem e do desenvolvimento. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2005, p. 59-76.

REILY, Lucia. Linguagem e mediação. 4. Ed. Campinas: Papyrus, 2012. SHIMAZAKI, E. M.; PACHECO, E.R. (Org.). Deficiência e inclusão escolar. 2ª ed. Maringá: Eduem, 2018.

VYGOTSKY, L. S. (1997). Los problemas fundamentales de la defectología contemporánea. In L. S. Vygotsky. Obras escogidas (Vol. 5). Madrid: Visor. (Obra original publicada em 1929).

VIGOTSKI, L. S. O desenvolvimento dos conceitos científicos na infância. In: Pensamento e Linguagem. Martins Fontes, 1991, p. 71-101. VYGOTSKY, L. S. Aprendizagem e desenvolvimento intelectual na idade escolar. In.: LEONTIEV, A.

N.[et al.]. Psicologia e pedagogia: bases psicológicas da aprendizagem e do desenvolvimento. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2005, p. 31-50.

Nome: Escola pública, diversidade e prática pedagógica

Área de concentração: Educação Inclusiva

Ementa: Escola pública e diversidade. Prática Pedagógica, sala de aula e diversidade. Prática pedagógica bancária e prática pedagógica dialógica. Potencialidades da prática pedagógica com os sujeitos diversos.

Bibliografia:

ARROYO, Miguel González. Vídeo sobre concepções pedagógicas. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=HuwJcYdkVg4> . Acesso em 10 jul. 2021. [6 min.]

ARROYO, Miguel González. Vídeo sobre diversidade. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=R5V7_2V81bU Acesso em 11 jul. 2021. [16 min.]

ARROYO, Miguel González. Diversidade. In: CALDART, Roseli Salete et. al. (Orgs.). Dicionário da Educação do Campo. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012. p. 229 – 237. Disponível em <https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/l191.pdf> Acesso em 13 jul. 2021.

CAMARGO, Evani Amaral. Construção conjunta de narrativas no processo de inclusão. Revista Comunicações, vol. 19, nº1, UNIMEP, Piracicaba, 2012. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-unimep/index.php/comunicacoes/article/view/1191>. Acesso em 9 jul. 2021.

ESTÁCIO NETO, Francisco; CORRÊA, Jackeline Barcelos; SOUZA, Maria Eduarda das Graças Gomes. A prática pedagógica com alunos autistas na Educação Infantil. Interdisciplinary Scientific Journal, v. 6, nº 5, maio de 2019. Disponível em: <http://revista.srvroot.com/linkscienceplace/index.php/linkscienceplace/article/view/676> Acesso em 14 jul. 2021.

FRANCÊS, Lyanny Araujo; MESQUITA, Amélia Maria Araújo. As experiências nos espaços-tempos da escola sob o olhar de uma criança com Transtorno do Espectro do Autismo. Revista Brasileira de Educação, nº 26, 2021. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/M7jYYq84pmgK4TsbSQDQ8Dr/?lang=pt> Acesso em 9 jul. 2021.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GOMES, Nilma Lino. Indagações sobre currículo: diversidade e currículo. In: BEAUCHAMP, Jeanete; PAGEL, Sandra Denise; NASCIMENTO, Aricélia Ribeiro do (Orgs.). Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag4.pdf> Acesso em 12 jul. 2021.

HERRERA, Marli Aparecida; BRANDÃO, Ayres; FURLANETTO, Ecleide Cunicco. Narrativas de crianças com deficiência intelectual sobre suas experiências de inclusão nas escolas regulares. XII EDUCERE, PUCPR, Curitiba, 2015. Disponível em https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/16038_11354.pdf Acesso em 10 jul. 2021.

LOPES, Maria da Conceição Oliveira; Fabíola Silva de Oliveira Vilas Boas. Narrativas de professores sobre as subjetividades e a diversidade em sala de aula. XX EPEN, UFBA, 2020. Disponível em http://anais.anped.org.br/regionais/sites/default/files/trabalhos/20/6469-TEXTO_PROPOSTA_COMPLETO.pdf Acesso em 14 jul. 2021.

MAGALHÃES, Shamila Del Prete; ROCHA, Maíra Gomes de Souza da; PLETSCHE, Márcia Denise. A aprendizagem de alunos com deficiências múltiplas: contribuições da teoria histórico cultural por meio da pesquisa colaborativa. VIII Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Educação Especial. Londrina, novembro de 2013. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2013/AT16-2013/AT16-022.pdf> Acesso em 13 jul. 2021.

SANTOS, Maria Fabiana Brito. Diversidade cultural na escola: um relato de experiência. VI Colóquio internacional Educação e Contemporaneidade. São Cristóvão, Sergipe. 2011. Disponível em <https://ri.ufs.br/bitstream/riufs/10181/32/31.pdf>. Acesso em 12 Jul. 2021.

SOUZA, Maria Antônia de. Sobre o conceito de prática pedagógica. In: SILVA, Maria Cristina Borges da. Práticas pedagógicas e elementos articuladores. Curitiba: UTP, 2016. Disponível em https://utp.br/wp-content/uploads/2019/08/miolo_livro_prat_e_elementos_2019.pdf Acesso em 10 jul. 2021

VIANA, IÊDA. Práticas Pedagógicas: Matrizes Teóricas e Interfaces Conceituais. In: SILVA, Maria Cristina Borges da. Práticas pedagógicas e elementos articuladores. Curitiba: UTP, 2016. Disponível em https://utp.br/wp-content/uploads/2019/08/miolo_livro_prat_e_elementos_2019.pdf Acesso em 10 Jul. 2021.

Nome: Escolarização do estudante com altas habilidades/superdotação

Área de Concentração: Educação Inclusiva

Ementa: Alternativas de atendimento para o estudante com altas habilidades/superdotação a ser realizado na classe comum e fora dela. Criatividade na prática pedagógica.

Bibliografia:

BRASIL. Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Diário Oficial da União, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: MEC; SEESP, 2001. Disponível em: <http://goo.gl/2o5Ku>. Acesso em: 20 mar. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial [MEC. SEESP]. Políticas Nacionais de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducapespecial.pdf>. Acesso em: 17 out. 2017.

BRASIL. Resolução Nº 4 de 02 de outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais

para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília: Diário Oficial da União, 5 de outubro de 2009, Seção 1, p. 17.

COLANGELO, N.; ASSOULINE, S. G.; GROSS, M. U. M. *A Nation Deceived: How Schools Hold Back America's Brightest Students*. Iowa city, Iowa: University of Iowa, 2004.

CUPERTINO, C. M. B. Alfabetização precoce: condição para adiantamento escolar? Dois Pontos - teoria prática da educação, mar./abr. 1999, p. 59-61.

CUPERTINO, C. M. B. (Org.). *Um olhar para as altas habilidades: construindo caminhos*. Secretaria da Educação. 2. ed. rev. atual. ampl. São Paulo: CENP/CAPE/FDE, 2012. Disponível em: http://cape.edunet.sp.gov.br/cape_arquivos/Um_Olhar_Para_As_Altas_habilidades_2%C2%B0_Edi%C3%A7%C3%A3o.pdf . Acesso em: 17 out. 2017.

FREITAS, S. N; PÉREZ, S. G. P. B. *Altas habilidades/superdotação: atendimento especializado*. Marília, SP: ABPEE, 2010.

GALLAGHER, J. J. Current status of gifted education in the United States. In: HELLER, K.; MONKS, F. J.; PASSOW, H. A. *A international handbook for research and development of giftedness and talent*. Oxford: Pergamon, 1993. p. 755-770.

RENZULLI, J. S. The Three-ring conception of giftedness: a developmental model for creative productivity. In: RENZULLI, J. S. *The Triad Reader*. Ontario: Creative Learning, 1986. p. 2-19.

RENZULLI, J. S; REIS, S. M. *The schoolwide enrichment model: a how-to guide for educational excellence*. Mansfield Center, CT, Creative Learning Press, 1997.

SÁNCHEZ, M. D. P.; AVILÉS, R. M. H. Funciones del psicopedagogo en la evaluación y atención a la diversidad del superdotado. In: SÁNCHEZ, M. D. P.; COSTA, J. L. C. (Org.). *Los superdotados: esos alumnos excepcionales*. Málaga: Aljibe, 2000.

SCHIEVER, S. W.; MAKER, C. J. Enrichment and Acceleration: an overview and new directions. In: COLANGELO, N.; DAVIS, G. A. *Handbook of Gifted Education*. Needham Heights, Massachusetts: Allyn and Bacon, 1991. p. 97- 110.

SILVERMANN, L. K. Through the lens of giftedness. *Roeper Review*, v. 20, n. 30, p. 204-210, 1998.

VIRGOLIM, A. M. R. *A criança superdotada e a questão da diferença: Um olhar sobre suas necessidades emocionais, sociais e cognitivas*. Linhas críticas, 2003. p. 13-31.

Nome: Estudos avançados sobre a surdez e a educação das pessoas surdas

Área de concentração: Educação Inclusiva

Ementa: Concepções investigativas que perpassam os estudos avançados na área da surdez e da educação da pessoa surda

Bibliografia:

CAMPELLO, A. R. *Aspectos da Visualidade na Educação de Surdos*. 2008. Tese – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008. CAMPELLO, A. R. S.

Pedagogia visual/sinal na educação dos surdos. In: QUADROS R. M., PERLIN, G. (Orgs). Estudos Surdos II. Petrópolis, RJ: Arara Azul, 2007. Disponível pelo link: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/91182>

CAMPELLO, Ana Regina e Souza. A Volta do Termo Surdos-Mudos: Sob Uma Perspectiva Cultural e de Identidade. Revista Fragmentum. Número 55. 2020. Disponível pelo Link: <https://periodicos.ufsm.br/fragmentum/article/view/42434>

CAMPELLO, Ana Regina e Souza. Aspectos da visualidade na educação de surdos. Tese. Centro de Ciência da Educação. UFSC: Florianópolis, 2008. Disponível pelo link: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/91182> COSTA, M. R. Proposta de modelo de enciclopédia visual bilíngue juvenil: enciclobras. Brasília, 2012. 151 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Letras, Universidade de Brasília.

COSTA, M. R. Enciclobras: produção sistematizada de sinais- termo em língua de sinais brasileira em novos eixos temáticos: LSB e LGP: ("Proposta Enciclopédica: EncicloSigno em contexto") CUXAC, Christian. As línguas de sinais: analisadores da faculdade de linguagem; em Aquisição e Interação em Língua Estrangeira [em linha], as Línguas de Sinais: uma perspectiva semiogenética. Disponível em: <http://www.aile.revues.org/document536.html> Acesso em: 06 ago. 2014.

DERRIDA, Jacques. A Voz e o Fenômeno: Introdução ao problema do signo na fenomenologia de Husserl. Tradução: Lucy Magalhães. Jorge Zahar Editor: Rio de Janeiro. 1993. DIDEROT, Denis. Carta sobre os Surdos-Mudos para uso dos que ouvem e falam. São Paulo: Nova Alexandria. 1993.

ECO, Umberto. A busca da língua perfeita. São Paulo: EDUSC. 2002.

FARIA-NASCIMENTO. Sandra Patrícia. Representações Lexicais da Língua de Sinais Brasileira. Uma Proposta Lexicográfica. Brasília, 2009. 290 f. Tese (doutorado) - Instituto de Letras, Universidade de Brasília, 2009.

FAULSTICH, Enilde. Especificidades semânticas e lexicais: a criação de sinais-termo na Língua de sinais brasileira. In: Léxico e suas Interfaces: Descrição, Reflexão e Ensino. 1. ed. Araraquara/SP: Cultura Acadêmica, 2016.

FAULSTICH, Enilde. Nota Lexical (2012). Disponível em: www.centrolexterm.com.br. Acesso em 20 de julho de 2018.

FISCHER, Renate and Lane, Harlan (Eds). Looking Back: A Reader on the History of Deaf Communities and Their Sign Languages. Hamburg: Signum, 1993.

FLICK, Uwe. A pesquisa qualitativa online: a utilização da Internet. In: Introdução a pesquisa qualitativa. Porto Alegre: Artmed, 2009. p. 238-253.

HERZIG, Melissa P, A Curriculum for ASL: Empowering Students by Giving Them Ownership of Their Learning, Odyssey: New Directions in Deaf Education, v. 18, p. 70-75, 2017. Disponível em: <https://eric.ed.gov/?id=EJ1143232>

HOLLOSI, M. Práticas bilíngues: formação de professores para a atuação com alunos surdos. Revista Fórum INES. Rio de Janeiro: 2016.

KUCHENBECKER, Klaus Ernesto. O trabalho com pessoas surdas numa congregação de ouvintes. 2006. 158 p. Dissertação de Mestrado (Teologia). IEPG, São Leopoldo, 2006.

LEBEDEFF, T. B. Aprendendo a ler “com outros olhos”: relatos de oficinas de letramento visual com professores surdos. *Cadernos de Educação*. Pelotas, FaE/PPGE/UFPel, v. 36. p. 175-195, maio/agosto 2010.

LEBEDEFF, T. B. O povo do olho: uma discussão sobre a experiência visual e surdez. In: LEBEDEFF, T. B. (Org.). *Letramento visual e surdez*. Rio de Janeiro: WAK Editora, 2017, p. 226-251.

LODI, A.C.B.; HARRISON, K.M.P.; CAMPOS, S.R.L. de. Letramento e surdez: um olhar sobre as particularidades dentro do contexto educacional. IN: LODI et al. *Letramento e minorias*. 7.ed. Porto Alegre: Mediação, 2014.

LODI, Ana Claudia Balieiro; LUCIANO, Rosana de Toledo. Desenvolvimento da linguagem de crianças surdas em língua brasileira de sinais. IN: LODI, Ana Claudia Balieiro; LACERDA, C. B. F. de (org). *Uma escola e duas línguas: letramento em língua portuguesa e língua de sinais nas etapas iniciais da escolarização*. Porto Alegre: mediação, 2014, p. 33-50.

LOURENÇO, Érica Aparecida Garrutti de; COELHO, Larissa Daniele de Jesus. Contribuições de práticas colaborativas no desenvolvimento linguístico e cultural de crianças surdas por meio da literatura infantil. In: SILVA, Rosane Aparecida Favoreto da; HOLOSSI, Marcio. *Educação de Surdos, linguagens e experiências*. Uberlândia: Navegando. <https://www.editoranavegando.com/livro-educacao-de-surdos>

MOURA, A. Q. Educação matemática e crianças surdas: explorando possibilidades em um cenário para investigação. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) – Programa de Pós-graduação em Educação Matemática, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Rio Claro, Rio Claro-SP, 2015.

MOURA, M. C. de. Surdez e Linguagem. In: LACERDA, C. B. F. de; SANTOS, L. F. dos (Org.) *Tenho um aluno surdo, e agora?: Introdução à LIBRAS e educação de surdos*. São Carlos: EdUFSCar, 2014. Cap. 1, p.13-26.

Moura, M.C. de; Campos, S. R. L. – Para Além da Língua, *Amazônida (UFAM)*, v.17, p. 133- 151, Am, 2012.

MUNIZ, C. A. As crianças que calculavam: o ser matemático como sujeito produtor de sentidos subjetivos na aprendizagem. In: XII Encontro Nacional de Educação Matemática (ENEM). São Paulo, 2016. Disponível em: http://www.sbem.com.br/enem2016/anais/pdf/5317_2410_ID.pdf. Acesso em 08 set. 2019.

NASCIMENTO, Cristiane Batista do Terminografia Língua de Sinais Brasileira: proposta de glossário ilustrado semibilíngue do meio ambiente, em mídia digital. 220f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade de Brasília, Brasília, 2016.

NOGUEIRA, C. M. I. (Org). *Surdez, inclusão e matemática*. Curitiba: CRV, 2013.

NUNES, T. et al. Promovendo o Sucesso das Crianças Surdas em Matemática: Uma Intervenção Precoce. In: *Cuadernos de Investigación y Formación en Educación Matemática*. 2013. Año 8. Número 11. pp 263-275. Costa Rica. Disponível em: . Acesso em: 10 out. 2016.

PERLIN, Gládis. Identidades Surdas. In: SKLIAR, Carlos. *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação, 1998.

PINO, A. – As marcas do humano- às origens da constituição cultural da criança na perspectiva de Lev S. Vigotski, Cap. I e II, São Paulo, Cortez, 2005. PROMETI, Daniela. Terminologia da Língua de Sinais Brasileira: léxico visual bilíngue dos sinais-termo musicais – um estudo contrastivo. 2020. 260 f., il. Tese (Doutorado em Linguística) - Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

QUADROS, R. M. de. Educação de surdos: a aquisição da linguagem. Artes Médicas. Porto Alegre. 1997.

RIBEIRO, Tiago; SKILIAR, Carlos. (2020) Escolas, pandemia e conversação: notas sobre uma educação inútil. In: Série-Estudos, Campo Grande, MS, v. 25, n. 55, p. 13-30, set./dez. Disponível em: <https://ri.conicet.gov.ar/handle/11336/123116?show=full>

SÁ, Nídia Regina Limeira. Estudos Surdos. Disponível pelo link: http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:C8h6Ya1vbwAJ:www.eusurdo.ufba.br/arquivos/estudos_surdos_feneis.doc+&cd=2&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br

SÁ, Nídia Regina Limeira. Existe uma cultura surda? In: Cultura, poder e educação de surdos. São Paulo: Paulinas, 2006. 388 p.

SACKS, O. Vendo vozes: uma viagem ao mundo dos surdos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SÁNCHEZ, Carlos. La increíble y triste historia de la sordera. Resumo.UFPR. Disponível pelo link: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/25008>.

SAUSSURE, Ferdinand de. Curso de linguística geral. São Paulo, Cultrix. 1977
SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: Silva, T. T. (org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, Vozes. 2000.

SILVA, Tomaz Tadeu. A política e a epistemologia do corpo normalizado. In: Revista Espaço, Rio de Janeiro, n. 8, 1997. p. 3-15.

SKLIAR, C. Atualidade da educação bilíngue para surdos. Porto Alegre: Mediação, 1999.

SKLIAR, C. E. T. (Org.). Atualidade da educação bilíngue para surdos: volume 1. Porto Alegre: Mediação, 1999.

SKLIAR, C. Os estudos surdos na educação: problematizando a normalidade. In: SKLIAR, C. (Org.). A surdez: um olhar sobre as diferenças. 8. ed. Porto Alegre: Mediação, 2016. Cap. 1. p. 7-32.

SKLIAR, Carlos. A escuta das diferenças. Porto Alegre: mediação, 2019.

SKLIAR, Carlos. As diferenças e as pessoas surdas. Revista Fórum, Rio de Janeiro, n. 35, p. 17-24, jan-jun 2017. Disponível em: <https://www.ines.gov.br/seer/index.php/forum-bilingue/article/view/384>

SKLIAR, Carlos. Pedagogia (Improvável) da diferença e se o outro não estivesse aí. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.

SOUZA, Lynn Mario T. Menezes. O Fragmento Quântico: Identidade e Alteridade no Sujeito Pós Colonial. Revista Letras. Santa Maria: UFSM. 1997. Disponível pelo link: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11465>.

STROBEL, K. As imagens do outro sobre a cultura surda. 2. ed. Florianópolis: Ed. da

UFSC, 2009.

SVARTHOLM, K. 35 years of bilingual deaf education – and then? Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s014-40602014000600004&script=sci_arttext&lng=en. Acesso em: 20 de abr. 2020.

XAVIER, André Nogueira, 1980-X19u Uma ou duas? Eis a questão!: um estudo do parâmetro número de mãos na produção de sinais da língua brasileira de sinais (Libras)/André Nogueira Xavier. – Campinas, SP: [s.n.], 2014.

Nome: Gestão democrática e projeto pedagógico

Área de Concentração: Educação Inclusiva

Ementa: Análise e reflexão sobre políticas de educação inclusiva vinculadas à gestão educacional. Análise e reflexão sobre a construção de projetos pedagógicos inclusivos em escolas públicas. O Projeto Pedagógico (PP) como elemento norteador das ações político pedagógicas na escola. Possibilidades de ações no interior da escola na perspectiva da construção de uma escola inclusiva. Análise e reflexão sobre o PP, com propostas de alterações qualitativas para a escola sob a forma de estágio supervisionado.

Bibliografia:

DUTRA, C. P.; GRIBOSKI, C. M. Gestão para Inclusão. Revista de Educação Especial, Santa Maria, n. 26, p. 9-17, 2005.

LIBÂNEO, J. C. Organização e gestão da escola: teoria e prática. 6. ed. São Paulo: Heccus Editora. 2013.

LUCK, H. Concepções e processos democráticos de gestão educacional. São Paulo: Vozes, 2012.

MOSÉ, V. A escola e os desafios contemporâneos. José Olympio, 2013. RISCAL, S. A. Gestão democrática no cotidiano escolar. 2011. Disponível em: Acesso em: 17 jun. 2017.

SAGE, D. D. Estratégias administrativas para a realização do ensino inclusivo. In: STAINBACK, S.; STAINBACK, W. (Org.). Inclusão: um guia para educadores. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999. p. 129-141.

VASCONCELOS, C. S. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político pedagógico: elementos metodológicos para elaboração e realização. 13. ed. São Paulo: Libertad, 2004.

Nome: Ingresso e a permanência dos EPAEE no ensino superior

Área de Concentração: Educação Inclusiva

Ementa: Análise e reflexão sobre as políticas públicas que garantem o ingresso e a permanência dos EPAEE no ensino superior, bem como discutir as possibilidades de ações nas instituições de ensino superior na perspectiva da educação inclusiva, focando na acessibilidade e nas oportunidades de adequação curricular no âmbito da formação no ensino superior.

Bibliografia:

AZEVEDO, Maria Carolina Albuquerque. Políticas de Acessos para discentes com

Deficiência Visual no Ensino Superior: um estudo de caso. 2012. 167f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

BISOL, Cláudia Alquati; VALENTINI, Carla Beatris; SIMIONI, Janaína Lazzarotto; ZANCHIN, Jaqueline. Estudantes surdos no ensino superior: reflexões sobre a inclusão. In: Cadernos de Pesquisa. v. 40, n. 139, p.147-172, jan./abr. 2010.

BRAGA, Janine de Carvalho Ferreira. Direito à educação da pessoa com deficiência no ensino superior: um estudo da acessibilidade arquitetônica e nas comunicações nas universidades no Ceará / Janine de Carvalho Ferreira Braga, - 2016. 220f. Dissertação (mestrado) – Universidade de Fortaleza, 2016.

CARVALHO, Cristina Linares Cintra de. Pessoas com deficiência no ensino superior: percepções dos alunos. 2015. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade: Contabilidade) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. doi:10.11606/D.12.2015.tde-04092015-104118.

CASTRO, Sabrina Fernandes de; ALMEIDA, Maria Amélia. Ingresso e permanência de alunos com deficiência em universidades públicas brasileiras. Rev. bras. educ. espec. Marília, v. 20, n. 2, p. 179-194, June 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-65382014000200003>. Acesso em 18 de out. 2017.

CHAHINI, Thelma Helena Costa. Atitudes sociais e opiniões de professores e alunos da Universidade Federal do Maranhão em relação à inclusão de alunos com deficiência na educação superior. 2010. 132f. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Filosofia e Ciência, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2010.

CIANTELLI, Ana Paula Camilo; LEITE, Lúcia Pereira. Ações Exercidas pelos Núcleos de Acessibilidade nas Universidades Federais Brasileiras. Rev. bras. educ. espec., Marília, v. 22, n. 3, p. 413-428, Sept. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-65382216000300008>. Acesso em 18 de out. 2017.

CRUZ, Raphaella de Lima. Inclusão no Ensino Superior: um estudo das representações sociais dos acadêmicos com deficiência visual da UFPB. 2012. 127f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012.

DUARTE, Emerson Rodrigues et al. Estudo de caso sobre a inclusão de alunos com deficiência no Ensino Superior. Rev. bras. educ. espec., Marília, v. 19, n. 2, p. 289-300, June 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-65382013000200011>. Acesso em 18 de out. 2017.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de; GURGEL, Taís Margutti do Amaral. Perfil de tradutores intérpretes de Libras (TILS) que atuam no ensino superior no Brasil. Rev. bras. educ. espec. Marília, v. 17, n. 3, p. 481-496, Dec. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-65382011000300009>. Acesso em 18 de out. 2017.

OLIVEIRA, Ronaldo Queiroz de et al. A Inclusão de Pessoas com Necessidades Especiais no Ensino Superior. Rev. bras. educ. espec., Marília, v. 22, n. 2, p. 299-314, June 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-65382216000200011>. Acesso dia 18 de out. 2017.

ORLANDO, Rosimeire Maria; CAIADO, Katia Regina Moreno. Professores universitários com deficiência: trajetória escolar e conquista profissional. Educ. Real., Porto Alegre, v. 39, n. 3, p. 811-830, Sept. 2014. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/edreal/a/MHSVpRYK6KBztHCpJjk9v7N/abstract/?lang=pt>. Acesso em 18 de out. 2017.

PUSSENTE, Saionara. A experiência de inclusão no ensino superior: implementação do programa incluir na UFRRJ. In: I Seminário Internacional de inclusão escolar: práticas em diálogo. Anais... Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2014.

RAFAEL, Carla Beatriz da Silva; MEIRELES, Juliana; NEVES Clara Mockdece; FERREIRA, Maria E. C. Estudo de Caso sobre a inclusão de alunos com deficiência no Ensino Superior. In: Revista Brasileira de Educação Especial. Marília, v. 19, n.2, p. 289-300, Abr.-Jun., 2013.

Nome: Legislação, ética e trabalho docente

Área de Concentração: Educação Inclusiva

Ementa: Análise dos principais documentos legais e diretrizes que garantem o atendimento e a inclusão do EPAEE, bem como discussão de aspectos éticos que permeiam as relações humanas e no trabalho entre os profissionais na escola e suas relações com esses estudantes.

Bibliografia:

ARANHA, M. S. F. Inclusão Social. In: MANZINI, E. J. (Org.) Educação Especial: Temas Atuais. Marília: UNESP Publicações, 2000.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: versão atualizada até a Emenda n. 77/2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm . Acesso em: 29 mar. 2014.

BRASIL. Declaração mundial sobre educação para todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. UNESCO, Jontiem, Tailândia, 1990a. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000086291_por . Acesso em: 17 out. 2017.

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, jul. 1990b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm . Acesso em: 17 out. 2017.

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, dez. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm . Acesso em: 17 out. 2017.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais, Adaptações Curriculares – estratégias para educação de alunos com necessidades educacionais especiais. Secretaria de Educação Fundamental / Secretaria da Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 1999.

BRASIL. Lei n. 10.172 de 09 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, jan. 2001a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm . Acesso em: 17 out. 2017.

BRASIL. Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, abr.

2002a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm . Acesso em: 17 out. 2017.

BRASIL. Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade. Ministério da Educação e Cultura, Brasília, 2003. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/194-secretarias-112877938/secad-educacao-continuada-223369541/17434-programa-educacao-inclusiva-direito-a-diversidade-novo> . Acesso em: 17 out. 2017.

BRASIL. Decreto Federal n. 5.296, de 2 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, dez. 2004c. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm#:~:text=Regulamenta%20as%20Leis%20nos,mobilidade%20reduzida%2C%20e%20d%C3%A1%20outras . Acesso em: 17 out. 2017.

BRASIL. Saberes e práticas da inclusão: recomendações para a construção de escolas inclusivas. Brasília: MEC, 2005.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. 2006. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=424-cartilha-c&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 17 out. 2017.

BRASIL. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos/Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007b.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducacional.pdf>. Acesso em: 17 out. 2017.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO [CNE]. Institui diretrizes operacionais para o atendimento educacional especializado na educação básica, modalidade educação especial. Resolução CNE/CEB4, de 2 de outubro de 2009. Diário Oficial da União, Brasília, DF, Seção 1, p. 17, out. 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf . Acesso em: 29 mar. 2014.

BUENO, J. G. S. Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente. São Paulo: EDUC, 1993.

MAZZOTTA, M. J. S. Trabalho Docente e Formação de Professores de Educação Especial. São Paulo: EPU, 1993.

OLIVEIRA, Anna Augusta Sampaio de; DRAGO, Silvana Lucena dos Santos. A gestão da inclusão escolar na rede municipal de São Paulo: algumas considerações sobre o Programa Incluir. Ensaio: aval.pol.públ.Educ.[online]. 2012, vol.20, n.75, pp. 347-372.

Nome: Linguística aplicada: formação de professores e educação inclusiva

Área de Concentração: Educação Inclusiva

Ementa: Diálogos interdisciplinares e reflexivos sobre o status da Linguística Aplicada como área do saber relativa à natureza eminentemente prática desta disciplina que se ocupa de problemas decorrentes de questões de linguagem em contextos do mundo real. A formação de professores que se veem solicitados a utilizar novas metodologias frente aos desafios contemporâneos postos pela educação inclusiva. A ludicidade como possibilidade de capacitação instrumental do professor no ensino de conceitos a pessoas com problemas de aprendizagem/deficiências.

Bibliografia:

AZEVEDO, T. M. de. Transposição didática de gêneros discursivos: algumas reflexões. *Desenredo – Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo*, v. 6, n. 2, p. 198-214, jul. dez. 2010.

AZEVEDO, T. M. de. Outras vozes na argumentação: atualização da polifonia e reformulação da descrição semântico argumentativa do discurso. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 46, n. 1, p. 64- 72, jan.-mar. 2011.

AZEVEDO, T. M. de. Polifonia linguística: uma proposta de transposição didática para o ensino da leitura. In: *Letras hoje*, Porto Alegre, v. 51, n.1, p. 73-81, jan- mar. 2016.

BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004 (Col. Linguagem, nº. 4) 112 p. ISBN: 85-88456-17-6.

BUIN, E.; PINHEIRO, A. S. O ensino da Língua materna na contemporaneidade os multiletramentos e as conquistas do PIBID Letras UFGD. In: *Signum: Estud, Ling.* Londrina, n19/1, p. 346-368, jun. 2016.

COSTA, R. G.; SANTOS J. S.; MEDEIROS, V. da S.; PINHO, M. J. A

universidade e os desafios da formação docente em uma era de supercomplexidade. *Entretextos*, Londrina, v.13, nº 02, p.87- 107, jul./dez. 2013. COSTA, R.A. A prática pedagógica de professoras de uma aluna com deficiência intelectual: desafios e possibilidades no cotidiano de uma escola de ensino fundamental. 2016. 2014f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2016.

GANADA, R.; SANTOS, J. S.; MEDEIROS, V. S.; PINHO, M. J. A universidade e os desafios da formação docente em uma era de supercomplexidade. In: *Entretextos*, Londrina, v.13,nº 02,p.87- 107,jul./dez.2013.

LAZARETTI.L.M.; A idade pré-escolar (3-6 anos) e a educação infantil: a brincadeira de papéis sociais e o ensino sistematizado. In: MARTINS, L. M.; ABRANTES, A. A.; FACCI, M. G. D. (orgs). *Periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico: do nascimento à velhice*. 1. ed. Campinas: Autores Associados, 2016. p.129-148.

LURIA, A. R. *A construção da mente*. São Paulo: Ícone, 1992.

LURIA, A. R. *A Atividade Consciente do Homem e Suas Raízes Histórico- Sociais*. In: LURIA, A. R. A. R. *Curso de Psicologia Geral. Volume I: Introdução Evolucionista à*

Psicologia. Trad. de PAULO BEZERRA Civilização Brasileira, 1999. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/luria/ano/mes/90.pdf> . Acesso em 20 out.2017.

LURIA, A. R. O desenvolvimento da escrita na criança. In: VIGOTSKII, L. S.; LURIA, A. R.; LEONTIEV, A. N. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. Tradução de M. P. Villalobos. 12. ed. São Paulo: Ícone, 2014. p. 143-189.

LURIA, A. R. O desenvolvimento da escrita na criança. In: VYGOTSKY, L. S. et al. Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem. São Paulo: Ícone/EDUSP, 1988.

MARSIGLIA A.C.G.; SACCOMANI, M.C.D.S. Contribuições da periodização histórico-cultural do desenvolvimento para o trabalho pedagógico histórico- crítico. In: MARTINS, L. M.; ABRANTES, A. A.; FACCI, M. G. D. (orgs).

Periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico: do nascimento à velhice. 1. ed. Campinas: Autores Associados, 2016. p.343-368.

PITON, F. M; REISDORFER, C. S; HEINECK, F. Gêneros discursivos na educação básica: uma proposta de abordagem pedagógica. In: Entretextos, Londrina, v.13, nº 02, p. 167- 185, jul./dez. 2013.

REICHMANN, C. L. Vozes da escola: um olhar sobre projeções verbais e mentais em narrativas de professores em formação inicial. In: SIGNUM: Estud. Ling., Londrina, n. 14/2, p. 19-44, dez. 2011.

SANTANNA, M. K. A língua portuguesa na Educação Especial: problematizando a leitura, escrita, mediação. Dissertação. 2011. 163f. (Mestrado em linguística aplicada). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2011.

SOUZA, Ester Maria de Figueiredo. Linguagem: currículo e formação docente. Vitória da conquista: Edições UESB, 2011.

VYGOTSKI, L. S. A construção do pensamento e da linguagem. Trad. de Paulo Bezerra. 2. reimpressão. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

Nome: Metodologia da pesquisa II

Área de concentração: Educação Inclusiva

Ementa: A comunicação científica e o processo de escrita. O produto educacional: definição, modelos, estrutura. Proposta de produto educacional. Da redação do texto da dissertação ao produto educacional.

Bibliografia:

APPOLINÁRIO, F. Dicionário de Metodologia Científica: um guia para a produção do conhecimento. São Paulo: Atlas, 2011.

BATALHA, Eliana Ratto de Castro. Recomendações técnicas para construção dos produtos educacionais. Pelotas, RS, 2019.

BIANCHETTI, Lucídio; ZUIN, Antônio A.S.; FERRAZ, Obdália. Publique, Apareça ou Pereça: produtivismo acadêmico, “pesquisa administrada” e plágio nos tempos da cultura digital.Salvador: Edufba, 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Saúde. Comissão Nacional de Ética em Pesquisa. Orientações para procedimentos em pesquisas com qualquer etapa em ambiente virtual. Documento anexo ao Ofício

Circular Nº 2/2021/CONEP/CNS/MS, de 24 fev 2021. (Acesso restrito. Documento anexo).

DEL-MASSO, M.C.S. Metodologia do Trabalho Científico: aspectos introdutórios. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica Editora Unesp. 2012.

HENRIQUES, C.C., SIMÕES, D. A redação de trabalhos acadêmicos: teoria e prática. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2010.

HENTGES, A.; MORAES, M.L.B; MOREIRA, M.I.G. Protótipo para avaliação da pertinência dos produtos educacionais desenvolvidos nos mestrados profissionais. Revista Thema, V.14: n.4. Pelotas, 2017.

MATTAR, João. Metodologia Científica na era digital. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2017. MILL, Daniel (Org.). Dicionário Crítico de Educação e Tecnologias e de Educação a Distância. Campinas, SP: Papirus, 2018.

MOREIRA, M.C.A. A interdisciplinaridade em produtos educacionais de um mestrado profissional em ensino de ciências. Enseñanza delas ciências; Num. Extra (2017), p. 2559-- 2564.

PHILIPPI JR, Arlindo; SILVA NETO, Antônio J. (Org.). Interdisciplinaridade em Ciência, Tecnologia & Inovação. Barueri, SP: Manole, 2011.

SEVERINO, A.J. Metodologia do Trabalho Científico. 24 ed. São Paulo: Cortez, 2016.

SILVA, R. R. G. Direito autoral, propriedade intelectual e plágio. Salvador: Edufba, 2014. STAKE, R.E. Pesquisa Qualitativa: estudando como as coisas funcionam. Porto Alegre: Penso. 2011.

Nome: Metodologias da Extensão Universitária para o campo da educação inclusiva

Área de concentração: Educação Inclusiva

Ementa: As contribuições da Extensão Universitária para a pesquisa e produto educacional, considerando a diversidade cultural e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. A diversidade cultural. A luta política pelo direito à diversidade. A diversidade cultural nos currículos escolares.

Bibliografia:

ARROYO, M.G. Currículo Território em Disputa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

GOMES, Nilma Lino. Indagações sobre currículo: diversidade e currículo Brasília. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007.

SANTOS, Alfredo Balduino. A curricularização da extensão universitária a partir do plano nacional de Educação do Brasil: dificuldades e possibilidades, 2020. Acesso em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/71030>

DEUS, Sandra de. Extensão universitária: trajetórias e desafios. – Santa Maria, RS: Ed. PRE-UFSM, 2020. Disponível em: https://www.ufmg.br/proex/renex/images/EBOOK_-_Sandra_de_Deus_-_Extensao_Universitaria.pdf. Acesso em 14 de junho, 2022.

Nome: Metodologias de ensino colaborativas, acolhimento e cuidado na educação

inclusiva

Área de concentração: Educação Inclusiva

Ementa: O direito à educação sob a perspectiva da inclusão. A ética do cuidado da e com a diferença. O cuidado e o acolhimento como um princípio relacional do humano. O acolhimento enquanto um movimento interativo e de abertura ao outro. O estar junto com o outro e o fazer junto na educação inclusiva. Princípios e práticas de metodologias colaborativas em articulação com as noções de acolhimento e cuidado, a partir da perspectiva da educação inclusiva.

Bibliografia:

BEBER, Irene Carrillo Romero; SILVA, Ivone Cella da. A ação pedagógica na educação infantil: o protagonismo das crianças. *Revista Educação, Cultura e Sociedade*. Sinop/MT, V. 8, N. 1, 2018, p. 152-162.

CHRISTO, Sandy Varela de; MENDES, Geovana Mendonça Lunardi. Ensino colaborativo/coensino/bidocência para a educação inclusiva: as apostas da produção científica. *Instrumento: Rev. Est. e Pesq. em Educação, Juiz de Fora*, v. 21, n. 1, p. 33-44, jan./jun. 2019.

COSTA, Júlio César Virgínio da. Palavras para ler, entender e sentir Paulo Freire. *Educação em Revista*. Belo Horizonte, v. 29, n. 02, p. 279-285, jun. 2013.

FERREIRA, B. C., MENDES, E. G., ALMEIDA, M. A., DEL PRETTE, Z. A. P. Parceria colaborativa: Descrição de uma experiência entre o ensino regular e especial. *Revista Educação Especial (UFSM)*, 2007.

LIRA, Pedro Paulo Bezerra. Cuidado, educação e vínculo na perspectiva de educadores de creches e instituições de acolhimento. Tese de doutorado. Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco, 2017. p. 18 a 57 (cap. Fundamentação teórica) .

MELO JÚNIOR, Ebenezer da Silva; NOGUEIRA, Marlice de Oliveira. A humanização do ser humano em Paulo Freire: a busca do “ser mais”. *Revista Formação@Docente*. Belo Horizonte. vol. 3, no 1, dezembro 2011.

MISSAGIA, Juliana. Ética do cuidado: duas formulações e suas objeções. *Blogs de Ciência da Universidade Estadual de Campinas: Mulheres na Filosofia*, V. 6 N. 3, 2020, p. 55-67.

OLIVEIRA, Anna Augusta S.; MACHADO, Andréa Carla; CAPELLINI, Vera Lúcia M.F. Avaliar e planejar: reflexões sobre a ação docente na diversidade. São Paulo: Acervo Digital da Unesp/RedeFor II/NEaD/Unesp, 2014. Disponível em: <https://acervodigital.unesp.br/handle/unesp/381390>. Acesso em: 27jul2021

SKLIAR, Carlos. A educação e a pergunta pelos Outros: diferença, alteridade, diversidade e os outros "outros". *Ponto de Vista*, Florianópolis, n. 05, p. 37-49, 2003.

ZOBOLI, Elma Lourdes Campos Pavone. A redescoberta da ética do cuidado: o foco e a ênfase nas relações. *Rev Esc Enferm, USP*, 38(1):21-7, 2004.

Nome: Plano de ensino individualizado e ensino colaborativo nas diferentes áreas da Educação Especial

Área de Concentração: Educação Inclusiva

Ementa: O planejamento individualizado requer a implementação de procedimentos de avaliação para o conhecimento do estudante e das suas potencialidades possibilitando a proposta de objetivos a longo e médio prazos visando o desenvolvimento de habilidades adequadas ao ciclo e à série. O ensino colaborativo envolvendo a parceria da equipe escolar com o professor especializado do SAPE assegurando a compreensão e participação de todas as partes em todas as fases do processo de formação possibilitarão a adequação curricular necessária e o desenvolvimento de estratégias que culminem no acesso do estudante ao conteúdo da série. Atividades práticas de avaliação, planejamento e parceria entre os profissionais do grupo escola e professor especializado do SAPE estão previstas.

Bibliografia:

- BRAUN, P.; VIANNA, M. M. Atendimento educacional especializado, sala de recursos multifuncional e plano individualizado: desdobramentos de um fazer pedagógico. In: PLETSCHE, M. D.; DAMASCENO, A. (Org.). Educação especial e inclusão escolar: reflexões sobre o fazer pedagógico. Seropédica, RJ: EDUR, 2011. p. 23-34.
- FONTES, R. S. Ensino colaborativo: uma proposta de educação inclusiva. Araraquara, SP: Junqueira & Marin, 2009.
- MARIN, M.; BRAUN, P. Ensino colaborativo como prática de inclusão escolar. In: GLAT, R.; PLETSCHE, M. D. (Org.). Estratégias educacionais diferenciadas para alunos com necessidades especiais. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. p. 49- 64.
- MENDES, E. G.; VILARONGA, C. A. R.; ZERBATO, A. P. Ensino Colaborativo: unindo esforços entre educação comum e especial. São Carlos: EdUFSCar, 2014.
- RODRIGUES, A. M. P. R.; CAPELLINI, V. L. M. F. Plano de educação individual (PEI) em contextos inclusivos. In: RODRIGUES, A. M. P. R.; CAPELLINI, V. L. M. F. (Org.). Educação inclusiva: um novo olhar para avaliação e o planejamento de ensino. Bauru: UNESP/FC, 2012.
- SORIANO, K. R.; DE OLIVEIRA, F. I. W. O trabalho colaborativo entre o professor da sala comum e o professor especialista na educação infantil de crianças com deficiência visual. Revista Polyphonia, v. 25, n. 1, p. 295-310, 2015.
- VIANNA, M. M.; MASCARO, C. A. A. C.; MARETTI, M. M. B.; BRAUN, P. Inclusão escolar sob o viés do ensino colaborativo: uma experiência em três instituições públicas. E-Mosaicos. Revista Multidisciplinar de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (CAp-UERJ), Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, junho, 2015.
- VILARONGA, C. A. R.; MENDES, E. G. Ensino colaborativo para o apoio à inclusão escolar: práticas colaborativas entre os professores. Rev. bras. Estud. pedagog. (online), Brasília, v. 95, n. 239, p. 139-151, jan./abr. 2014.

Nome: Políticas públicas: Educação Especial e Inclusiva

Área de Concentração: Educação Inclusiva

Ementa: Análise dos principais documentos legais e diretrizes que garantem o atendimento e a inclusão do EPAEE.

Bibliografia:

BOBBIO, N. A era dos direitos. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BRASIL. Constituição Federal de 5 de outubro de 1988.

BRASIL. Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 9 out. 2001. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3956.htm . Acesso em: 17 out. 2017.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Protocolo facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Tradução Brasil. Brasília: CORDE, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=424-carilha-c&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192 . Acesso em: 17 out. 2017.

BRASIL. Lei nº 13.146/2015, de 06 de julho de 2015. Institui a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (estatuto da pessoa com deficiência). Diário da União, Brasília, DF, 07 de jul. 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm . Acesso em: 17 out. 2017.

CARVALHO, R. E. Removendo barreiras para a aprendizagem. Porto Alegre: Editora Mediação, 2003.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS [FEBRABAN]. Pessoas com deficiência: direitos e deveres. São Paulo: Febraban, 2006. (Coleção Febraban de Inclusão Social). Disponível em: <http://www3.mte.gov.br/observatorio/febraban.pdf>. Acesso em: 17 out. 2017.

FERREIRA, W. B. Inclusão X Exclusão no Brasil: reflexões sobre a formação docente dez anos após Salamanca. In: RODRIGUES, D. (Org.). Inclusão e Educação: doze olhares sobre a educação inclusiva. São Paulo: Summus, 2006.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS [ONU]. A história da Organização. 2014. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/about/about-the-un> . Acesso em: 17 mar. 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA [UNESCO]. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Brasília: Unesco, 1998; Paris, 1948. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91601-declaracao-universal-dos-direitos-humanos> . Acesso em: 17 out. 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA [UNESCO]. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: CORDE, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf> . Acesso em: 17 out. 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA [UNESCO]. Declaração Mundial sobre Educação para Todos – Plano de Ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Documento a partir da Conferência de Jomtien. Tailândia: UNESCO, 1990. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos->

conferencia-de-jomtien-1990. Acesso em: 17 out. 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA [UNESCO]. Declaração de Guatemala. Convenção interamericana para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência. Guatemala: UNESCO, 1999. Disponível em: <http://www.oas.org/juridico/portuguese/treaties/a-65.htm>. Acesso em: 17 out. 2017.

PESSOTI, I. Deficiência mental: da superstição à ciência. São Paulo: EDUSP, 1984.

RODRIGUES, O. M. P. R.; MARANHE, E. A. A história da inclusão social e educacional da pessoa com deficiência. In: CAPELLINI, V. L. M. F.; RODRIGUES, O. M. P. R. Marcos históricos, conceituais, legais e éticos da Educação Inclusiva. Bauru: MEC/UNESP, 2010.

SOUSA, S. M. Z. L.; PRIETO, R. G.. A educação especial. In: OLIVEIRA, R. P.; ADRIÃO, T. (Org.). Organização do ensino no Brasil. São Paulo: Xamã, 2002. UNITED NATIONS INTERNATIONAL CHILDREN'S EMERGENCY FUND [UNICEF]. Convenção sobre os direitos da criança. Lisboa; Paris: Unicef, 1990, 1989. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/historia-dos-direitos-da-crianca> . Acesso em: 17 out. 2017.

Nome: Seminário de dissertação e extensão curricular

Área de concentração: Educação Inclusiva

Ementa: A disciplina tem como foco refletir sobre os objetos, as fontes, os procedimentos e as teorias presentes nas versões preliminares das dissertações dos mestrandos do programa. Organizada dentro de uma sistemática de produção de textos, leituras, debates e críticas, a disciplina envolverá de forma presencial e simultânea discente e docentes, tendo como horizonte a preparação dos mestrandos para o exame de qualificação. Para além do debate das dissertações, discussões pontuais sobre métodos e teorias aplicadas à produção do conhecimento poderão ser sugeridas, quando aderentes às epistemologias das diferentes pesquisas e convenientes ao grupo de trabalhos em discussão na disciplina. Discussão dos temas de dissertação e da elaboração do relatório de dissertação, além de direcionamento para o I ENCONTRO DE PESQUISA E EXTENSÃO PROFEI I - (EPEX) o qual por meio da extensão curricular será desenvolvido pelo protagonismo dos mestrandos.

Bibliografia:

DUARTE, Newton. A Pesquisa e a formação de intelectuais críticos na Pós-graduação em Educação. Revista Perspectiva. v. 24 n. 1 (2006): Pós-graduação em educação - temas e controvérsias . Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/10313>

MOITA, Filomena Maria Gonçalves da Silva Cordeiro; ANDRADE, Fernando César Bezerra de. Ensino-pesquisa-extensão: um exercício de indissociabilidade na pós-graduação. Revista Brasileira de Educação, v.14, n.41, 2009. disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/gmGjD689HxfJhy5bgykz6qr/?format=pdf>>

Nome: Sorobã

Área de Concentração: Educação Inclusiva

Ementa: Aspectos históricos. Procedimentos de cálculos. Utilização em sala de aula.

Bibliografia:

BELLICANTTA, Luís Fellippe da Silva; AGUIAR, Rogério; MORETTI, Mércles Thadeu. Materiais didáticos para a inclusão de educandos cegos no ensino da matemática. In: Colóquio Luso - Brasileiro de Educação. V.1, 2016. Disponível em: . Acesso em 19 de out. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria MEC nº 1.010, DE 10 de maio de 2006. Brasília, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. A Construção do Conceito de Número e o Pré-Soroban. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006. Disponível em:. Acesso em: 18 out. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Soroban - Manual de técnicas operatórias para pessoas com deficiência visual. Elaboração: Mota, Maria Glória Batista a. [et al.] Secretaria de Educação Especial. Brasília: SEESP, 2009, 1a.ed., 284 p. il.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. A construção do conceito de número e o pré-soroban/elaboração: Fernandes, Cleonice Terezinha... [et al.]. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2006. 92 p.: il.

MORAIS, Ieda Maria da Silva. Soroban: suas implicações e possibilidades na construção do número e no processo operatório do aluno com deficiência visual.

Dissertação de Mestrado. Orientador: Dr. Antônio Villar Marques de Sá. Faculdade de Educação. Universidade de Brasília, 2008.

OLIVEIRA, Daiana de. Modelagem no ensino de matemática: um estudo de caso com estudantes cegos. 2016. 105 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual do Centro-Oeste, Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências Naturais e Matemática, Guarapuava, 2016.

RODRIGUES, Débora de Almeida; GRANATO, Marcus; THIESEN, Icleia. Os objetos tiflológicos do Museu do Instituto Benjamin Constant. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 16., 2015, João Pessoa. Anais... João Pessoa: UFPB, 2015.

SILVA, Márcia Raimunda de Jesus Moreira; CARVALHO, Sandra Helena Escuto. Braille, Soroban e Pré-Soroban como recurso didático no trabalho docente com deficientes visuais. IN: Políticas e práticas pedagógicas em atendimento educacional especializado/ Maria Izaura Cação, Sandra Helena Escuto de Carvalho (org.). – Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.

Nome: Tecnologia Assistiva: Estratégias e Recursos

Área de Concentração: Educação Inclusiva

Ementa: Os recursos pedagógicos acessíveis e sua função na inclusão escolar do EPAEE. A Tecnologia Assistiva e sua importância no acesso ao conhecimento para

fundamentar uma prática pedagógica alicerçada nos propósitos e procedimentos de ensino da educação inclusiva, por meio da utilização de recursos e estratégias de Tecnologia Assistiva, bem como de estratégias de seu uso em sala de aula.

Bibliografia:

BERSCH, R. Introdução à Tecnologia Assistiva. Disponível em <http://www.assistiva.com.br/Introducao%20TA%20Rita%20Bersch.pdf> Acesso em: 30 maio 2011.

GIACOMINI, L., SARTORETTO, M. L., BERSCH R. A educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: Orientação e Mobilidade, Adequação Postural e Acessibilidade Espacial - Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010. v. 7. (Coleção A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar).

MANZINI, J. E. Tecnologia assistiva para educação: recursos pedagógicos adaptados. In: BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Ensaio pedagógicos: construindo escolas inclusivas. Brasília, 2005.

SARTORETTO, M. L. BERSCH. R. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: Recursos Pedagógicos Acessíveis e Comunicação Aumentativa e Alternativa. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010. v. 6. (Coleção A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar).

ZABALA, J. S. Using the SETT Framework to Level the Learning Field for Students with Disabilities, 2005. Disponível em: <http://www.ode.state.or.us/initiatives/elearning/nasdse/settintrogeneric2005.pdf>. Acesso em: 31 maio 2011.

Nome: Tópicos Especiais: Comunicação Alternativa nos TGD

Área de Concentração: Educação Inclusiva

Ementa: Literatura a respeito da comunicação alternativa e/ou supLEmentar para promover a análise, discussão e realização das adaptações necessárias durante o processo de seleção e implementação de recursos comunicativos, utilizados nos sujeitos com distúrbios severos da comunicação.

Bibliografia:

BERSCH, R. Introdução à Tecnologia Assistiva. Disponível em: <http://www.assistiva.com.br/Introducao%20TA%20Rita%20Bersch.pdf> Acesso em: 30 maio 2011.

GIACOMINI, L., SARTORETTO, M. L., BERSCH R. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: Orientação e Mobilidade, Adequação Postural e Acessibilidade Espacial - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; [Fortaleza] : Universidade Federal do Ceará, 2010. v. 7. (Coleção A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar).

MANZINI, J. E. Tecnologia assistiva para educação: recursos pedagógicos adaptados. In: BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Ensaio pedagógicos: construindo escolas inclusivas. Brasília, 2005.

SARTORETTO, M. L. BERSCH, R. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: Recursos Pedagógicos Acessíveis e Comunicação Aumentativa e Alternativa. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010.v. 6. (Coleção A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar)

ZABALA, J. S. Using the SETT Framework to Level the Learning Field for Students with Disabilities, 2005. Disponível em: Acesso em: 31 maio 2011.

Nome: Uso de tecnologias digitais como espaços educativos

Área de concentração: Educação Inclusiva

Ementa: Conceitos básicos dos computadores, da internet e da contemporaneidade da tecnologia digital. Estudo de conceitos relacionados à interação, interatividade e colaboração, através da exploração da característica da bidirecionalidade da comunicação em ambientes virtuais e redes sociais. Recursos para comunicação e interação, através da compreensão sobre programa de computadores e a internet. Diferença e implicação do uso de diferentes tipos de tecnologias digitais e a importância da utilização de ferramentas computacionais no ensino.

Bibliografia:

BERSCH, Rita. Introdução à tecnologia assistiva. Porto Alegre, RS:[s.n.], 2017. Disponível em: https://www.assistiva.com.br/Introducao_Tecnologia_Assistiva.pdf

BRASIL. Cartilha ACESSIBILIDADE NA WEB W3C BRASIL: Fascículo I Introdução. 2013. Disponível em: <https://www.w3c.br/pub/Materiais/PublicacoesW3C/cartilha-w3cbr-acessibilidade-web-fasciculo-I.pdf>

Cartilha acessibilidade na Web [livro eletrônico]: fascículo 2: benefícios, legislação e diretrizes da acessibilidade na Web. -- São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2015. <https://www.w3c.br/pub/Materiais/PublicacoesW3C/cartilha-w3cbr-acessibilidade-web-fasciculo-II.pdf>

BRASIL. Cartilha ACESSIBILIDADE NA WEB W3C BRASIL: FASCÍCULO III CONHECENDO O PÚBLICO-ALVO DA ACESSIBILIDADE NA WEB. Disponível em: <https://www.w3c.br/Materiais/materiais/cartilha-w3cbr-acessibilidade-web-fasciculo-III.html>

DA SILVA, Waltercléia Pereira. EDUCAÇÃO 4.0 E O PROFESSOR: UMA ANÁLISE SOBRE O MODELO DE EDUCAÇÃO CONTINUADA E INOVADORA ATRAVÉS DAS TECNOLOGIAS. in: Revista Científica Amazon Live Journal v. 2, n.4, p. 1-22, 2020. <http://amazonlivejournal.com/educacao-4-0-e-o-professor-uma-analise-sobre-o-odelo-de-educacao-continuada-e-inovadora-atraves-das-tecnologias/>

MORAN, José Manuel. Novos desafios na educação - a Internet na educação presencial e virtual Texto transcrito de uma palestra que dei na Universidade Federal de Pelotas e publicado no livro Saberes e Linguagens de educação e comunicação, organizado por Tânia Maria E. Porto, editora da UFPel, Pelotas, 2001, pp 19-44. https://cead.ufop.br/site_antigo/arquivos/texto1.pdf

PESSOA, R. R., & Machado, S. B. A importância do uso do computador no processo de ensino e aprendizagem dos alunos da 3ª etapa da educação de jovens e adultos da escola estadual Joanira Del Castillo. Revista Exitus, 9(1), 232-257, 2019.

<https://doi.org/10.24065/2237-9460.2019v9n1ID722>.

6.6 Política de avaliação e acompanhamento

O Mestrado Profissional (MP) é uma modalidade de Pós-Graduação *Stricto Sensu* que se caracteriza como uma proposta de capacitação profissional, com o objetivo de articular a experiência prática, o conhecimento teórico e o aprofundamento acadêmico, contribuindo com a reflexão sobre os problemas reais da prática educacional. Suas especificidades exigem um acompanhamento avaliativo diferenciado que possa considerar os impactos de sua proposição no pensar e fazer educacional, seja dos educadores diretamente relacionados ao trabalho escolar, como também na produção científica da área. Com base nesses aspectos e nas recomendações da CAPES, a política de avaliação processual do programa será realizada considerando-se dois eixos: 1) Plano de Acompanhamento e Avaliação do Curso e; 2) Plano de Avaliação Discente do Curso.

No eixo 1, sobre avaliação do programa, a base de análise será o Currículo Lattes de docentes e discentes e análise da abrangência e impacto do curso por meio de formulários próprios disponibilizados no ambiente virtual. Para tanto, deverão ser considerados os seguintes itens:

- Corpo docente: titulação, diversificação do perfil formativo, experiência e compatibilidade com os objetivos e proposta do programa e acompanhamento das orientações;
- Produção Intelectual: publicações qualificadas conforme normas da CAPES, distribuição da publicação em veículos diferenciados, média de distribuição das publicações dos docentes do curso, produção técnica relacionada com a especificidade do curso (educação inclusiva e educação especial);
- Corpo discente: submissão de artigos e aceites para publicações, envolvimento com o curso (frequência, realização das atividades propostas, elaboração do projeto de pesquisa, participação em reuniões de orientação), articulação teórico-prática e qualidade do trabalho final;
- Inserção social: abrangência nacional e regional.

Além desses indicadores, todos os docentes deverão preencher formulários de avaliação, pontuando suas produções no período do curso e os discentes responderão a uma ficha avaliativa sobre aspectos relacionados à proposição e execução do curso, como se os objetivos de cada disciplina foram alcançados, se a orientação foi realizada de forma adequada e satisfatória, se o curso alcançou suas expectativas iniciais e se trouxe impacto para sua prática educativa.

No eixo 2 - Plano de Avaliação Discente do Curso – a meta será avaliar o desempenho e envolvimento do discente no decorrer da realização do curso, assim serão consideradas as propostas de avaliação de cada disciplina, seu envolvimento na execução da Dissertação ou Trabalho Final e sua qualidade. Em cada disciplina, os docentes terão autonomia para decidir sobre os critérios e os procedimentos mais adequados para avaliar o desempenho de cada discente, entretanto, seus critérios de ordem qualitativa devem permitir a emissão de uma nota final, sendo que,

conforme regulamentação, cada discente deverá alcançar a média mínima de 7,0 e índice de 75% de presença para aprovação. É critério da proposta do curso que a avaliação de cada disciplina considere desempenho e frequência para emissão de uma nota final. Como procedimentos de avaliação, os docentes poderão utilizar relatórios descritivos, elaboração de planejamentos de ações pedagógicas, planos de ensino e relato de intervenções didáticas, avaliações dissertativas ou de múltipla escolha, elaboração e confecção de recursos de ensino, entre outros procedimentos conforme a especificidade de cada disciplina e respeitando-se a autonomia docente.

Dessa forma, a política de avaliação e acompanhamento do curso se realizará por meio desses dois eixos avaliativos e, se necessário, conforme os indicadores avaliativos, servirão como referências fundamentais para a manutenção e continuidade do projeto político pedagógico do curso, do corpo docente, da definição do perfil do egresso e dos impactos sociais possibilitados pela execução do curso nos diferentes espaços geográficos propiciados pela rede de formação que sustenta a proposta.

No âmbito da UDESC, os registros serão realizados na forma de conceitos, conforme definido pela Resolução 013/2014 - CONSEPE:

A = Excelente, com direito a crédito;

B = Bom, com direito a crédito;

C = Regular, com direito a crédito;

D = Reprovado, sem direito a crédito;

AC = Aproveitamento de crédito em disciplina cursada fora da UDESC;

R = Reprovado por frequência;

I = Incompleto.

Para efeito de registro acadêmico, adotar-se-ão as seguintes equivalências de notas:

A = 9,0 a 10,0

B = 8,0 a 8,9

C = 7,0 a 7,9

D = inferior a 7,0

AC, R e I = Não possuem atribuição de nota

7 CORPO DOCENTE

7.1 Dados do Corpo Docente participante do Programa – Lotados na UDESC

PROFESSOR/A	TITULAÇÃO	DPTO – IES	IES onde obteve a Titulação	Categoria Funcional	Regime de Trabalho
AMAURI BOGO	Doutorado	DECT/ UDESC	IMPERIAL COLLEGE LONDON	Titular	40
CLÉIA DEMÉTRIO PEREIRA	Doutorado	DPAD/ UDESC	UNIVERSIDADE DO MINHO - PORTUGAL	Associada	40
GABRIELA MARIA DUTRA DE CARVALHO	Doutorado	DPAD/ UDESC	UNIVERSIDADE DO MINHO - PORTUGAL	Associada	40
GEISA LETÍCIA KEMPFER BOCK	Doutorado	DPAD/ UDESC	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	Adjunta	40
KARINA MARCON	Doutorado	DPAD/ UDESC	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	Associada	40
LIDIANE GOEDERT	Doutorado	DPAD/ UDESC	UNIVERSIDADE DO MINHO - PORTUGAL	Adjunta	40
SOELI FRANCISCA MAZZINI MONTE BLANCO	Doutorado	DECT/ UDESC	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	Associada	40
VERA MARCIA MARQUES SANTOS	Doutorado	DPAD/ UDESC	UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS	Associada	40

7.2 Dados do Corpo Docente participante do Programa – outras instituições

PROFESSOR	TITULAÇÃO	IES onde obteve a Titulação	Regime de Trabalho
ALBINA PEREIRA DE PINHA SILVA	Doutorado	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	40
ANA CLAUDIA PAVÃO SILUK	Doutorado	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	40
ANA CLEDINA RODRIGUES GOMES	Doutorado	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO	40
ANDREA LUCIA SERIO BERTOLDI	Doutorado	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	40
ANNA AUGUSTA SAMPAIO DE OLIVEIRA	Doutorado	UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO	40

ANTONIO ROBERTO COELHO SERRA	Doutorado	FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS/SP	40
BRUNO PEDROSO	Doutorado	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS	40
CARLA MARIA BISPO PADREL DE OLIVEIRA	Doutorado	IMPERIAL COLLEGE LONDON	40
CAROLINA PAIOLI TAVARES	Doutorado	UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO	40
DANIELA MELARE VIEIRA BARROS	Doutorado	UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO	40
DANIELLE APARECIDA DO NASCIMENTO DOS SANTOS	Doutorado	UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO	44
DECIO ROBERTO CALEGARI	Doutorado	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS	40
DENISE IVANA DE PAULA ALBUQUERQUE	Doutorado	UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO	40
DIOGENES HENRIQUE DE SIQUEIRA SILVA	Doutorado	UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO	40
DORCELY ISABEL BELLANDA GARCIA	Doutorado	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ	40
EDINA SCHIMANSKI	Doutorado	UNIVERSITY OF LONDON	40
EDUARDO GALHARDO	Doutorado	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	40
ELIANA LUCIA FERREIRA	Doutorado	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS	40
ELISA TOMOE MORIYA SCHLUNZEN	Doutorado	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS	40
ELISANGELA LEAL DE OLIVEIRA MERCADO	Doutorado	UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	40
EROMI IZABEL HUMMEL	Doutorado	UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO	40
HILDETE PEREIRA DOS ANJOS	Doutorado	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	40
ILKA MÁRCIA RIBEIRO DE SOUZA SERRA	Doutorado	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO	40
JACKSON RONIE SÁ DA SILVA	Doutorado	UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS	40
JOÃO AUGUSTO RAMOS E SILVA	Doutorado	FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS/RJ	40
KLAUS SCHLÜNZEN JUNIOR	Doutorado	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS	40
LEONARDO CHRISTIAAN WELLING	Doutorado	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	40
LUCÉLIA CARDOSO CAVALCANTE RABELO	Doutorado	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS	40
LÚCIOJOSÉ DUTRA LORD	Doutorado	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS	40
MARCIA RAIKA E SILVA LIMA	Doutorado	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ	40
MARIA ANTONIA DE	Doutorado	UNIVERSIDADE ESTADUAL	40

SOUZA		DE CAMPINAS	
MARIA CANDIDA SOARES DEL MASSO CLAVISIO	Doutorado	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	32
MARIA LUISA FURLAN COSTA	Doutorado	UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO	40
MARION MACHADO CUNHA	Doutorado	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL	40
NEIZA DE LOURDES FREDERICO FUMES	Doutorado	UNIVERSIDADE DO PORTO	40
NERLI NONATO RIBEIRO MORI	Doutorado	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	40
NEUSA INÊS PHILIPPSSEN	Doutorado	UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO	40
NOEMI NASCIMENTO ANSAY	Doutorado	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	40
PAULA MESQUITA MELQUES	Doutorado	UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO	30
RITA DE CASSIA DA SILVA OLIVEIRA	Doutorado	UNIVERSIDAD DE SANTIAGO DE COMPOSTELA	40
ROSENEIDE MARIA BATISTA	Doutorado	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA	40
SANDRA LUZIA WROBEL	Doutorado	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS	40
SANDRA REGINA RODRIGUES DOS SANTOS	Doutorado	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS	40
SANDRA SALETE DE CAMARGO	Doutorado	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ	40
SOELLYN ELENE BATALIOTTI	Doutorado	UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JÚLIO DE MESQUITA FILHO	24
VERA LUCIA MARTINIAK	Doutorado	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS	40

7.3 Relação dos professores participantes – Currículo Lattes

PROFESSOR	LINK
ALBINA PEREIRA DE PINHO SILVA	http://lattes.cnpq.br/6832235240312580
AMAURO BOGO	http://lattes.cnpq.br/6859169362809253
ANA CLÁUDIA PAVÃO SILUK	http://lattes.cnpq.br/2645874046639484
ANDREA LUCIA SERIO BERTOLDI	http://lattes.cnpq.br/5961876370701710
ANNA AUGUSTA SAMPAIO DE OLIVEIRA	http://lattes.cnpq.br/0053554769698449
ANTONIO ROBERTO COELHO SERRA	http://lattes.cnpq.br/2079011628613804
BRUNO PEDROSO	http://lattes.cnpq.br/3180182724063175
CAROLINA PAIOLI TAVARES	http://lattes.cnpq.br/4964437265391876
CLÉIA DEMÉTRIO PEREIRA	http://lattes.cnpq.br/4158706306265559
DANIELA MELARE VIEIRA BARROS	http://lattes.cnpq.br/0904025003390641
DANIELLE APARECIDA DO	http://lattes.cnpq.br/0611273370317584

NASCIMENTO DOS SANTOS	
DECIO ROBERTO CALEGARI	http://lattes.cnpq.br/3194666192909430
DENISE IVANA DE PAULA ALBUQUERQUE	http://lattes.cnpq.br/0486007959574800
DIOGENES HENRIQUE DE SIQUEIRA SILVA	http://lattes.cnpq.br/4854211861185268
DORCELY ISABEL BELLANDA GARCIA	http://lattes.cnpq.br/8124217357002723
EDINA SCHIMANSKI	http://lattes.cnpq.br/0639949478003785
EDUARDO GALHARDO	http://lattes.cnpq.br/0412421382190096
ELIANA LUCIA FERREIRA	http://lattes.cnpq.br/7220418694683125
ELISA TOMOE MORIYA SCHLUNZEN	http://lattes.cnpq.br/7346754405819238
ELISANGELA LEAL DE OLIVEIRA MERCADO	http://lattes.cnpq.br/2713240004237441
EROMI IZABEL HUMMEL	http://lattes.cnpq.br/0729013084742634
GABRIELA MARIA DUTRA DE CARVALHO	http://lattes.cnpq.br/3436731231705656
GEISA LETÍCIA KEMPFER BOCK	http://lattes.cnpq.br/7254066340917321
HILDETE PEREIRA DOS ANJOS	http://lattes.cnpq.br/7935566504348919
ILKA MARCIA RIBEIRO DE SOUZA SERRA	http://lattes.cnpq.br/9701947243565086
JACKSON RONIE SÁ DA SILVA	http://lattes.cnpq.br/1439787124956370
JOÃO AUGUSTO RAMOS E SILVA	http://lattes.cnpq.br/6339780116931955
KARINA MARCON	http://lattes.cnpq.br/5061817713945964
KLAUS SCHLÜNZEN JUNIOR	http://lattes.cnpq.br/1845236241293068
LUCELIA CARDOSO CAVALCANTE RABELO	http://lattes.cnpq.br/9389580039097624
LUCIO JOSE DUTRA LORD	http://lattes.cnpq.br/6372806473090946
MARCIA RAIKA E SILVA LIMA	http://lattes.cnpq.br/4189856431934940
MARIA ANTONIA DE SOUZA	http://lattes.cnpq.br/0541520648901085
MARIA CANDIDA SOARES DEL MASSO CLAVISIO	http://lattes.cnpq.br/4065117731206061
MARIA LUISA FURLAN COSTA	http://lattes.cnpq.br/6836134905831335
MARION MACHADO CUNHA	http://lattes.cnpq.br/3219438851193034
NEIZA DE LOURDES FREDERICO FUMES	http://lattes.cnpq.br/8834824295660511
NERLI NONATO RIBEIRO MORI	http://lattes.cnpq.br/0771300635766380
NEUSA INES PHILIPPSSEN	http://lattes.cnpq.br/6576939578371604
NOEMI NASCIMENTO ANSAY	http://lattes.cnpq.br/2522951277654216
PAULA MESQUITA MELQUES	http://lattes.cnpq.br/7445075096722479
RITA DE CASSIA DA SILVA OLIVEIRA	http://lattes.cnpq.br/0396336269506743
ROSENEIDE MARIA BATISTA	http://lattes.cnpq.br/4251118936692913
SANDRA LUZIA WROBEL	http://lattes.cnpq.br/2416449088894858
SANDRA REGINA RODRIGUES DOS SANTOS	http://lattes.cnpq.br/6057206547897855
SANDRA SALETE DE CAMARGO	http://lattes.cnpq.br/7044281324055317
SOELI FRANCISCA MAZZINI MONTE BLANCO	http://lattes.cnpq.br/0541781986092433
SOELLYN ELENE BATALIOTTI	http://lattes.cnpq.br/0883759656120611

VERA LUCIA MARTINIAK	http://lattes.cnpq.br/2586663143728140
VERA MARCIA MARQUES SANTOS	http://lattes.cnpq.br/2653274195094797

7.4 Relação de Professor(es) - Disciplinas Obrigatórias

DISCIPLINA	DOCENTE	CRÉDITOS
Fundamentos e Práticas de Educação Inclusiva	Nerli Nonato Ribeiro Mori, Marcia Raika e Silva Lima, Andrea Lucia Serio Bertoldi, *Cléia Demétrio Pereira, *Geisa Letícia Kempfer Bock, *Soeli Francisca Mazzini Monte Blanco, Noemi Nascimento Ansay, Carolina Paioli Tavares, Danielle Aparecida do Nascimento dos Santos, Hildete Pereira dos Anjos, Anna Augusta Sampaio de Oliveira	4
Inovação e TDIC na educação	Eromi Izabel Hummel, Albina Pereira de Pinho Silva, Paula Mesquita Melques, Soellyn Elene Bataliotti, Carla Maria Bispo Padrel de Oliveira, Ilka Marcia Ribeiro de Souza Serra, Lucelia Cardoso Cavalcante Rabelo, Klaus Schlünzen Junior, *Karina Marcon, *Lidiane Goedert, Joao Augusto Ramos e Silva, Maria Antonia de Souza, Decio Roberto Calegari, Ana Cledina Rodrigues Gomes	4
Metodologia da Pesquisa Científica	Sandra Salete de Camargo, Lúcio José Dutra Lord, Antonio Roberto Coelho Serra, Ana Cláudia Pavão Siluk, *Amauri Bogo, *Cléia Demétrio Pereira, *Gabriela Maria Dutra de Carvalho, *Geisa Letícia Kempfer Bock, *Vera Márcia Marques Santos, Daniela Melare Vieira Barros, Diogenes Henrique de Siqueira Silva, Maria Luisa Furlan Costa, Leonardo Christiaan Welling, Edina Schimanski, Maria Candida Soares Del Masso Clavisio, Eduardo Galhardo	4

Obs.: *Professores participantes da UDESC.

7.5 Relação de Professor(es) - Disciplinas Eletivas

DISCIPLINAS	NOMES DOS PROFESSORES	N. DE CRÉDITOS
A práxis na educação inclusiva e na educação especial	Marion Machado Cunha, Lúcio José Dutra, Aparecida Meire Calegari Falco, Gizele A. Ribeiro De Alencar	4
Avaliação da pessoa com	*Cleia Demetrio Pereira, Dorcelly	4

deficiência Intelectual	Isabel Bellanda Garcia, Neiza De Lourdes Frederico Fumes, Anna Augusta Sampaio De Oliveira	
Braille: código tátil de leitura e escrita	Roseneide Maria Batista, *Cléia Demétrio Pereira, *Geisa Letícia Kempfer Bock	4
Contextualização e conceito da deficiência auditiva/surdez	Lucelia Cardoso Cavalcante Rabelo	4
Contextualização e conceito da deficiência física	Eliana Lucia Ferreira, Andrea Lucia Serio Bertoldi, Carolina Paioli Tavares, Decio Roberto Calegari, *Geisa Letícia Kempfer Bock	4
Contextualização e conceito da deficiência intelectual	*Cléia Demétrio Pereira, Dorcely Isabel Bellanda, Garcia, Paula Mesquita Melques	4
Contextualização e conceito das altas habilidades/superdotação	*Cleia Demétrio Pereira, Sandra Salete De Camargo, Marcia Raika E Silva Lima	4
Contextualização e conceito de Transtornos Globais do Desenvolvimento	Lucelia Cardoso Cavalcante Rabelo	4
Deficiência visual: conhecimento necessário para a prática pedagógica	*Cléia Demétrio Pereira, *Geisa Letícia Kempfer Bock	4
Desenho universal para a aprendizagem	*Geisa Letícia Kempfer Bock, *Karina Marcon, *Soeli Francisca Mazzini Monte Blanco	4
Desenvolvimento e aprendizagem da Libras (Língua Brasileira de Sinais)	Danielle Aparecida Do Nascimento Dos Santos	4
Desenvolvimento humano, sexualidade e família	*Vera Márcia Marques Santos, *Gabriela Maria Dutra De Carvalho	4
Design educacional: conceitos e estratégias para o desenvolvimento de cursos e recursos educacionais	Cícera A. Lima Malheiro, Leandro Key Higuchi Yanaze	4
Direitos humanos, currículo e cultura inclusiva	*Cléia Demétrio Pereira, *Gabriela Maria Dutra De Carvalho, *Vera Márcia Marques Santos, *Soeli Francisca Mazzini Monte Blanco	4
Diversidade e cultura inclusiva	*Cléia Demétrio Pereira, *Gabriela Maria Dutra De Carvalho, *Geisa Letícia Kempfer Bock, *Soeli Francisca Mazzini Monte Blanco, *Vera Márcia Marques Santos, Jackson Ronie Sa Da Silva	4
Educação inclusiva: notas sobre o trabalho pedagógico na área do transtorno do espectro autista	Anna Augusta Sampaio De Oliveira	4
Educação, Trabalho e Envelhecimento da Pessoa com Deficiência	Rita De Cassia Da Silva Oliveira, Bruno Pedroso, Maria Candida Soares Del Masso Clavisio	4
Ensino Colaborativo no apoio a inclusão educacional	Lucélia Cardoso Cavalcante Rabelo, Roseneide Maria Batista	4
Ensino, aprendizagem e o desenvolvimento da pessoa com	Gilmar Alves Montagnoli	4

deficiência		
Escola pública, diversidade e prática pedagógica	*Cléia Demétrio Pereira, *Vera Márcia Marques Santos, Maria Antonia De Souza	4
Escolarização do estudante com altas habilidades/superdotação	*Cléia Demétrio Pereira, Sandra Salette De Camargo, Marcia Raika E Silva Lima	4
Estudos avançados sobre a surdez e a educação das pessoas surdas	Ilka Serra, Marcia Raicka, Lucélia Cardoso, Cícera Lima Malheiro	4
Gestão democrática e Projeto Pedagógico	Lúcio José Dutra Lord, *Cléia Demétrio Pereira, *Vera Márcia Marques Santos, Sandra Regina Rodrigues Dos Santos, Elisangela Leal De Oliveira Mercado	4
Ingresso e a permanência dos EPAEE no ensino superior	Sandra Luzia Wrobel, Neiza De Lourdes Frederico Fumes, Denise Ivana De Paula Albuquerque, Klaus Schlünzen Junior, Elisa Tomoe Moriya Schlunzen	4
Legislação, ética e trabalho docente	Maria Luisa Furlan Costa, Ana Cledina Rodrigues Gomes	4
Linguística aplicada: formação de professores e educação inclusiva	Neusa Inês Philippsen	4
Metodologia da pesquisa II	Rita De Cassia Da Silva Oliveira, Vera Lucia Martiniak, *Cléia Demétrio Pereira, , *Gabriela Maria Dutra de Carvalho, *Vera Márcia Marques Santos	4
Metodologias da Extensão Universitária para o campo da educação inclusiva	*Cléia Demétrio Pereira, *Gabriela Maria Dutra de Carvalho, *Vera Márcia Marques Santos, *Soeli Francisca Mazzini Monte Blanco	4
Metodologias de ensino colaborativas, acolhimento e cuidado na educação inclusiva	Irene Romero Beber, Luciene Neves Santos, *Geisa Letícia Kempfer Bock	4
Plano de ensino individualizado e ensino colaborativo nas diferentes áreas da Educação Especial	*Cléia Demétrio Pereira, *Geisa Letícia Kempfer Bock, Lucelia Cardoso Cavalcante Rabelo, Elisa Tomoe Moriya Schlunzen, Danielle Aparecida Do Nascimento Dos Santos, Decio Roberto Calegari	4
Políticas públicas: Educação Especial e Inclusiva	*Cléia Demétrio Pereira, *Soeli Francisca Mazzini Monte Blanco, Lúcio José Dutra Lord, Marion Machado Cunha, Vera Lucia Martiniak	4
Seminário de dissertação e extensão curricular	*Cléia Demétrio Pereira, *Soeli Francisca Mazzini Monte Blanco, *Vera Márcia Marques Santos	4
Sorobã	Roseneide Maria Batista	4
Tecnologia Assistiva: Estratégias e Recursos	Eromi Izabel Hummel, *Geisa Letícia Kempfer Bock, *Lidiane Goedert, *Karina Marcon, *Soeli Francisca Mazzini Monte Blanco	4
Tópicos Especiais: Comunicação	Nerli Nonato Ribeiro Mori	4

Alternativa nos TGD		
Uso de Tecnologias Digitais como espaços educativos	Ariangelo Hauer Dias, *Karina Marcon	4

Obs.: *Professores participantes da UDESC.

8 INFRAESTRUTURA ADMINISTRATIVA

8.1 UNESP - Instituição proponente

Instalações e laboratórios

- 50 salas de aula para docentes
- 8 salas de aula equipadas com computador para alunos
- 8 laboratórios para pesquisa

Equipamentos e ferramentas para ensino a distância

- Apoio do Núcleo de Educação a Distância

Biblioteca

As bibliotecas da UNESP coordenadas pela CGB (Coordenadoria Geral de Bibliotecas) estão associadas às bibliotecas digitais onde os alunos e docentes podem acessar títulos disponíveis em meio digital das principais bibliotecas do país. É possível, também, acessar títulos disponíveis nas bibliotecas das universidades estaduais do estado de São Paulo (USP Universidade de São Paulo e UNICAMP Universidade Estadual de Campinas) em função de acordo de cooperação entre estas universidades.

A CGB implantou o Athena: Banco de Dados Bibliográficos da Unesp (<http://portal.biblioteca.unesp.br/portal/athena>) que conta hoje com 1.350.030 livros, 28.227 títulos de periódicos (1.535.304 fascículos) e 65.005 teses e dissertações. Implantou também a C@thetra: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações defendidas na Unesp (<http://www.unesp.br/portal#!/cgb/bibliotecas-digitais/cthedrabiblioteca-digital-teses/>) e a C@pelo: Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso.

A Coordenadoria Geral de Biblioteca da Unesp, o Sistema Integrado de Bibliotecas da USP (SIBI-USP) e o Sistema de Bibliotecas da Unicamp (SBU-Unicamp) compõem o CRUESP-Bibliotecas (Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas) e juntos têm acesso ao Portal de Periódicos Capes (<http://periodicos.capes.gov.br>).

Os serviços aos usuários das bibliotecas da Unesp são oferecidos em cada uma das 34 bibliotecas. Dentre esses serviços, podemos citar: 1. Serviço de Empréstimo entre Bibliotecas (entre as bibliotecas da Unesp, USP e Unicamp); 2.

Serviço de Comutação Bibliográfica, em nível nacional; 3. Serviço de orientação e treinamento ao uso das bases de dados; 4. Serviço de Normalização Documentária. Caracterizar o acervo, apresentando os dados gerais e específicos sobre sua composição (nº de livros, de periódicos e áreas nas quais eles se concentram).

Informações adicionais

As Bases de Dados relacionadas a seguir podem ser acessadas a partir do portal de Biblioteca da Unesp (www.biblioteca.unesp.br): Probe, Portal de Periódicos da CAPES, Banco de teses (Cathedra-Unesp; Dedalus-USP; Acervus-Unicamp), ERL (Eletronic Reference Library), CAB ABSTRACTS, BIOLOGICAL ABSTRACTS, FOOD SCIENCES, ASFA, WILSON GENERAL SCIENCES, PSYCINFO, ECONLIT, WILSON BUSINESS ABS & FULL TEXT, WILSON SOCIAL SCIENCES FULL TEXT, Proquest - Safari: TechBooks on-line, IBICT CCN; IBICT TESES; UNIBIBLIWEB, Scielo.

Banco de dados bibliográficos: Athena/Unesp
Athena.biblioteca.unesp.br/F?RN=625464936, Dedalus/USP - USP.br/Sibi/,
 Acervus/Unicamp unicamp.br/BC, E-books: CRC Net Base, E-brary, E-Libro, ECCO, Energy & Environmental Sciences, Kluwer Books, MOMW, NetLibrary, Referex, Safari

Para comutação de material bibliográfico existente em outras bibliotecas, utiliza-se dos seguintes softwares: Scadunesp (gerenciador da comutação intraUnesp) e Comut (gerenciador da comutação extraUnesp), EEB-Empréstimo entre bibliotecas.

Acervo Digital

O Acervo Digital é um repositório de conteúdos gerados e adquiridos pela UNESP, vinculados aos cursos e disciplinas. O objetivo do projeto é disponibilizar ao público materiais como suporte ao ensino e divulgação da produção científica da Universidade.

No endereço www.acervodigital.unesp.br, há vídeos, imagens, textos e documentos. Todos os arquivos armazenados ficam disponíveis na web gratuitamente para download.

Repositório Institucional

A partir do apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), das Pró-Reitorias de Pós-Graduação, Pesquisa, Graduação, Extensão, Administração e Núcleo de Educação a Distância da Unesp (NEaD) criou-se o

Repositório da Produção Científica do Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp) [<http://cruesp.sibi.usp.br/>] com o objetivo de reunir, preservar e proporcionar acesso aberto, público e integrado à produção científica de docentes, pesquisadores e alunos e servidores da Unesp, USP e Unicamp.

8.2 UDESC - Instituição associada

Relação de pessoal técnico administrativo

Secretaria de Ensino de Pós-Graduação

Equipe: Isadora Silveira - Técnica Universitária de Desenvolvimento

Instalações e laboratórios

Laboratório de Educação Inclusiva – Ledi

Ato de Criação: Resolução CEAD Nº 003/2013-CONCENTRO de 03/04/2013

Descrição: O Laboratório de Educação Inclusiva, constitui-se como um espaço capaz de produzir interfaces com diversos grupos de estudo, pesquisa e extensão da UDESC, e com isso objetiva-se a divulgação das ações inclusivas, a ampliação de conhecimentos referentes à inclusão social das pessoas com deficiência, a proposição de ações pontuais no âmbito da acessibilidade às pessoas com deficiência, bem como apoiar a implementação de políticas de ação afirmativa, articulando os três eixos norteadores das ações pedagógicas: pesquisa, ensino e extensão. Ações essas, que são ofertadas aos acadêmicos, profissionais da educação e comunidade, contribuindo na construção de uma sociedade inclusiva. O processo de inclusão das pessoas com deficiência vem suscitando vários questionamentos no que se refere ao atendimento desse grupo. Atualmente, não mais discutimos a legalidade ou a possibilidade da inclusão acontecer, afinal há mais de duas décadas a Declaração de Salamanca definiu que a Educação, nos seus mais diferentes níveis, deve acolher a todos, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Dessa forma, cabe à sociedade em geral e, conseqüentemente, às instituições de ensino, preparar-se para receber a todos, atendendo as suas necessidades e respeitando as diferenças que os constituem. Nessa perspectiva, o LEI-Laboratório de Educação Inclusiva configura-se como espaço de articulação e promoção de ações que visam à redução/eliminação do preconceito e que contribuam para a inclusão. Assim o Laboratório de Educação Inclusiva – LEI, como espaço institucional, contribui e viabiliza ações que estimulam e fomentam uma atuação permanentemente

comprometida com a comunidade acadêmica da UDESC.

Atividades Desenvolvidas:

- Programas e projetos de extensão na área dos estudos da deficiência;
- Projetos de pesquisa na área dos estudos da deficiência;
- Participação do COMINC - Comitê de Articulação da Ações de Inclusão/UDESC.
- Fomento às políticas de ações inclusivas na UDESC.
- Assessoria aos professores e estudantes com deficiência.
- Parcerias nacionais e internacionais em atividades voltadas a questões da deficiência.
- Orientações a estudantes da graduação no que se refere a temática da deficiência e acessibilidade.
- Produção acadêmica e científica na área dos estudos da deficiência.

Laboratório Multidisciplinar de Desenho e Produção de Material Didático para aEaD - Multi.Lab.EaD

Ato de Criação: Resolução CEAD Nº 004/2013-CONCENTRO de 30/07/2013

Descrição: Constitui-se como locus de pesquisa, inovação e criação de soluções educacionais para o desenho e produção de materiais e recursos didáticos multimídia, a fim de instrumentalizar os gestores e os profissionais especialistas em conteúdo para o planejamento, implementação e execução dos diversos projetos da EaD no CEAD/UDESC.

Atividades desenvolvidas:

- Projetos de Ensino, Pesquisa e de Extensão voltados aos fins do laboratório;
- Trabalhos e experimentos em parcerias com demais Centros, Laboratórios e Órgãos de fomento para pesquisa e aplicação de tecnologias em produtos educacionais;
- Pesquisas para a criação de desenho visual e conceito gráfico e instrucional para aplicação em materiais didáticos e recursos educacionais;
- Estudos aplicados no âmbito do design instrucional em impressos (caderno pedagógicos e manuais) digitais (guia didáticos, guias de orientação de estudo, textos complementares e nas ferramentas/atividades publicadas no Ambiente Virtual de Aprendizagem);
- Pesquisas para aplicação de identidade visual e design gráfico nos materiais e recursos didáticos;
- Participação no desenvolvimento de interface instrucional e gráfica no

Ambiente Virtual de Aprendizagem;

- Pesquisas que contribuam para a inovação das atividades do Laboratório;
- Oferecimento e participação em formações para uso da metodologia da Educação a Distância;
- Pesquisas para criação de tecnologia para construção de repositórios para objetos multimídia;
- Integração entre estudantes e bolsistas em pesquisas no âmbito de atuação do laboratório para a qualificação do processo ensino-aprendizagem;
- Estudos orientados tendo como foco o Curso de Pedagogia, bem como cursos e processos de formação continuada, desenvolvidos pelo CEAD.

Laboratório de Educação, Linguagem e Arte – LELA

Ato de Criação: Resolução CEAD Nº 001/2014-CONCENTRO de 24/02/2014

Descrição: A criação do Laboratório de Educação, Linguagem e Arte (LELA) da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), vinculado ao Centro de Educação a Distância (CEAD) e aos Programas de Pós-Graduação em Artes Visuais (PPGAV), Música (PPGMUS) e em Gestão da Informação (PPGGI), fundamentou-se na realização de ações inclusivas, principalmente aquelas vinculadas ao acesso à arte. Também faz parte de sua origem, a perspectiva de promover a formação continuada de professores, por meio das tecnologias. Por este motivo, o laboratório tem reunido professores, técnicos e estudantes com o perfil de atuação em diversas áreas, com um objetivo em comum nas suas ações: a inclusão. Esses profissionais, vinculados ao laboratório, desenvolveram diversos projetos de ensino, pesquisa e extensão e foram os pioneiros do LELA, que colaboraram para criação do espaço e construíram a primeira rede de programas, projetos e ações que seguem se renovando até a atualidade. A identidade do LELA como espaço de integração das diversas atividades acadêmicas foi consolidada e o aspecto multimídia tem se destacado em todas elas.

Atividades desenvolvidas:

- Fomento às políticas de ações inclusivas na UDESC, visando a adequação às leis de acessibilidade, bem como o incentivo à inclusão social, com ênfase em propostas e projetos que auxiliem a superar as causas de exclusão a partir das artes, da linguagem, das tecnologias e das práticas educativas e curriculares;
- Proposição, promoção e dinamização de ações a partir das artes, da linguagem e das tecnologias na formação continuada de professores, com o propósito de buscar a superação de mecanismos de exclusão;
- Produção de interfaces com diversos grupos de pesquisa, núcleos da UDESC e outras entidades que atuam no desenvolvimento científico, artístico e tecnológico, na ampliação de conhecimentos necessários, a fim de contribuir

para o desenvolvimento do Ensino, Pesquisa e Extensão;

- Articulação de parcerias com outros Núcleos e/ou Laboratórios da UDESC e/ou comunidade externa que tenham como objetivo a implementação de políticas de formação e acesso às artes, à educação e à cultura.

Laboratório Educação e Sexualidade – LabEduSex

Ato de Criação: Resolução CEAD Nº 002/2014-CONCENTRO de 12/05/2014

Descrição: O LabEduSex tem como proposta principal ir ao encontro da necessidade de espaços educativos alternativos de discussão, reflexão e produção de material didático-pedagógico sobre as temáticas sexualidade/educação sexual e demais temas interseccionais. Assim possibilita-se, por meio do diálogo com os educadores e educadoras e comunidade em geral, que se amplie o campo de pesquisa, ensino e extensão ligados à temática, com a vivência das várias linguagens midiáticas.

Atividades desenvolvidas:

- Promoção, divulgação e dinamização de práticas pedagógicas que envolvam pesquisa, ensino e extensão, como espaço de referência na formação continuada no que se refere à Sexualidade, Educação sexual, gênero, diversidade sexual e de gênero e suas interseccionalidades.

Laboratório de Direitos Humanos – LabDH

Ato de Criação: Resolução CEAD Nº 008/2016 - CONCEAD de 28/11/2016

Descrição: O Laboratório de Direitos Humanos - LabDH, vinculado ao Centro de Educação a Distância - CEAD, da Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC se constitui como um espaço promotor da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Tem como objetivos promover estudos e produzir conhecimentos resultantes de pesquisas científicas, ações de ensino e de extensão universitária centradas nos direitos humanos fundamentais e o desenvolvimento integrado de atividades universitárias com a sociedade em geral e o próprio meio ambiente. Além disso, busca apoiar a implementação de políticas de ações afirmativas no âmbito da universidade e fora dela, como prerrogativas atinentes à proteção e à promoção da dignidade da pessoa humana, com ênfase à ética do respeito e da inclusão da diversidade humana.

Atividades desenvolvidas:

- Intercâmbio de acadêmicos e servidores na inserção da Universidade em diferentes áreas de conhecimento e em diversos cenários do Estado de Santa Catarina, bem como, do país, na busca do desenvolvimento regional e nacional.

- Atividades de extensão universitária oportunizando o acesso a importantes conhecimentos que influenciam diretamente na conduta humana, especialmente, na garantia dos direitos humanos em diferentes áreas sociais. Busca a garantia da interdisciplinaridade, da interação entre a Universidade e a sociedade, reforçando a missão da Universidade diante da realidade social.

Espaços Inovadores de Ensino - ESPINE UDESC/CEAD

O Centro de Educação a Distância – CEAD/UDESC participa do Edital de Chamada Institucional Nº 01/2019 para Criação do Espaço Inovador de Ensino – ESPINE, com a proposta de criação de um Espaço Multimeios, com recursos midiáticos e de tecnologias assistivas, estruturado com um estúdio para produção de vídeos/videoaulas/videoconferências.

Este espaço pretende ser um local que, de forma coletiva, compartilhada e inclusiva, agregue ações inovadoras e interdisciplinares de ensino, por meio de atividades interativas entre acadêmicos, professores e demais equipes, disponibilizando diversos recursos tecnológicos que possibilitem o desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras e inclusivas, ao mesmo tempo, a pré-produção, produção e pós-produção de vídeos/videoaulas/videoconferências.

Objetivando implantar um espaço multimeios, com recursos midiáticos e de tecnologias assistivas, incluindo a estruturação de um estúdio para pré-produção, produção e pós-produção de vídeos/videoaulas/videoconferências, contribuindo para a efetivação de um espaço inovador de ensino da UDESC.

Biblioteca

As instalações da Biblioteca Central no Campus I, bem como o acervo e as instalações das Bibliotecas dos polos de apoio presencial, estarão disponíveis para consultas e empréstimos.

A Biblioteca Central é um sistema composto por 11 bibliotecas setoriais que cooperam seus acervos e atuam em rede, sob a coordenação técnica da Biblioteca Universitária, atendendo cursos de graduação e pós-graduação por eles oferecidos durante os períodos matutino, vespertino e noturno. Possui espaços para estudos em grupo, cabines para estudo individual, terminais para realização de pesquisas na internet, salas equipadas para assistir a filmes e sala de reuniões. Representa ainda um importante canal de disseminação de informações, atendendo à demanda dos Cursos da UDESC tanto ao nível de Graduação como de Pós-Graduação.

A área física da Biblioteca Central importa em 1.344 m², distribuídos em quatro andares de um prédio construído especificamente para abrigá-la. Este espaço

permite um agradável ambiente de leitura e pesquisa e de um armazenamento adequado do acervo, que conta atualmente com 78.221 títulos e 127.242 exemplares, distribuídos nos mais diversos materiais, como livros, revistas, DVD's, partituras musicais, etc.

Além dos setores administrativos e técnicos, possui salas equipadas para estudo individual ou em grupos. Conta com 10 terminais exclusivos para consulta a bases de dados e Internet e um scanner para digitalização de documentos. Seu quadro de pessoal é composto por sete bibliotecários, quatro auxiliares e doze bolsistas.

Áreas existentes

- Área de informação e referência – balcão de informações para a orientação ao usuário; terminais de computadores para pesquisa on-line, sala de apoio ao usuário com bibliotecário disponível para prestar auxílio em normalização de documentação, levantamento bibliográfico, catalogação na fonte, entre outros serviços.
- Seção de referência – espaço para abrigar obras de consulta no local (trabalhos acadêmicos, periódicos, enciclopédias, dicionários, anuários, índices, etc), instalação de terminais de computadores ligados a bases de dados de interesse para os usuários e ligação com outras bibliotecas/instituições locais, nacionais e internacionais.
- Área do acervo geral – espaços para estocagem de livros.
- Área do acervo multimídia – espaço destinado aos materiais especiais que compõem o acervo, sendo: cd's e dvd's, partituras musicais, peças de teatro.
- Área do acervo especial – espaço destinado aos materiais voltados aos usuários com necessidades especiais, como material em braile e audiolivros.
- Área de serviços de autoinstrução e aprendizagem em grupos – espaços múltiplos para o trabalho individual e coletivo dos usuários. Esta área inclui salas de leitura, audição e projeção.
- Áreas administrativa, de serviços técnicos de apoio- neste local são realizados os serviços de aquisição, registro e preparo para a encadernação. Espaço para as seções de aquisição; correspondências, catalogação e classificação de livros e outros materiais; recuperação de materiais e encadernação.

Espaço Físico

ÁREA CONSTRUÍDA TOTAL (m ²)	ÁREA DESTINADA ACERVO (m ²)	ÁREA DESTINADA USUÁRIOS (m ²)
1440	431	350

Serviços

Consulta local: As Bibliotecas Central, assim como as demais bibliotecas setoriais da UDESC têm seus acervos disponíveis para a consulta da comunidade.

Empréstimo domiciliar: Para retirar materiais da Biblioteca, o usuário precisa ser aluno, professor, funcionário da UDESC ou pertencer a uma instituição conveniada. Os prazos para empréstimo variam de acordo com cada categoria e com o tipo de material solicitado (ver Guia do Usuário da Biblioteca Universitária).

Levantamento bibliográfico: É o serviço de pesquisa no acervo da UDESC, de outras Instituições ou em diferentes bases de dados de fontes/Bibliografias sobre um determinado assunto ou autor. O serviço pode ser solicitado no balcão de atendimento ou no Setor de Referência da Biblioteca, através do preenchimento de formulário próprio, ou poderá ser solicitado via Internet. O usuário poderá também realizar o acesso a bases de dados on-line ou CD-ROM, na biblioteca, sem o auxílio do bibliotecário. Este serviço é oferecido somente para os usuários vinculados à UDESC.

Normalização bibliográfica: Consiste em orientar os usuários no uso das normas técnicas da ABNT, referentes a apresentação de documentos. É possível solicitar o auxílio de um bibliotecário para a elaboração de referências bibliográficas, citações, resumos, etc.

Treinamento para a utilização bases dados: Sistematização e aplicação de métodos que orientam usuários ao acesso e uso de diferentes bases de dados nacionais ou estrangeiras. É necessário agendar com o bibliotecário.

Serviço de Disseminação Seletiva da Informação: Fornecimento de informações técnico-científicas, especializadas e atualizadas, aos professores e pesquisadores da UDESC, de acordo com cada linha de pesquisa.

Divulgação de novas aquisições e serviços: Este serviço tem como função divulgar as aquisições e serviços disponíveis através de listagens impressas, expositores, e-mails, entre outros. Consultas, dúvidas podem ser registradas através do e-mail do responsável pela atividade de aquisição na Biblioteca. Também é possível sugerir novos títulos ou verificar as mais recentes aquisições.

Redes Sociais: A utilização de redes sociais e ferramentas digitais como: Facebook, Twitter, Skype e site é uma importante ferramenta de divulgação dos serviços da

Biblioteca Central. Através dessas ferramentas, é possível conhecer os serviços oferecidos, o acervo existente, entrar em contato para tirar dúvidas, notícias e eventos especiais.

Atividades artísticas e culturais: São atividades realizadas na biblioteca, em conjunto com a comunidade universitária, com o objetivo de estimular e fortalecer a interação Biblioteca e Centro. Essas atividades podem ser: apresentações musicais, filmes, slides, vídeos, performances de teatro, hora do conto; exposições permanentes de obras de arte e outras; debates, palestras, varal cultural, varal literário, etc.

Visita Orientada: A Biblioteca orienta grupos de alunos e/ou de diferentes Instituições sobre a utilização do acervo e serviços da Biblioteca. É necessário agendar a visita com antecedência.

Intercâmbio bibliotecário: É um serviço que visa ampliar as possibilidades de acesso às informações através do contato e troca de informações/materiais com outras Instituições e acervos, na medida do possível. O empréstimo de materiais bibliográficos entre instituições deverá ser realizado mediante convênio previamente celebrado.

Acesso à bases de dados: Pesquisa, identificação e levantamento de informações sobre assuntos ou autores específicos em bases de dados nacionais ou estrangeiras. Estão disponíveis bases de dados de livre acesso (gratuitas) ou acesso restrito. A UDESC disponibiliza o Portal da CAPES que oferece acesso aos textos completos de artigos de mais de 2400 revistas internacionais, nacionais e estrangeiras, e as bases de dados com referências e resumos de documentos em todas as áreas do conhecimento (Acesso completo). Em relação às bases de dados, destaca-se que desde 2008 está disponível a Base de Dados EBSCO Complete, ampliando as possibilidades de pesquisa em periódicos científicos nacionais e internacionais das áreas de administração e economia. Em 2010 a UDESC assinou contrato com a Springer E-Books para permitir acesso online a coleções de livros eletrônicos, com mais de 3.400 títulos na íntegra. Conteúdo diversificado, incluindo monografias, atas de conferências, textos profissionais, livros para graduação, dicionários, obras de referência, manuais, dentre diversos outros materiais.

Outras bases

Comutação Bibliográfica – COMUT: Permite a obtenção de cópias de documentos técnico-científicos disponíveis nos acervos das principais bibliotecas brasileiras e em serviços de informação internacionais. O usuário da biblioteca da UDESC pode fazer esse pedido através de seu acesso ao Pergamum.

Comutação Bibliográfica - BIREME (SCAD): O SCAD (Serviço Cooperativo de Acesso a Documentos) é um serviço de fornecimento de documentos especializado em ciências da saúde e atuante na América Latina e Caribe, tendo por objetivo prover acesso a documentos exclusivamente para fins acadêmicos e de pesquisa, respeitando rigorosamente os direitos de autor. Este serviço é coordenado pela BIREME com a cooperação das bibliotecas integrantes da rede BVS. O SCAD disponibiliza os acervos das bibliotecas cooperantes do Serviço SCAD na América

Latina.

Catálogo na publicação / ficha catalográfica: A catalogação na publicação gera uma ficha catalográfica, a qual é impressa no verso da página de rosto de um livro, tese ou dissertação. A ficha deve ser feita quando a obra está em fase de impressão e ela é obrigatória para efeito de depósito legal e é recomendada pela ABNT. Para a elaboração da ficha catalográfica o bibliotecário segue as regras e normas do Código de Catalogação Anglo-Americano. O Setor de Referência e apoio ao usuário da Biblioteca faz gratuitamente a catalogação na publicação para: Publicações da editora da UDESC; Publicações de Centros, Departamentos, Coordenadorias e Núcleos de Estudos da UDESC; Teses e Dissertações da UDESC; Periódicos (impresso e recurso eletrônico) da UDESC.

Biblioteca Digital da UDESC: A Biblioteca Digital da UDESC é uma base de dados eletrônica composta pelo conjunto da produção científica da UDESC com textos completos, digitalizados e disponíveis no catálogo on-line da Biblioteca Universitária da UDESC.

Banco Digital de Teses da UDESC: O Banco Digital de Teses da UDESC constitui-se em uma base de dados eletrônica composta pelo conjunto das teses e dissertações produzidas pelos alunos dos Programas de Pós- Graduação da UDESC (mestrado e doutorado). Todos os trabalhos produzidos nos Programas de Pós-Graduação da UDESC deverão estar disponíveis, via internet, no Banco Digital de Teses da UDESC.

Recursos	Sim/Não Quantidade
WIRELESS	todos os andares
TV Monitor LCD	01
Data Show	02
Terminais consulta acervo	10
Rampa ou fácil acesso	Sim
Página na web	Sim
E-mail própria da biblioteca	Sim
Ar condicionado	Sim
Indicador de satisfação do usuário	Sim
Salas de estudo	9
Serviço de referência eletrônico	Sim
Número de assentos usuários	261
Micros disponíveis com acesso internet livre	06
Treinamento do usuário para uso dos recursos eletrônicos	Sim

Descrição das políticas de expansão do acervo

São recursos informacionais da Biblioteca Universitária o acervo próprio e o intercâmbio interbibliotecário com outras bibliotecas e instituições congêneres. A Biblioteca maximiza a utilização de serviços especiais e desenvolvimento de programas especiais objetivando racionalizar a aplicação de seus recursos.

As coleções são desenvolvidas racionalmente e com base em documentos na Política de Desenvolvimento de Coleções da Biblioteca Universitária. A Política define critérios para a composição do acervo das Bibliotecas Setoriais, servindo também como um instrumento para planejamento, avaliação e como um guia de ação, funcionando como diretriz para as decisões dos bibliotecários e comunidade universitária em relação à seleção do material a ser incorporado ao acervo.

Para a ampliação do acervo da Biblioteca Universitária, deverão ser aplicados recursos não inferiores a 5% (cinco por cento) do repasse anual destinado pela UDESC a cada Centro, até atingir nível satisfatório.

A aquisição de acervo se dá por meio de processo licitatório onde são licitadas empresas para fornecimento de acervo em qualquer período do ano. As sugestões são coletadas pelo sistema Pergamum, via e-mail, e pelo chefe de departamento dos cursos e analisadas e selecionadas pela Comissão de Seleção de cada Centro. É feita semestralmente a confrontação da Bibliografia básica sugerida nos planos de ensino com o acervo existente nas bibliotecas. As Bibliografias inexistentes são adquiridas.

Total de acervo existente

Material	Quantidade
E-books	7.284
Bases de dados específicas	2
Livros – títulos*	49.378
Livros – exemplares	103.088
Folhetos	34
Catálogos	12
Artigos	2995
Dissertações	1781

Monografias TCCs	997
Normas	0
Teses	223
Monog. Especialização	1665
Partituras	2332
Periódicos	919
DVD	735
Monog TCCs Digital	2069
Monog Pós Digitais	358
Peças teatro	458
Grav. Vídeo	634
Mapas	28
CDRom	266
Gravação de som	238
TOTAL **	118.832

*itens não somados

**** Não são contabilizados os e-books e bases de dados Obs. Atualizado em 31/01/2018**

O acervo da Biblioteca Universitária da Udesc é constituído por livros, periódicos, monografias, dissertações, teses, peças de teatro, partituras, mapas, CDs, DVDs, bases de dados, e-books e Normas da ABNT.

Acervo bibliográfico específico

IBGE, ONU, EAD/UDESC, E-books, bases de dados.

E-BOOKS COLEÇÃO 2008 SPRINGER: 3.500 livros com texto completo. Atende todas as áreas do conhecimento. Acesso aos E-Books por área de conhecimento: Administração e Economia, Arquitetura e Design Biomedicina e Ciências da Vida, Ciência da Computação Ciência Política, Ciência Química e Material, Ciência da Terra e do Meio Ambiente, Engenharia, Física e Astronomia, Humanidades, Ciências

Sociais e Direito, Informática Aplicada e Profissional Matemática e Estatística, Medicina.

EBSCO - BUSINESS SOURCE COMPLETE: O Business Source Complete é a mais completa base de dados acadêmica na área de negócios do mundo, que oferece a melhor coleção de conteúdo bibliográfico e em texto completo. Como parte da cobertura abrangente oferecida por esta base de dados, também estão incluídos os índices e resumos dos periódicos científicos acadêmicos mais importantes desde 1886, além das referências pesquisáveis citadas fornecidas de mais de 1.300 periódicos científicos.

EBSCO - NEWSPAPER SOURCE PLUS: O Newspaper Source Plus inclui mais de 860 jornais de texto completo, fornecendo mais de 35 milhões de artigos com texto completo. Além disso, a base de dados apresenta mais de 857 mil transcrições de notícias de rádio e televisão.

EBSCO - REGIONAL BUSINESS NEWS: Esta base de dados fornece cobertura abrangente de texto completo de publicações regionais da área de negócios. O Regional Business News incorpora mais de 80 publicações de negócios regionais cobrindo todas as áreas urbanas e rurais nos EUA.

EBSCO – EDUCAÇÃO FÍSICA E FISIOTERAPIA- A Biblioteca Setorial do Cefid/Udesc colocou à disposição dos estudantes e professores do centro 45 novos e-books, comprados no fim de 2011, nas áreas de Educação Física e Fisioterapia. Os e-books estão disponíveis via internet, para acesso on-line ou download, na base de dados EBSCO.

COLEÇÃO DE E-BOOKS EBSCO – DIVERSAS ÁREAS: Mais de 200 livros eletrônicos de diversas áreas do conhecimento escolhidos pelos professores da UDESC. Acesso via Consulta ao Pergamum.

EMERALD: Base de dados com mais de 900 títulos com texto completo nas áreas de administração, negócios, marketing e economia e na área de ciências sociais.

Para conhecer os títulos adquiridos pela UDESC

MINHA BIBLIOTECA: 581 títulos universitários em português de áreas diversas: Ciências Jurídicas, Ciências Biológicas, Ciências Exatas, Ciências Humanas e Ciências Sociais Aplicadas.

WILEY: Coleção de livros eletrônicos nas áreas de: Administração e Economia, Artes e Artes aplicadas, Humanas e Ciências Sociais, Ciência da Terra e do Meio Ambiente, Física e Engenharia.

CAMBRIDGE: Coleção de livros eletrônicos com texto completo nas diversas áreas do conhecimento.

ZAHAR: A coleção de E-books Zahar é composta por 245 livros contendo texto completo, publicados pela Editora Zahar nas áreas de: Artes, História, Música, Ciências e Ciências Sociais, além das coleções Passo-a-Passo e Descobrindo o Brasil.

IEEE - INSTITUTE OF ELECTRICAL AND ELECTRONIC ENGINEERS: Coleção completa de e-books, de 1974 a 2014, referentes à Engenharia, Tecnologia e Ciências da Computação, do Institute of Electrical and Electronics Engineers (IEEE), EUA.

ITCORE COLLECTION: Mais de 2 mil Títulos das áreas de: Computação, Negócios, Música, Tecnologia entre outras.

PORTAL DE PERIÓDICOS DA CAPES: O Portal Capes reúne bases de dados, páginas, portais e bibliotecas virtuais de acesso livre.

Informatização

O software utilizado para gerenciamento de seu acervo e atividades relacionadas ao cadastro de usuários e empréstimo é o *Pergamum*, que é um sistema informatizado de gerenciamento de Bibliotecas, desenvolvido pela Divisão de Processamento de Dados da Pontifícia Universidade Católica do Paraná Possui a vantagem de ser um sistema integrado, com arquitetura cliente/servidor, e possibilita a consistência do catálogo coletivo. As características do sistema são de Arquitetura cliente-servidor, Multiusuário, Monousuário, Interface Web, Flexibilidade por parâmetros. O banco de dados utilizado pelo sistema é o Oracle.

O PERGAMUM possibilita que todos os serviços sejam agilizados e o usuário passe a receber um melhor atendimento e uma diversidade de serviços e facilidades no acesso à informação. O usuário via Internet, pode consultar o acervo da biblioteca, fazer perguntas, cadastrar-se para acesso às bases de dados, verificar a sua situação na biblioteca, entre outras vantagens. A pesquisa pode ser efetuada através do endereço: <http://www.bu.udesc.br>

Os módulos/funções que o sistema dispõe

Aquisição, Catalogação, Referência Pesquisa on-line, Controle de periódicos, Controle de Circulação Empréstimo entre bibliotecas, Comutação bibliográfica, Importação/Exportação de dados Relatórios estatísticos.

9 VAGAS

O número de vagas no curso de Mestrado da UDESC é de até 22 (vinte e duas), anualmente, sendo o Colegiado do PROFEI responsável pela proposição deste número, distribuídas preferencialmente entre as três linhas de pesquisa.

O número de vagas oferecidas em cada seleção poderá variar, tomando por base a capacidade de orientação do corpo docente permanente do programa. O Colegiado do PROFEI poderá alterar o número de vagas do Edital de Seleção, conforme a dinâmica do programa.

9.1 Ingresso

A admissão de discentes no PROFEI ocorrerá por meio de um Exame Nacional de Acesso, constituído de uma prova escrita, realizada ao menos uma vez por ano e de forma simultânea nas instituições associadas. As normas de realização do exame, incluindo requisitos para inscrição, os horários e locais de aplicação do exame, o número de vagas em cada Instituição Associada e os critérios de correção e aprovação serão definidos em Edital aprovado pelo Conselho Gestor Nacional do Profei.

Terá direito a matrícula o candidato aprovado no exame de seleção e classificado dentro do número de vagas oferecidas pela Unidade/IES de inscrição.

9.2 Público Alvo

Considera-se público-alvo candidatos portadores de diploma de curso superior reconhecido pelo MEC, preferencialmente em Pedagogia e demais Licenciaturas, com vínculo profissional na Educação Básica.

10 INTEGRALIZAÇÃO CURRICULAR

10.1 Integralização dos Créditos

Para a integralização dos créditos, os mestrandos deverão apresentar um **Trabalho Final do Curso** (TFC), na forma de **Dissertação**, cujo tema ou problema a ser resolvido esteja de acordo com os objetivos da proposta do **Produto Educacional**. O TFC deverá ser apresentado em um texto dissertativo com a descrição do Produto Educacional em um dos seguintes formatos:

- a) projeto curricular para uma etapa e/ou escola da Educação Básica;
- b) unidade didática para o ensino de temas e/ou conteúdos específicos da Educação Inclusiva;
- c) estratégias de intervenção em problemáticas específicas da Educação Inclusiva;
- d) produção de material curricular e de produtos tecnológicos;
- e) elaboração de procedimentos, instrumentos de avaliação em Educação Inclusiva;
- f) desenvolvimento de aplicativos, de softwares, de tecnologia assistiva;
- g) produção de programas de mídia;
- h) produção de materiais didáticos e instrucionais;
- i) projetos de inovações pedagógicas e/ou tecnológicas e formação de professores.

10.2 Exame de Qualificação do Projeto de Mestrado

De acordo com o Regimento Geral do Mestrado Profissional em Rede em Educação Inclusiva para obter o título de Mestre o aluno deverá passar por um Exame de Qualificação.

A apresentação do projeto relativo à Dissertação/Produto Educacional denominar-se-á *Defesa de Projeto* e deverá ser realizado até o 18º mês de ingresso no PROFEI.

A proposta do projeto deverá ser apresentada para análise de dois docentes e do orientador que emitirão seu parecer sobre a sua viabilidade. O parecer deverá ser submetido ao colegiado para apreciação.

10.3 Defesa da Dissertação/Produto Educacional

O discente deverá matricular-se na disciplina de Elaboração de Dissertação/Produto Educacional que, para fins de currículo, corresponderá a 56 (cinquenta e seis) créditos, depois de ter cumprido o período de disciplinas básicas

obrigatórias e eletivas. O discente para ter direito à Defesa da Dissertação/Produto Educacional deverá ter cumprido as seguintes etapas:

- I) Integralizado os 24 (vinte e quatro) créditos de disciplinas obrigatórias e eletivas;
- II) Integralizado os 16 (dezesesseis) créditos de atividades complementares;
- III) Comprovar proficiência em língua estrangeira.

A defesa da Dissertação/Produto Educacional será realizada em sessão pública perante Comissões Julgadoras, que devem ser constituídas por, no mínimo, três examinadores, sendo compostas por número ímpar de examinadores. As comissões julgadoras devem ser compostas por no mínimo $\frac{1}{3}$ dos membros externos à UDESC (Resolução nº 13/2014 - CONSEPE/UDESC).

10.4 Duração do Mestrado Profissional em Educação Inclusiva – PROFEI

a) O tempo mínimo para a integralização do curso de Mestrado será de 12 (doze) meses contados a partir da matrícula.

b) O tempo máximo para a integralização do curso de Mestrado será de 24 meses. Conta-se a partir do primeiro dia do mês em que se inicia o período letivo como aluno regular e encerra-se com a defesa da respectiva dissertação/produto ocupacional, respeitados os procedimentos definidos pelo Colegiado de Pós-Graduação (CPG).

c) Em casos excepcionais, a critério do CPG e mediante justificativa fundamentada, os prazos estabelecidos neste artigo poderão ser prorrogáveis por até 6 (seis) meses no Mestrado, conforme estabelece a Resolução nº 033/2014-CONSEPE/UDESC.

11 PROJETOS DE PESQUISA

11.1 Pesquisa no âmbito da UDESC

Caracterização dos Estudos Emancipatórios da Deficiência

Linha de Pesquisa: Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva

Data de Início: Junho/2020

Financiador: Udesc

Descrição: Pesquisas realizadas no campo da deficiência comumente utilizam procedimentos metodológicos homogeneizadores, que não acolhem a diversidade de características dos sujeitos investigados, hierarquizam os modos de participação como mais uma expressão do capacitismo que é presente em nossa sociedade e não respeitam as diferenças no modo de expressão e participação de cada sujeito. Tem-se por objetivo desse estudo caracterizar a produção científica referente aos estudos emancipatórios da deficiência em contexto nacional e internacional. Para esse estudo será realizada uma revisão integrativa pautada nas cinco fases propostas por Cooper (1984). Como resultado, espera-se aprofundar o conhecimento acerca dessa metodologia de pesquisa, reconhecer grupos de pesquisa que estejam utilizando a abordagem dos estudos emancipatórios e provocar reflexões para minimizar a dicotomia sujeito/objeto, respeitando em todos os momentos aqueles que experienciam em suas vidas a deficiência.

Docente	Responsável	Categoria
GEISA LETÍCIA KEMPFER BOCK	SIM	PERMANENTE

Mediação pedagógica e tecnologias educacionais: um estudo sobre as estratégias pedagógicas adotadas na Educação Básica na pandemia

Linha de Pesquisa: Inovação Tecnológica e Tecnologia Assistiva

Data de Início: Maio/2022

Financiador: Udesc

Descrição: Durante os anos de 2020 e 2021 as aulas presenciais na educação básica e na educação superior no Brasil foram suspensas devido à pandemia provocada pelo novo Coronavírus. Diante das medidas de isolamento social estabelecidas pelos governos, necessárias para conter a propagação do vírus, as instituições de educação básica potencializaram a utilização de tecnologias educacionais, notadamente as digitais, levando educadores e gestores escolares a debaterem sobre a realidade educacional e a adotarem estratégias pedagógicas que pudessem ser substitutivas às aulas presenciais. Sendo assim, considerando o contexto de realização dessas estratégias em substituição às aulas presenciais na educação básica na pandemia e a centralidade da mediação pedagógica nos processos educativos, esse projeto de pesquisa apresenta como tema de investigação a mediação pedagógica e sua

interface com as tecnologias educacionais. Para a conceituação de mediação pedagógica partimos da noção de mediação de Vygotsky e de autores contemporâneos que consideram que esse processo não se restringe somente à ação docente, mas extrapola para as interações entre todos os sujeitos (como professor aluno e aluno-aluno) para interações com o meio e com os não humanos (como as tecnologias educacionais). Essa noção de mediação pedagógica evidencia o caráter distribuído, colaborativo e coletivo que esse processo assume quando consideramos que a construção do conhecimento relacional e contextual resulta das interações com distintos agentes mediadores. Partindo dessas considerações, a questão de investigação incide sobre como o caráter distribuído, colaborativo e coletivo do processo de mediação pedagógica em interface com as tecnologias educacionais é considerado nas publicações científicas que abordam estratégias pedagógicas realizadas na educação básica no contexto da pandemia? Para responder à questão central e às questões auxiliares apresentadas nesse projeto, esse estudo tem como objetivo realizar uma revisão sistemática de literatura sobre o conceito de mediação pedagógica e sua interface com as tecnologias educacionais que perpassa as estratégias pedagógicas realizadas na educação básica no contexto de suspensão das aulas presenciais na pandemia. A metodologia de investigação envolverá uma Revisão Sistemática de Literatura no Portal Capes visando identificar e selecionar bases de dados nacionais e/ou internacionais que tenham maior relação com o tema e questão de pesquisa. Para a análise dos dados, adotaremos a análise de conteúdo dos trabalhos científicos na perspectiva de Bardin (2016) que incluem as seguintes etapas: i) pré-análise; ii) a exploração do material; e iii) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. Por fim, espera-se que esse projeto de pesquisa contribua no estabelecimento de vínculos entre o conhecimento existente (estudo da arte) sobre o tema da mediação pedagógica e sua interface com as tecnologias educacionais e o problema de pesquisa desse projeto, assim como apresente contribuições e reflexões para o aperfeiçoamento das práticas de mediação no processo ensino e aprendizagem na educação básica numa perspectiva distribuída, colaborativa e coletiva.

Docente	Responsável	Categoria
LIDIANE GOEDERT	SIM	PERMANENTE

Mídias Sociais e Escola: consumo de conteúdos do YouTube por crianças dos anos iniciais do ensino fundamental

Linha de Pesquisa: Inovação Tecnológica e Tecnologia Assistiva

Data de Início: Agosto/2020

Financiador: Udesc

Descrição: Conectadas à internet, muitas crianças brasileiras consomem produtos da mídia social YouTube, com destaque para os produzidos por youtubers, ou seja, influenciadores digitais, personalidades, celebridades ou criadores de conteúdos da plataforma, adultos ou mirins. O YouTube hoje é a maior plataforma de compartilhamento de vídeos do mundo, e pesquisa recente (Tic Kids Online Brasil, 2018) aponta que mais de 80% das crianças e jovens brasileiros assistem vídeos, programas ou séries on-line. A partir desse contexto, essa pesquisa surge com o

objetivo principal de investigar o consumo de conteúdos do YouTube por crianças dos anos iniciais do ensino fundamental. Trata-se de uma pesquisa netnográfica que envolverá, também, a realização de uma pesquisa bibliográfica e de um levantamento em campo, por meio de uma roda de conversa, com três turmas dos anos iniciais do ensino fundamental: 1o, 3o e 5o anos. O estudo busca responder o seguinte problema de pesquisa: quais são os canais e os conteúdos do YouTube consumidos por crianças dos anos iniciais do ensino fundamental?

Docente	Responsável	Categoria
KARINA MARCON	SIM	PERMANENTE

Direitos Humanos no território catarinense: uma abordagem a partir da diversidade, inclusão e justiça social

Linha de Pesquisa: Práticas e Processos Formativos de Educadores para Educação Inclusiva

Data de Início: Junho/2021

Financiador: Udesc

Descrição: Esta pesquisa parte de um desdobramento dos estudos realizados no Laboratório de Direitos Humanos e se vincula ao Grupo de Extensão, Pesquisa e Ensino: Direitos Humanos, Cidadania e Diversidade do Centro de Educação a Distância da Universidade do Estado de Santa Catarina, e objetiva analisar as políticas públicas de proteção dos direitos humanos no território brasileiro e catarinense, subsidiadas pelos documentos internacionais que regem os sistemas de proteção dos direitos humanos, a partir dos conceitos recorrentes à “diversidade”, “inclusão”, “equidade” e “justiça social”. O desenvolvimento metodológico se guiará pela pesquisa-ação como arcabouço de todo o processo investigativo, com a intenção de envolver o protagonismo da rede de atendimento dos direitos humanos nos grupos de trabalhos, pela pesquisa bibliográfica, numa abordagem qualitativa, com a finalidade de realizar um levantamento de produções científicas sobre a temática, em sites de pesquisas confiáveis como a Biblioteca online de artigos e periódicos científicos SciELO, Periódicos da Capes, Biblioteca Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, por se tratar de bases de dados com um grau de fiabilidade elevado nas publicações, viabilizadas pelas parcerias com as instituições superiores brasileiras de ensino e pesquisa. Além disso, a pesquisa bibliográfica permitirá a identificação de epistemologias que fundamentam os pressupostos teóricos pós-críticos, para situar o debate que se insere a questão do respeito e do reconhecimento das identidades humanas, do multiculturalismo, da diversidade humana e cultural, da produção das diferenças, das evidências às minorias, da inclusão social, das questões de gênero, de raça, de etnias, e, particularmente, dos direitos humanos, como possibilidades de transformação e justiça social. Contará também com a pesquisa documental com a finalidade de mapear as políticas públicas de Direitos Humanos que refletem na atuação dos gestores governamentais, nos contextos nacional e local. Mediante um diagnóstico, pretende-se levantar dados estatísticos que remetem à violação dos direitos humanos em Santa Catarina, no período mais crítico da pandemia mundial causada pela Covid 19, entre os anos de 2020 e 2022, com possibilidade de superação desse cenário pandêmico. A análise dos dados será submetida à análise de conteúdo de Bardin (2016), à abordagem do ciclo de políticas

(BOWE, BALL, GOLD, 1992), da teoria de atuação das políticas (BALL, MAGUIRE, BRAUN, 2016) e outros, com a finalidade de compreender os reflexos das políticas públicas de proteção dos direitos humanos na organização da gestão políticas sociais em seus territórios locais de atuação, especificamente, no estado de Santa Catarina.

Docente	Responsável	Categoria
CLÉIA DEMÉTRIO PEREIRA	SIM	PERMANENTE

Diversidade, inclusão e justiça curricular: uma análise das políticas curriculares no campo da educação especial em territórios locais da educação básica

Linha de Pesquisa: Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva

Data de Início: 01/12/2020

Financiador: Udesc

Descrição: Esta pesquisa objetiva analisar o contexto das políticas curriculares no Brasil, direcionadas ao campo da educação especial na perspectiva da educação inclusiva, no âmbito da educação básica, em seus territórios locais. O desenvolvimento metodológico se guiará pela a pesquisa bibliográfica, numa abordagem qualitativa, que possibilitará a realização de um balanço de produções acadêmicas, decorrente de dissertações e teses, a partir da base de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, por se tratar de uma fonte de dados em meio eletrônico, com um grau de fiabilidade elevado nas publicações, viabilizada pelas parcerias com as instituições superiores brasileiras de ensino e pesquisa. Por conseguinte, a pela pesquisa documental possibilitará realizar um mapeamento das políticas curriculares no Brasil, prescritas para a escolarização de estudantes com necessidades educacionais específicas, delimitado entre os anos de 2008 e 2020. A opção por este recorte temporal se deve a instituição da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva em 2008, e que tem repercussão nacional até o momento, com reflexos nos territórios locais em que ela se materializa, especialmente, no contexto da educação básica. A análise dos dados será submetida análise documental e à abordagem do ciclo de políticas (BOWE, BALL, GOLD, 1992) e da teoria de atuação das políticas (BALL, MAGUIRE, BRAUN, 2016), com a finalidade de compreender os reflexos das políticas curriculares de nível nacional em seus territórios locais da educação básica, no percurso escolar do público alvo da educação especial.

Docente	Responsável	Categoria
CLÉIA DEMÉTRIO PEREIRA	SIM	PERMANENTE

Educação Sexual na infância nos espaços institucionais de Aprendizagem

Linha de Pesquisa: Práticas e Processos Formativos de Educadores para Educação

Inclusiva

Data de Início: Março/2021

Financiador: Udesc

Descrição: A Educação sexual para crianças, tem grande importância para o desenvolvimento humano, no entanto, não tem sido abordada de forma intencional e planejada nos espaços institucionais de aprendizagem, refletindo um preocupante desconhecimento de sua real importância ou ainda, sendo abordada com ações e práticas equivocadas. Nesse contexto, esta pesquisa objetiva fazer um levantamento de trabalhos científicos que abordem a educação sexual na infância, direcionada a crianças de 0 a 6 anos, por meio de um mapeamento de trabalhos realizados em espaços institucionais de aprendizagem no Brasil, entre os anos de 2009 e 2020. A nossa opção metodológica foi pelo recorte temporal, proposta que se tornou popular no final dos anos 90 em virtude das diretrizes trazidas pelos Temas Transversais dos Parâmetros Curriculares Nacionais que possibilitaram a inclusão de um trabalho intencional e planejado de educação sexual nas escolas. A nossa pesquisa bibliográfica possibilitará a avaliação de produções acadêmicas registradas na base de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, uma fonte de em meio eletrônico, com elevado grau de confiabilidade, viabilizada pelas parcerias com as instituições superiores brasileiras de ensino e pesquisa. Algo que acreditamos ter potencial para contribuir para uma visão crítica das bases teóricas e vertentes pedagógicas aplicadas nas propostas escolares de educação sexual na infância.

Docente	Responsável	Categoria
GABRIELA MARIA DUTRA DESIM CARVALHO		PERMANENTE

O Uso de Tecnologias Assistivas no Processo de Inclusão Escolar

Linha de Pesquisa: Inovação Tecnológica e Tecnologia Assistiva

Data de Início: 01/08/2021

Financiador: UDESC

Descrição: Importantes mudanças conceituais e estruturais nas políticas para educação apontam para uma perspectiva inclusiva. Assim como outros países, o Brasil foi impactado por esta concepção, que rompe com o paradigma da integração e estabelece a educação como direito de todos. As escolas regulares passam a acolher a todos, independentemente de suas diferenças, adaptando-se às necessidades de seus alunos. Em meio a todas essas transformações, a Tecnologia Assistiva (TA) surge como um dos caminhos a ser adotado a fim de favorecer a inclusão, na promoção de equiparação de oportunidades, oportunizando o desenvolvimento da aprendizagem e a autonomia do estudante. Nesse sentido, pretende-se analisar o uso de tecnologia assistiva no processo de inclusão escolar, identificar os tipos de recursos, serviços e estratégias de TA que objetivem a inclusão dos estudantes, além de possíveis contribuições/dificuldades para a utilização de TA, como também, verificar a presença da temática na formação continuada dos professores. Para contribuir com as discussões apresentadas nesta pesquisa, tem-se

como referência, reflexões de autores como: Bersch (2008), Sasaki (1997), Galvão Filho (2009), além dos dispositivos legais internacionais e nacionais que regulamentam a matéria. Para o aporte metodológico da pesquisa, será utilizado o estudo exploratório, de natureza qualitativa, delineado por pesquisa bibliográfica, tomando por base artigos publicados no Portal de Periódicos da CAPES e bases de dissertação e teses.

Docente	Responsável	Categoria
SOELI FRANCISCA MAZZINI MONTE BLANCO	SIM	PERMANENTE

Políticas Públicas e Tecnologias de Proteção à Mulher: uma análise fundamental no Direito Comparado Luso-Brasileiro e Conesul

Linha de Pesquisa: Práticas e Processos Formativos de Educadores para Educação Inclusiva

Data de Início: 01/06/2016

Financiador: UDESC

Descrição: Este projeto propõe uma pesquisa de campo com organizações governamentais e não governamentais, em âmbito nacional (Estado de Santa Catarina, Minas Gerais, e Espírito Santo) e internacional (ONU Mulheres, Portugal e Argentina), onde serão realizadas observações simples e entrevistas estruturadas com os gestores e/ou seus representantes institucionais, buscando responder ao problema de pesquisa deste estudo: De que forma vem ocorrendo as práticas de medidas protetivas e de prevenção a violência física e virtual contra a mulher em Santa Catarina? Outros questionamentos surgem ao entorno do problema central: Como é concebido, pelos educadores, operadores do direito e autoridades policiais as políticas de enfrentamento à violência contra a mulher e quais os meios protetivos utilizados tanto para violência física como virtual? Quais são as práticas utilizadas no Brasil, em Portugal e na Argentina? E quais as diferenças e pontos convergentes nas legislações e práticas adotadas?

Docente	Responsável	Categoria
SOELI FRANCISCA MAZZINI MONTE BLANCO	SIM	PERMANENTE
CLÉIA DEMÉTRIO PEREIRA	SIM	PERMANENTE

Evasão nos cursos EAD: análise preditiva para ambientes virtuais de ensino e aprendizagem (MOODLE)

Linha de Pesquisa: Tecnologia e Inovação em Educação a Distância

Data de Início: 01/08/2018

Financiador: CAPES

Descrição: Esta proposta de projeto tem seu enfoque nos altos índices de evasão

dos cursos a distância no Brasil. Nesse âmbito, propõe-se o desenvolvimento de uma solução na área de Learning Analytics (LA) para prever a evasão de alunos de cursos a distância em instituições de ensino superior (IES) e a elaboração de estratégias de intervenção com intuito de motivar alunos identificados com o potencial de evadir. Prevê-se que o produto desenvolvido mantenha comunicação direta com o Moodle, sistema de gestão de aprendizagem utilizado pela maioria das IES brasileiras. O ambiente de desenvolvimento e validação será o curso de Pedagogia do Centro de Educação a Distância da UDESC e os dados desse curso (provenientes dos sistemas acadêmico (SIGA), da Comissão Própria de Avaliação (CPA), da Comissão Setorial de Avaliação (CSA) e da plataforma Moodle) serão utilizados para identificar os alunos com possibilidade de evadir. O produto desenvolvido servirá como uma ferramenta de intervenção que permitirá à equipe docente diagnosticar, intervir e motivar alunos que estão nos grupos de risco, evitando uma possível desistência do curso. Pretende-se, com esse projeto, oferecer um produto imediatamente utilizável em outras IES do sistema da UAB e, por conseguinte, compor e divulgar uma visão multifacetada, no cenário brasileiro da educação a distância, do perfil dos alunos com potencial de evadir.

Docente	Responsável	Categoria
SOELI FRANCISCA MAZZINI MONTE BLANCO	SIM	PERMANENTE

Ambientalização e Sustentabilidade na Educação Superior: Subsídios às políticas institucionais em Santa Catarina

Linha de Pesquisa: Práticas e Processos Formativos de Educadores para Educação Inclusiva

Data de Início: 03/09/2015

Financiador: FAPESC – Fundação de Amparo à Pesquisa de SC

Descrição: Este projeto tem como objetivo geral contribuir com as Políticas de ambientalização e sustentabilidade na Educação Superior em Santa Catarina, identificando indícios, elaborando subsídios e estratégias aplicáveis às instituições de ensino superior. A pesquisa será desenvolvida de forma concomitante por equipes de pesquisadores (as) de oito Instituições de Educação Superior (IES), uma pública e sete comunitárias, localizadas em cinco mesorregiões de Santa Catarina.

Docente	Responsável	Categoria
AMAURI BOGO	SIM	PERMANENTE

Enfrentamento de Violências nas Escolas de Santa Catarina: Inovações Educacionais no Contexto da Pandemia/Covid-19

Linha de Pesquisa: Práticas e Processos Formativos de Educadores para Educação Inclusiva

Data de Início: 01/06/2021

Financiador: FAPESC

Descrição: Este projeto tem como objetivo geral investigar as expressões das violências ocorridas nos espaços educacionais antes e no contexto da pandemia, bem como as políticas públicas e estratégias pedagógicas de prevenção e enfrentamento voltadas ao fenômeno no Estado de Santa Catarina, particularmente na educação básica, com vistas à inovação educacional. É uma pesquisa aplicada e ampliará o foco da discussão de projetos desenvolvidos anteriormente pela equipe das instituições proponentes (UNIPLAC, UFSC e UDESC). A pesquisa é de abordagem qualitativa e quantitativa, configurando-se, ainda, como pesquisa em rede multissituada (MARCUS, 1995). As atividades estão organizadas em quatro etapas: na primeira será realizado mapeamento da produção científica e das políticas públicas sobre o enfrentamento das violências educacionais; a segunda etapa compreende a pesquisa de campo a ser realizada em dois momentos: 1. envio de instrumento survey às escolas públicas dos municípios da Grande Florianópolis, de Lages e dos Polos de Apoio presencial da Educação à Distância (EaD) da UDESC, sobre as violências escolares, contemplando aquelas ocorridas no período da pandemia, ou seja, as violências familiares contra crianças e adolescentes, para coleta de dados e construção de indicadores (corpo docente e gestoras/es) que aceitaram fazer parte da pesquisa; 2. seleção e contato com as escolas públicas dos municípios da Grande Florianópolis e de Lages que apresentaram em 2019 o maior índice de violências escolares, para a realização de entrevistas com docentes e gestoras/es em Lages e em dois municípios da Grande Florianópolis, bem como realização de grupo focal; a terceira etapa, chamada de “inovação educacional”; e a quarta etapa, de “produção de material didático pedagógico e de conhecimento científico sobre as violências educacionais”, compõem os resultados esperados com realização de oficinas, webinars de formação continuada, seminário sobre violências no campo da educação com abrangência estadual, construção de rede estadual de acompanhamento das situações de violências nos espaços educacionais, produção de revista de Gibi (impresso e/ou digital) para o corpo discente, elaboração de um material didático pedagógico para o corpo docente, produção de artigos e de um livro. Ademais, propõe estratégias de inovação educacional por meio da institucionalização de uma rede estadual de acompanhamento das situações de violências e de formação continuada para sua prevenção e enfrentamento.

Docentes	Responsáveis	Categoria
VERA MÁRCIA MARQUES SANTOS	SIM	PERMANENTES
GABRIELA MARIA DUTRA DE CARVALHO		

Estudo Comparado: Ações Afirmativas para População Negra, em Especial Comunidades Quilombolas e Povos Indígenas Udesc/SC – Unifesspa/PA (2009-2019)

Linha de Pesquisa: Práticas e Processos Formativos de Educadores para Educação Inclusiva

Data de Início: 01/02/2020

Financiador: UDESC

Descrição: O projeto de pesquisa “Estudo Comparado: Ações Afirmativas para População Negra, em especial Comunidades Quilombolas e Povos Indígenas – UDESC/SC – UNIFESSPA/PA (2009-2019)”, com duração entre fevereiro de 2020 a dezembro de 2021, tem origem no Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros – NEAB/UDESC em parceria com o Laboratório Educação e Sexualidade - LabEduSex CEAD/UDESC, no Grupo de Extensão, Pesquisa e Ensino: Direitos Humanos, Cidadania e Diversidade, e vinculado ao Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Educação Inclusiva do CEAD/UDESC, e o Núcleo de Estudos Pesquisa e Extensão em Relações Étnico-Raciais, Movimentos Sociais e Educação – NUMBUNTU, da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará - UNIFESSPA. Nele pretendemos refletir sobre as experiências institucionais de implementação das ações afirmativas na UNIFESSPA e na UDESC, buscando subsidiar a ampliação do Programa de Ações Afirmativas da UDESC, por meio da expansão do acesso ao ensino superior para quilombolas e indígenas em Santa Catarina. Com objetivo de criar uma proposta de processo seletivo especial e políticas de acompanhamento e apoio estudantil que possam ser apresentados à UDESC, visando ampliar as políticas de ação afirmativa existentes.

Docente	Responsável	Categoria
VERA MÁRCIA MARQUES SANTOS	SIM	PERMANENTE

Violência de gênero evidenciada nas escolas: narrativas de professoras da Educação Básica

Linha de Pesquisa: Práticas e Processos Formativos de Educadores para Educação Inclusiva

Data de Início: 01/05/2019

Financiador: UDESC

Descrição: O referido projeto de pesquisa também transita por entre ações de ensino e extensão nas áreas de “gênero e sexualidade”, assegurando a indissociabilidade entre esses três pilares acadêmicos, que caracterizam a universidade pública brasileira. A pesquisa tem origem no Laboratório Educação e Sexualidade - LabEduSex CEAD/UDESC, no Grupo de Extensão, Pesquisa e Ensino: Direitos Humanos, Cidadania e Diversidade, mas assume caráter interinstitucional, fruto da parceria com o Núcleo de Estudos e Pesquisas em Serviço Social e Relações de

Gênero (NUSSERGE), integrante do Instituto de Estudos de Gênero (IEG), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e tem como objetivo identificar a partir de narrativas de professoras da Educação Básica, as suas percepções a partir de suas práticas pedagógicas, de indícios do fenômeno da violência de gênero, que porventura alunas e alunos e mesmo colegas, sejam vítimas. A temática, assim como a problemática que dão origem ao projeto de pesquisa, justificam-se no entendimento de gênero como uma construção cultural, e que isso implica a superação dos binarismos baseados no sexo, que opõem o feminino ao masculino, geralmente não em um plano de igualdade, mas em uma ordem de hierarquia marcada pela sujeição de quem é mais vulnerável, tornando-se potencialmente vítima nestas relações violentas. Assim, considerando o alto índice de feminicídios e de homicídios de pessoas trans e homossexuais no Brasil, a pesquisa pretende inicialmente, abordar a compreensão deste fenômeno da violência de gênero instituído socialmente, e identificar se estas violências permeiam ou não as preocupações pedagógicas nas escolas. Com isso, esperamos poder contribuir com a formação de professores/as no que refere a temática da pesquisa, atendendo uma recorrente reclamação de profissionais da educação, especialmente professoras, sobre a lacuna que há em seus processos formativos, seja inicial ou continuada, referente às temáticas: sexualidade, gênero, diversidade sexual e de gênero. Temáticas traduzidas em vivências, que como temos observado, atingem também a comunidade escolar, inclusive o corpo.

Docente	Responsável	Categoria
VERA MÁRCIA MARQUES SANTOS	SIM	PERMANENTE

11.2 Pesquisa no âmbito da Rede Nacional do PROFEI

Práticas Docentes e Formação: mapeamento e análise do processo formativo e do fazer docente dos professores da área de linguagens do ensino público estadual das regiões norte e noroeste mato-grossenses

Linha de Pesquisa: Práticas e Processos Formativos de Educadores para Educação Inclusiva

Data de Início: 02/03/2017

Financiador: FAPEMAT

Descrição: Este projeto tem, como principal objetivo, mapear as competências e habilidades dos professores da Área de Linguagens (Língua Portuguesa, Língua Estrangeira Moderna, Arte e Educação Física), pertencentes aos polos dos Centros de Formação e Atualização dos Profissionais da Educação Básica (CEFAPROs), que atuam na rede estadual de ensino público das regiões norte e noroeste mato-grossenses. Pretende-se, pois, investigar, em que medida, os processos e práticas formativas vivenciadas pelos professores da referida área, em formação inicial e contínua, os qualificaram/qualificam para o exercício do trabalho docente frente às

atuais demandas da escola contemporânea, como também, para as exigências da realidade mato-grossense, no que diz respeito à melhoria do quadro de fracasso escolar dos alunos, notadamente, nas disciplinas da Área de Linguagens e suas Tecnologias. Além disso, a pesquisa permitirá fortalecer o diálogo necessário entre a Universidade, os CEFAPROs e as escolas de Educação Básica, especialmente, à inovação nas práticas de ensino e estudos científico- tecnológicos. Como resultados, pretendemos identificar alternativas teórico, conceitual e metodológicas contextualizadas com as atuais questões da sociedade mato-grossense para o desenvolvimento sociolinguístico na perspectiva dos multiletramentos, posto a compreensão de que o conjunto de ações aqui delineado potencialize a formulação de políticas públicas educacionais no que se refere à constituição de um cenário formativo consoante à modernidade, contextualizado e inovador, principalmente, para docentes que atuam com alunos dos segundo e terceiro ciclos do ensino fundamental e ensino médio.

Docente	Responsável	Categoria
NEUSA INÊS PHILIPPSEN	SIM	COLABORADORA

Multiletramentos e tecnologia: formação e prática docente multfor

Linha de Pesquisa: Inovação Tecnológica e Tecnologia Assistiva

Data de Início: 05/07/2014

Financiador: CNPq

Descrição: O projeto tem como meta desenvolver uma investigação a partir de propostas de formação continuada assistida desenvolvidas com professores da rede pública de ensino, tendo como suporte metodológico a pesquisa colaborativa e como aporte teórico estudos que discutem a formação do professor atuante na área da linguagem, ancorados, especialmente, nos princípios crítico-reflexivos (SCHÖN, 1983; ZEICHNER, 2003). Também pretende compreender como os multiletramentos e tecnologias interferem nas práticas sociais. O termo formação continuada assistida encerra em seu significado mais amplo o trabalho realizado pelo Centro de Formação e Atualização dos Profissionais da Educação Básica (CEFAPRO), unidades administrativas da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso (SEDUC) e pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu PROFLETRAS/Unidade da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT/Campus de Sinop). A formação continuada assistida é compreendida pelos integrantes deste estudo como o trabalho realizado por estes dois segmentos que priorizam o acompanhamento sistemático e permanente das ações de formação em estreito relacionamento com a concepção de investigação ação-reflexão-ação, ou seja, com a responsabilidade de promover mudanças no contexto educacional por meio de ações interventivas. Agrega pesquisas em andamento e concluídas de conclusão de curso, iniciação científica e mestrado acadêmico e profissional. Cerca de dez publicações e participações em eventos nacionais e internacionais resultaram do projeto no primeiro ano de desenvolvimento.

Docente	Responsável	Categoria
NEUSA INÊS PHILIPSEN	SIM	COLABORADORA

Linguagem, letramento e diversidade

Linha de Pesquisa: Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva

Data de Início: 02/09/2016

Financiador: Sem financiamento

Descrição: A diversidade que compõe a sociedade brasileira e a necessidade de a escola acolher e manter a todos e, ainda, ensinar de forma que aprendam os conteúdos escolares têm desafiado professores e pesquisadores e evidenciado a necessidade de se ampliar pesquisas na área. Assim, este projeto tem por objetivo estudar, em diferentes contextos e sujeitos, a apropriação, o desenvolvimento e o uso da linguagem e, ainda, como objetivos específicos: estudar as características dos alunos que compõem o grupo diversidade; verificar o nível conceitual dos participantes; propor atividades de intervenção junto a essa população; E, por fim, avaliar se os conhecimentos/conteúdos escolares, durante as tarefas escolares sistematizadas, foram apropriados pelos sujeitos participantes. Para ser levada a efeito, desenvolveremos a pesquisa em diferentes contextos - escolas públicas e conveniadas situadas nas zonas urbanas e rurais do Noroeste e Centro-Oeste paranaense - que ofertem a educação básica. Trata-se de uma pesquisa qualitativa que contará com a participação de estudantes da educação básica que compreendem o grupo diversidade", segundo as políticas também, como sujeitos da pesquisa professores da educação básica. Os dados serão coletados por meio de sessões videografadas, de planejamentos de aula e de registros das atividades - realizados por meio de escritos, de desenhos, de dramatizações, de discussões, de debates em grupo e de jogos e brincadeiras e entrevista estruturada. A análise dos resultados será feita de forma qualitativa, tendo os documentos oficiais nacionais, as políticas vigentes sobre a diversidade, a linguagem, o letramento e a teoria histórico cultural como pressupostos teóricos. O direcionamento que queremos dar a esta pesquisa tem o intuito de contribuir para que os sujeitos participantes se apropriem, desenvolvam e utilizem a linguagem em diferentes espaços sociais, bem como contribuir para subsidiar as práticas pedagógicas dos profissionais da educação básica e, assim, garantir o direito de todos os cidadãos brasileiros à educação de qualidade.

Docente	Responsável	Categoria
NERLI NONATO RIBEIRO MORI	SIM	PERMANENTE

Atendimento Educacional Especializado

Linha de Pesquisa: Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva

Data de Início: 25/09/2017

Financiador: MEC/CAPES

Descrição: Trata-se de um projeto de formação de professores.

Docente			Responsável	Categoria
NERLI MORI	NONATO	RIBEIRO	SIM	PERMANENTE

Arqueologia e a divulgação científica: diálogos e saberes

Linha de Pesquisa: Práticas e Processos Formativos de Educadores para Educação Inclusiva

Data de Início: 20/10/2017

Financiador: PETROBRÁS

Descrição: Nosso objetivo é apresentar o conhecimento ao público amplo as diferentes vertentes e práticas da ciência Arqueológica, de forma a estimular a reflexão, interação e a compreensão desta ciência. Objetivos Específicos: apresentar a ciência arqueológica de forma a salvaguardar o patrimônio; apresentar através de suportes midiáticos a arqueologia pública; divulgar o conhecimento arqueológico através de material de Divulgação Científica ; construir o conhecimento arqueológico por meio da produção de material para divulgar o conhecimento; abordar os diferentes aspectos da Ciência Arqueológica; construir material para a Educação Patrimonial sobre bens e sítios arqueológicos no litoral paulista.

Docente			Responsável	Categoria
ELIANA LUCIA FERREIRA			SIM	COLABORADORA

Laboratórios de Informática das escolas públicas estaduais mato- grossenses: análise discursiva da realidade educacional.

Linha de Pesquisa: Inovação Tecnológica e Tecnologia Assistiva

Data de Início: 01/12/2016

Financiador: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso/Edital Induzido em Educação

Descrição: Este projeto “Laboratórios de Informática das Escolas Públicas Estaduais Mato-Grossenses: análise discursiva da realidade educacional” se propõe a

compreender a discursividade posta nos usos dos laboratórios de informática por professores e gestores da educação básica da rede estadual de ensino. por meio dos pressupostos teóricos da Análise de Discurso evidenciar a constituição de um espaço de dizer em suas relações político- educacional-histórico-social-econômicas e de infraestrutura que possibilite a apreensão dos efeitos de sentido que circulam nesses ambientes. Nesse sentido, pretende-se realizar levantamento dos laboratórios de informática disponibilizados, origem, função, número de equipamentos recebidos e suas condições de uso, frequência de utilização pelos alunos e professores, identificação dos cursos ofertados aos professores acerca da inclusão e apropriação das tecnologias digitais da informação e comunicação nos processos educacionais para atuação nos laboratórios. Também, verificar-se-á a formação e função da coordenação/responsável/equipe pelo laboratório de informática. Tal investigação oportunizará a compreensão de possíveis lacunas no uso reduzido em algumas instituições de ensino no uso do laboratório de informática para desenvolvimento das práticas educativas. A investigação inscreve-se nos pressupostos do método de pesquisa qualitativa, visto o mapeamento dos dados envolverá coleta de dados: por meio de questionários, com perguntas abertas e fechadas, elaborados com suporte da ferramenta Google Form, o que facilitará a coleta online e alcance de um grande número de pessoas. Realizar-se-á, em algumas situações por visitas in loco, entrevistas semiestruturadas com a equipe gestora, professores e técnicos responsáveis pelos laboratórios. Pretende-se, ainda, fazer análises documentais e de legislação sobre o uso do laboratório de informática nas instituições de ensino na educação básica. O uso pedagógico das tecnologias digitais no processo educacional, como práticas inovadoras, se estabelece na contemporaneidade como ponto forte de discussão para uma educação mais dinâmica e atualizada. Por meio das parcerias estabelecidas entre as instituições UNEMAT, UFMT, IFMT, SEDUC (Professores da Educação Básica e Professores Formadores do CEFAPRO) e SECITEC, com uma abrangência de aproximadamente 130 municípios, será possível desenvolver o processo investigativo com vistas a apontar caminhos para reflexões sobre políticas públicas no que se refere ao uso pedagógico das tecnologias para potencializar o processo de ensino e aprendizagem e a melhoria da qualidade na educação.

Docente	Responsável	Categoria
SANDRA LUZIA WROBEL	SIM	PERMANENTE

Desenvolvimento, uso e avaliação (do uso) de tecnologias assistivas por pessoas com deficiência considerando os ambientes e as interações sociais

Linha de Pesquisa: Inovação Tecnológica e Tecnologia Assistiva

Data de Início: 01/05/2017

Financiador: FAPEMAT/FINEP: Edital Rede de Pesquisa

Descrição: Projeto de Pesquisa em Rede aprovado pela FAPEMAT/FINEP, acreditando que a Tecnologia Assistiva pode ampliar a autonomia da pessoa com deficiência para realizar suas atividades diárias, promover interação social, auxiliar

em processos de reabilitação, expandir a qualidade de vida e atuar em condições mais igualitárias, essa proposta tem como objetivo propiciar o uso dessas tecnologias à pessoa com deficiência, considerando diferentes ambientes e formas de interações sociais, acompanhando esse uso de modo a avaliar a TA no que se refere aos seus potenciais. Além disso, visa desenvolver soluções de hardware e software em tecnologias computacionais assistivas personalizadas para atender as necessidades das pessoas com deficiência.

Docente	Responsável	Categoria
SANDRA LUZIA WROBEL	SIM	PERMANENTE

O uso das estratégias de aprendizagem em diferentes ambientes virtuais de aprendizagem (AVAs) e sua relação com o papel do professor/tutor

Linha de Pesquisa: Educação e Tecnologia

Data de Início: 31/05/2013

Financiador: CNPq

Descrição: O presente projeto propõe-se a investigar sobre o uso de estratégias de aprendizagem em diferentes ambientes virtuais de aprendizagem (AVAs) propostos por diferentes programas de cursos ofertados em EaD e sua relação com o papel do professor/tutor. Nesta perspectiva terá como objetivo geral: conhecer as estratégias de aprendizagem utilizadas por alunos matriculados em cursos ofertados na modalidade da educação a distância em diferentes ambientes virtuais de aprendizagem (AVAs) e sua relação com o papel do professor/tutor e como objetivos específicos: identificar e analisar quais as estratégias de aprendizagem vem sendo utilizadas por alunos matriculados em cursos ofertados na modalidade da educação a distância, verificar o uso de estratégias utilizadas por alunos matriculados em cursos ofertados na modalidade à distância em função dos diferentes ambientes virtuais de aprendizagem (AVAs) e analisar o papel do professor/tutor de diferentes ambientes virtuais de aprendizagem (AVAs) no uso das estratégias de aprendizagem. Um total de 300 alunos matriculados em cursos ofertados na modalidade da educação a distância serão pesquisados, distribuídos igualmente em pelo menos dois grupos, subdivididos em função dos diferentes ambientes virtuais de aprendizagem (AVAs).

Docente	Responsável	Categoria
SANDRA LUZIA WROBEL	SIM	PERMANENTE

Formação profissional docente para atuação em contextos inclusivos (MEMBRO)

Linha de Pesquisa: Práticas e Processos Formativos de Educadores para Educação Inclusiva

Data de Início: 13/05/2012

Financiador: CNPq

Descrição: A formação profissional para a docência ocupa posição de destaque em debates acadêmicos, profissionais e políticos que se referem à inclusão escolar de pessoas com necessidades especiais. Deste modo, desvelar aspectos comuns às licenciaturas colabora para a efetivação de um diálogo dentro do ambiente universitário, ocupado com a formação profissional de professores para atuação na Educação Básica. É importante que dentro das instituições de ensino superior as licenciaturas dialoguem e elaborem perspectivas coletivas sobre a escola que se pretende construir, principalmente no que diz respeito à provocativa perspectiva educacional inclusiva traduzida em nosso ordenamento legal. Nesse sentido, são objetivos desta pesquisa: a) analisar a formação docente em nível de graduação com vistas à atuação profissional em contextos inclusivos envolvendo análise dos projetos pedagógicos de distintos cursos de licenciatura, considerando as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica e as respectivas Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de licenciatura; b) identificar aspectos comuns presentes no processo de formação profissional docente desenvolvido em cursos de licenciatura distintos compreendendo como os licenciandos utilizam saberes docentes adquiridos ao longo de cursos de licenciatura para a resolução de problemas práticos, vivenciados no campo de estágio, que envolvam alunos em situação de inclusão escolar. O método de investigação compreenderá procedimentos de análise documental e do grupo focal junto aos cursos de licenciatura em Educação Física, Geografia, História, Letras, Matemática e Pedagogia.

Docente	Responsável	Categoria
ROSENEIDE MARIA BATISTA	SIM	PERMANENTE

O AEE em DEBATE

Linha de Pesquisa: Práticas e Processos Formativos de Educadores para Educação Inclusiva

Data de Início: 22/05/2015

Financiador: S/FINANCIAMENTO

Descrição: O projeto está em andamento e propõe formação de professores da rede básica, acerca das práticas em AEE. Participam acadêmicos e professores da rede estadual e municipal de educação PROJETO DE EXTENSÃO - GRUPO FOCAL. Situação: Em andamento; Natureza: Extensão.

Docente	Responsável	Categoria

ROSENEIDE MARIA BATISTA	SIM	PERMANENTE
-------------------------	-----	------------

Educação Especial e Inclusiva: conhecer e viver diversidade

Linha de Pesquisa: Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva

Data de Início: 22/03/2015

Financiador: FUNDAÇÃO ARAUCÁRIA – BOLSISTA PIBEX

Descrição: O objetivo deste projeto de extensão é propiciar à comunidade acadêmica discussões acerca da educação especial e inclusiva na medida em que busca fomentar reflexões sobre a necessidade de repensar a educação escolar na perspectiva da inclusão. Situação: Em andamento; Natureza: Extensão.

Docente	Responsável	Categoria
ROSENEIDE MARIA BATISTA	SIM	PERMANENTE

Educação Inclusiva: a sala de recursos como possibilidade?

Linha de Pesquisa: Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva

Data de Início: 20/02/2012

Financiador: Governo do Estado do Paraná

Descrição: O projeto pretende estimular a realização de atividades de pesquisa e propiciar condições de melhor desempenho das atividades de docência desenvolvidas no curso de Pedagogia, da UNESPAR/FAFIUV. Com isso, fomentar a necessidade de publicações docentes e acadêmicas em periódicos e livros científicos. Justificamos a pesquisa, considerando que, a proposta de educação inclusiva, desvela no meio educativo a necessidade de amplo debate e aprofundamento teórico, pois conduz à proposição de um trabalho especializado nas escolas para atender às especificidades de cada aluno, quando possível e preferencialmente em salas de aula do ensino comum. Uma possibilidade de atendimento especializado nessa perspectiva inclusiva encontra-se na criação de salas de recursos multifuncionais como suporte complementar e suplementar ao atendimento educacional especializado no ambiente escolar. Adotamos como perspectiva metodológica o levantamento de referencial bibliográfico e documental sobre a temática na contemporaneidade. Iniciando com estudos da Política Nacional de Educação Especial, Educação Inclusiva estabelecida oficialmente nos documentos orientadores e normativos, no âmbito internacional e nacional desde final da década de 1980 e identificar a etiologia das deficiências, especificidades, necessidades e possibilidades das pessoas com deficiência, distúrbios e dificuldades de aprendizagem, condutas típicas e altas habilidades/superdotação atendidas em salas de recursos. Por meio de pesquisa documental aos arquivos do Núcleo Regional de Educação de União da Vitória - Paraná pretende-se coletar de dados

acerca da estrutura, funcionamento, público atendido e demanda de alunos em processo de inclusão, matriculados nas salas de aula do ensino comum que, em turno contrário, frequentam as salas de recursos e caracterizar os tipos de dificuldades de aprendizagem e de deficiências apresentadas por estes alunos. Com rigorosa análise, crítica e fundamentada apresentar e publicar uma produção científica.

Docente	Responsável	Categoria
SANDRA SALETE CAMARGO	SIM	PERMANENTE

O processo de efetivação da política de educação inclusiva em escolas de diferentes regiões do Brasil

Linha de Pesquisa: Educação Especial na perspectiva Educação Inclusiva

Data de Início: 01/08/2015

Financiador: -

Descrição: Investigar e analisar a efetivação da política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva na região sul do Brasil.

Docente	Responsável	Categoria
DORCELY ISABEL BELLANDA GARCIA	SIM	PERMANENTE

Política Nacional da Educação Inclusiva no Ensino Superior: entrada e permanência

Linha de Pesquisa: Educação Especial na perspectiva Educação Inclusiva

Data de Início: 01/08/2017

Financiador: -

Descrição: Estudar as políticas públicas sobre os direitos humanos no ensino superior e os encaminhamentos da instituição (UNESPAR), referente às ações e políticas voltadas para a entrada e permanência no ensino superior.

Docente	Responsável	Categoria
DORCELY ISABEL BELLANDA GARCIA	SIM	PERMANENTE

Projeto de Iniciação Científica Educação Especial e Inclusão no Ensino Superior.

Linha de Pesquisa: Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva

Data de Início: 01/08/2017

Financiador: As alunas recebem bolsa da Fundação Araucária.

Descrição: Dois projetos de iniciação científica nos quais sou orientadora. As respectivas alunas estão pesquisando sobre a Educação Especial Inclusiva no Ensino Superior e estamos fazendo um levantamento dos alunos considerados público alvo da educação especial que estudam na UNESPAR, após coleta de dados utilizaremos como dados no artigo, demonstrando quantos alunos com NEE temos em nossa instituição e ações necessárias com os mesmos e orientação. Uma vez que coordeno o núcleo de Educação Especial Inclusiva na UNESPAR/Campus Paranavai.

Docente	Responsável	Categoria
DORCELY ISABEL BELLANDA GARCIA	SIM	PERMANENTE

Educação Inclusiva: desafios e perspectivas na prática pedagógica docente.

Linha de Pesquisa: Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva

Data de Início: 01/03/2016

Financiador: -

Descrição: Educação Inclusiva: desafios e perspectivas na prática pedagógica docente.

Docente	Responsável	Categoria
EROMI IZABEL HUMMEL	SIM	PERMANENTE

Estudo sobre as influências do Judiciário nas políticas públicas municipais de educação

Linha de Pesquisa: Práticas e Processos Formativos de Educadores para Educação Inclusiva

Data de Início: 01/08/2017

Financiador: Universidade do Estado do Mato Grosso

Descrição: O presente projeto de pesquisa investiga o papel que o judiciário tem

desempenhado sobre as políticas públicas locais. O objetivo é compreender quando, de que modo e em quais aspectos o poder judiciário, através de juízes de primeiro grau e promotores de justiça, influencia na elaboração e efetivação das políticas públicas locais.

Docente	Responsável	Categoria
LUCIO JOSÉ DUTRA LORD	SIM	PERMANENTE

Formação em Multiletramentos Potencializada pelo Uso das Interfaces Digitais da Ciberultura nas Narrativas dos Bolsistas do PIBID

Linha de Pesquisa: Práticas e Processos Formativos de Educadores para Educação Inclusiva

Data de Início: 16/06/2017

Financiador: O projeto não conta com financiamento

Descrição: Esta proposição de pesquisa intitulada Formação em Multiletramentos Potencializada pelo Uso das Interfaces Digitais da Ciberultura nas Narrativas dos bolsistas do PIBID inscreve-se no Grupo de Estudos e Pesquisas de Formação Docente, Gestão e Práticas Educacionais (GEFOPE) certificado no CNPq. A tessitura do aporte teórico, conceitual e metodológico da pesquisa toma como referência o conceito de multiletramentos proposto por Rojo (2012). O estudo tem como principal indagação: em que medida os itinerários e as práticas formativas promovidas no âmbito das ações do projeto de extensão “Estudos sobre Multiletramentos Conectados ao Uso das Tecnologias Digitais: uma experiência formadora no PIBID”, mobilizaram a formação da identidade leitora e escritora - sob o viés dos multiletramentos -, dos bolsistas envolvidos no subprojeto PIBID proposto pelo curso de Pedagogia da UNEMAT, Campus de Juara? Com essa indagação, o objetivo da pesquisa consiste em compreender, por meio das narrativas dos bolsistas do PIBID, o processo de formação em multiletramentos, assim como os eventos e as práticas postas em torno da constituição da identidade leitora e escritora desses bolsistas e dos estudantes de escolas públicas de Educação Básica, parceiras do PIBID, onde estes atuam nas realidades da sala de aula. Trata-se de uma pesquisa qualitativa de cunho narrativo, cuja produção de informações será por meio de entrevista grupo focal (GF) e entrevistas individuais com bolsistas de iniciação à docência, doravante, IDs -, do curso de Pedagogia de uma Universidade pública do estado de Mato Grosso. A entrevista narrativa realizar-se-á também com dois coordenadores de área e nove professores da Educação Básica, envolvidos nessa formação promovida no âmbito das ações do PIBID. A constituição do corpus de análise dar-se-á mediante apresentação dos excertos das narrativas escritas em memoriais reflexivos e orais produzidas por meio de entrevistas focais e entrevistas narrativas que serão sistematizados e categorizados, sob a perspectiva do desenvolvimento de categorias de codificação proposto por Bogdan e Biklen (2013). Espera-se que os resultados produzidos pela pesquisa contribuam com a: (i) ampliação das discussões das políticas públicas educacionais voltadas para a

formação de professores para o efetivo exercício profissional na Educação Básica; (ii) a criação de alternativas de formação docente com foco nos eventos e práticas de leitura e escrita, sob o viés teórico, conceitual e metodológicos dos multiletramentos aliados ao uso pedagógico dos recursos e interfaces digitais da cibercultura nos itinerários de formação inicial e continuada de professores.

Docente	Responsável	Categoria
ALBINA PEREIRA DE PINHO SILVA	SIM	PERMANENTE

Práticas Docentes e Formação: mapeamento e análise do processo formativo e do fazer docente dos professores da área de linguagens do ensino público das regiões norte e noroeste mato-grossenses.

Linha de Pesquisa: Práticas e Processos Formativos de Educadores para Educação Inclusiva

Data de Início: 16/06/2017

Financiador: FAPEMAT

Descrição: Este projeto tem como principal objetivo mapear as competências e habilidades dos professores da Área de Linguagens (Língua Portuguesa, Língua Estrangeira Moderna, Arte e Educação Física), pertencentes aos polos dos Centros de Formação e Atualização dos Profissionais da Educação Básica (CEFAPROs), que atuam na rede estadual de ensino público das regiões norte e noroeste mato-grossenses. Pretende-se, pois, investigar, em que medida, os processos e práticas formativas vivenciadas pelos professores da referida área, em formação inicial e contínua, os qualificaram/qualificam para o exercício do trabalho docente frente às atuais demandas da escola contemporânea, como também, para as exigências da realidade mato-grossense, no que diz respeito à melhoria do quadro de fracasso escolar dos alunos, notadamente, nas disciplinas da Área de Linguagens e suas Tecnologias. Além disso, a pesquisa permitirá fortalecer o diálogo necessário entre a Universidade, os CEFAPROs e as escolas de Educação Básica, especialmente, à inovação nas práticas de ensino e estudos científico- tecnológicos. Como resultados, pretendemos identificar alternativas teórico, conceitual e metodológicas contextualizadas com as atuais questões da sociedade mato-grossense para o desenvolvimento sociolinguístico na perspectiva dos multiletramentos, posto a compreensão de que o conjunto de ações aqui delineado potencialize a formulação de políticas públicas educacionais no que se refere à constituição de um cenário formativo consoante à modernidade, contextualizado e inovador, principalmente, para docentes que atuam com alunos dos segundo e terceiro ciclos do ensino fundamental e ensino médio.

Docente	Responsável	Categoria

ALBINA PEREIRA DE PINHO SILVA	SIM	PERMANENTE
----------------------------------	-----	------------

Multiletramentos e Tecnologias: formação e prática docente

Linha de Pesquisa: Práticas e Processos Formativos de Educadores para Educação Inclusiva

Data de Início: 16/06/2017

Financiador: FAPEMAT

Descrição: O projeto tem como meta desenvolver uma investigação a partir de propostas de formação continuada assistida desenvolvidas com professores da rede pública de ensino, tendo como suporte metodológico a pesquisa colaborativa e como aporte teórico estudos que discutem a formação do professor atuante na área da linguagem, ancorados, especialmente, nos princípios crítico-reflexivos (SCHÖN, 1983; ZEICHNER, 2003). Também pretende compreender como os multiletramentos e tecnologias interferem nas práticas sociais. O termo formação continuada assistida encerra em seu significado mais amplo o trabalho realizado pelo Centro de Formação e Atualização dos Profissionais da Educação Básica (CEFAPRO), unidades administrativas da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso (SEDUC) e pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu PROFLETRAS/Unidade da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT/Campus de Sinop). A formação continuada assistida é compreendida pelos integrantes deste estudo como o trabalho realizado por estes dois segmentos que priorizam o acompanhamento sistemático e permanente das ações de formação em estreito relacionamento com a concepção de investigação ação-reflexão-ação, ou seja, com a responsabilidade de promover mudanças no contexto educacional por meio de ações interventivas. Agrega pesquisas em andamento e concluídas de conclusão de curso, iniciação científica e mestrado acadêmico e profissional. Cerca de dez publicações e participações em eventos nacionais e internacionais resultaram do projeto no primeiro ano de desenvolvimento.

Docente	Responsável	Categoria
ALBINA PEREIRA DE PINHO SILVA	SIM	PERMANENTE

Arte e inclusão na Educação Básica: lacunas e perspectivas percebidas na experiência prática

Linha de Pesquisa: Educação Especial na perspectivada Educação Inclusiva

Data de Início: 10/10/2016

Financiador: -

Descrição: Propõe investigar a percepção de professores de Arte de Escolas Públicas de Educação Básica sobre os processos de ensino e aprendizagem da Arte na realidade em que estão inseridos, enfatizando suas relações com a Dança e interface com processos de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais. Trata-se de uma pesquisa de campo de natureza qualitativa, com utilização de entrevista semiestruturada como instrumento de coleta de dados. A análise e discussão dos processos de mediação entre ensino e aprendizagem na produção de conhecimento em Arte no ambiente escolar serão analisados adotando-se uma abordagem sistêmica de análise, com ênfase no conceito de percepção proposto por António Damásio em interface com a teoria de "Autopoiesis" de Humberto Maturana e Francisco Varela.

Docente	Responsável	Categoria
ANDREA LUCIA SERIOSIM BERTOLDI		PERMANENTE

Formação Continuada em Educação Especial e Inclusiva na rede São Paulo de Formação Docente

Linha de Pesquisa: Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva

Data de Início: 22/10/2017

Financiador: -

Descrição: A Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) em parceria com a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (SEE/SP) propõe, por meio da Rede São Paulo de Formação Docente (RedeFor) a formação continuada de professores da rede estadual no aperfeiçoamento de seus conhecimentos na oferta de cursos de especialização para professores do ensino básico visando a melhoria do aprendizado dos estudantes com Deficiência (Auditiva, Física, Intelectual e Visual), Transtorno do Espectro Autista (TEA)/Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD) e Altas Habilidades/Superdotação (AH/SD), em uma perspectiva de abordagem da Educação Especial e Inclusiva. O Objetivo geral é analisar o processo de formação de um curso de especialização em educação especial, na modalidade a distância, em diferentes áreas para professores da classe comum, Sala de Recurso, Classes Regidas por Professor Especializado e profissionais em exercício na rede pública de ensino do estado de São Paulo sobre a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Para tanto, participarão do estudo um total de 1600 professores e profissionais da educação vinculados à rede estadual de ensino paulista. Os dados serão coletados por meio de protocolo de dados sociodemográficos e escala de Atitudes Sociais com relação à deficiência. Ao final dos cursos vislumbra-se a possibilidade de que as escolas públicas estaduais criem/ampliem/aprimorem suas condições para receber estudantes de educação especial nas classes comuns, impulsionando, assim, a construção de um sistema inclusivo e plural, aberto às diferenças e que ofereça acesso e permanência, bem como aprendizagem com qualidade. Número CAAE 26341614.3.0000.5402.

Docente		Responsável	Categoria
SOELLYN BATALIOTTI	ELENE	SIM	COLABORADOR

Gestão da Educação: o planejamento institucional elevando os indicadores acadêmicos

Linha de Pesquisa: Inovação Tecnológica e Tecnologia Assistiva

Data de Início: 11/08/2017

Financiador: FAPEMA

Descrição: É notório que as Instituições de Ensino Superior têm buscado cada vez mais alternativas de gestão que não estejam apenas relacionadas à questão do ensino. É sabido, especialmente por força das avaliações externas e rankings, o quanto as Universidades se preocupam em como podem gerir seus recursos eficazmente e se tornar mais competitivas e inovadoras em seus campos de atuação. Impulsionada por essa nova postura, busca-se analisar o modelo de gestão adotado pela Universidade Estadual do Maranhão, descrevendo o método adotado para implementação do seu plano de desenvolvimento institucional com vistas ao reposicionamento dos seus indicadores acadêmicos. Para tanto, recorre-se ao método qualitativo do estudo de caso descritivo, com coleta e análise de dados por meio de acervo documental e observação participante.

Docente		Responsável	Categoria
ANTONIO COELHO SERRA	ROBERTO	SIM	COLABORADORA

PIBID – Pedagogia, aprendizagem e assimilação cooperativa: elementos para a promoção da competência comunicativa na educação infantil aos anos iniciais do Ensino Fundamental

Linha de Pesquisa: Práticas e Processos Formativos de Educadores para Educação Inclusiva

Data de Início: 03/03/2014

Financiador: CAPES

Descrição: Este é um subprojeto do PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSA DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA - (PIBID) vinculado à DIRETORIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA PRESENCIAL (DEB) da COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES). Voltado para analisar a Formação de Professores de Pedagogia, Campus Universitário de Sinop, da Universidade do Estado de Mato Grosso, tem como orientação principal construir dimensões pedagógicas centradas na cooperação e assimilação no entrelaçamento da

formação inicial e do espaço escolar. Este entrelaçamento se institui fundamental para as interações sociais, as práticas sociais e culturais e os significados da experiência humana para a iniciação à docência.

Docente		Responsável	Categoria
MARION CUNHA	MACHADO	SIM	PERMANENTE

Subsídios para a elaboração e controle de políticas públicas

Linha de Pesquisa: Práticas e Processos Formativos de Educadores para Educação Inclusiva

Data de Início: 03/06/2013

Financiador: -

Descrição: Apreender as relações de políticas públicas e estudo de sua viabilidade e ações.

Docente		Responsável	Categoria
MARION CUNHA	MACHADO	SIM	PERMANENTE

Escola de Todos

Linha de Pesquisa: Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva

Data de Início: 27/07/2008

Financiador: Agência Brasileira de Cooperação, ABC; Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, PNUD, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Educação, governo de Cabo Verde.

Descrição: O projeto Escola de Todos é um convênio de Cooperação Técnica Internacional entre o Governo de Cabo Verde e o Governo Brasileiro, por intermédio da Agência Brasileira de Cooperação, ABC, Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Ministério da Educação e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, PNUD. Constitui-se em um projeto de pesquisa e extensão que objetiva apoiar o sistema de ensino cabo-verdiano na ampliação da oferta do atendimento educacional especializado complementar à escolarização, por meio do desenvolvimento de diretrizes para políticas públicas e tecnologia assistiva, com vistas ao fortalecimento do processo de inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas regulares, dando ênfase nas crianças com deficiência visual e auditiva, por meio de tecnologia assistiva. O projeto prevê a implantação de três salas de recursos multifuncionais que serão instaladas nas ilhas

de Santiago, Santo Antão e Fogo. O projeto capacitará cerca 120 técnicos e professores cabo-verdianos, nas três ilhas acima citadas, para atuarem nas salas de recursos multifuncionais, a fim de atender as crianças com deficiências. No que tange à pesquisa, o projeto visa investigar a implantação do sistema de educação inclusiva em suas várias interfaces. O desenvolvimento desse projeto possibilitou a participação e ida a Cabo Verde de 14 professores, um aluno do doutorado, um aluno da graduação e um servidor, técnico em obras acessíveis, da Universidade. Além disso, a universidade recebeu oito professores cabo-verdianos que vieram conhecer e investigar o sistema de educação inclusiva brasileiro. Esse intercâmbio demonstra a inserção internacional da Universidade, sobretudo do PPGTER, pois os impactos relativos ao desenvolvimento do Projeto são notoriamente visíveis na realidade cabo-verdiana, por meio das ações extensionistas e nas pesquisas desenvolvidas, no âmbito do Brasil e Cabo Verde. Em termos de produção científica, já resultou a publicação de um livro e quatro artigos.

Docente	Responsável	Categoria
ANA CLAUDIA PAVÃO SILUK	SIM	COLABORADORA

Dicionário de Língua Gestual Cabo-Verdiana

Linha de Pesquisa: Inovação Tecnológica e Tecnologia Assistiva

Data de Início: 23/10/2014

Financiador: Agência Brasileira de Cooperação, ABC; Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, PNUD, Ministério das Relações Exteriores, Ministério da Educação, governo de Cabo Verde.

Descrição: A educação inclusiva faz parte das demandas da população de Cabo Verde, país africano, que se configura por um conjunto de dez ilhas e tem como língua oficial o português, mas como língua nativa, o kriolo. Ocorre que cada ilha tem seu próprio kriolo. Isso resulta em uma dificuldade quando pensamos em registrar uma língua gestual, língua de sinais, para pessoas surdas. Este projeto de pesquisa visa o desenvolvimento de um Dicionário de Língua Gestual Cabo-Verdiana, em formato impresso e digital, como produto final. Para tanto, objetiva especificamente conhecer a realidade das pessoas surdas das ilhas; registrar os sinais utilizados; por meio de fotografias e vídeos, elencar categorias para desenvolvimento de um Dicionário. Este Projeto faz parte do Projeto Escola de Todos, desenvolvido entre o Governo de Cabo Verde e o Governo Brasileiro, por intermédio da Agência Brasileira de Cooperação, ABC, e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, PNUD.

Docente	Responsável	Categoria
ANA CLAUDIA PAVÃO SILUK	SIM	COLABORADORA

Formação de professores para o atendimento Educacional Especializado

Linha de Pesquisa: Práticas e Processos Formativos de Educadores para Educação Inclusiva

Data de Início: 23/10/2008

Financiador: MEC; FNDE

Descrição: Investigar se o curso de formação continuada de professores para o Atendimento educacional especializado ofertado a distância, apresenta resultados relacionados à inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais no ambiente escolar. Este projeto de pesquisa está sendo desenvolvido no âmbito das turmas do Brasil.

Docente	Responsável	Categoria
ANA CLAUDIA PAVÃO SILUK	SIM	COLABORADORA

A formação corporativa e dos MOOC's: impacto na implementação de cursos abertos da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA Eixo: Tecnologias e Mídias na Educação

Linha de Pesquisa: Inovação Tecnológica e Tecnologia Assistiva

Data de Início: 02/01/2014

Financiador: FAPEMA/UEMA

Após quase um ano de implementação da plataforma de cursos abertos da Universidade Estadual do Maranhão, com a oferta de 11 MOOCs, sentiu-se a necessidade de mensurar o alcance desta iniciativa educativa de acesso ao conhecimento. Pretendeu-se investigar até onde se conseguiu chegar com a oferta dos cursos de Negociação, Bioética, Empreendedorismo, Gestão com Pessoas, Dificuldades de Aprendizagem, Marketing e Varejo, Ética Profissional, Princípios de Mineração, Desenvolvimento Humano, Relações Internacionais e Direito Administrativo? E quais razões possibilitaram atingir, os resultados os quais se encontram apresentados no corpo deste artigo, visto que a divulgação tem sido apenas local e em eventos científicos da área de educação? Apresenta-se a seguir, o referencial teórico que permitiu perceber qual o atrativo dos cursos abertos e sua potencialidade educativa. Além disso, a amplitude destes no Maranhão, no Brasil e no mundo, notadamente, no Maranhão, onde será demonstrado mediante quadros e tabelas a magnitude dessa ação, constituindo olhares internos sobre os impactos dessa nova modalidade de aprendizagem online. Nesse sentido, este trabalho trouxe a percepção da grandeza dos cursos abertos promovidos pela Universidade Estadual do Maranhão, quanto às oportunidades de aprendizagem às pessoas dispersas em diferentes lugares do mundo, reafirmando assim, o primoroso papel dos MOOCs: democratizar o acesso ao conhecimento legitimado pela academia.

Docente	Responsável	Categoria
ILKA MARCIA RIBEIRO DE SOUZA SERRA	SIM	PERMANENTE

Implantação do curso aberto – Dificuldades de aprendizagem para formação de professores que atuam com Educação Inclusiva

Linha de Pesquisa: Práticas e Processos Formativos de Educadores para Educação Inclusiva

Data de Início: 10/03/2017

Financiador: SEDUC/UEMA

Descrição: Sem descrição.

Docente	Responsável	Categoria
ILKA MARCIA RIBEIRO DE SOUZA SERRA	SIM	PERMANENTE

Laboratório interdisciplinar de Produção de materiais didáticos- pedagógicos acessíveis e o uso de tecnologias assistivas com alunos com deficiência da Educação Básica

Linha de Pesquisa: Inovação Tecnológica e Tecnologia Assistiva

Data de Início: 02/01/2014

Financiador: PROGRAMA DE APOIO A PROJETOS DE INTERVENÇÃO METODOLÓGICA – PAPIM 2017 - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará

Descrição: O Projeto tem a finalidade de criar um espaço para o desenvolvimento de atividades teórico-práticas de inovação na área metodológica com alunos com deficiência, transtorno do espectro autista e altas habilidades/superdotação que frequentam as salas de recursos multifuncionais, e deste modo, contribuir com o processo de inclusão escolar desses alunos na educação básica a partir da atuação de alunos de diversos cursos de licenciaturas que atuarão como bolsistas, voluntários. Situação: Em andamento Natureza: Projetos de pesquisa Alunos envolvidos: Graduação (2); Integrantes: Lucélia Cardoso Cavalcante Rabelo (Responsável); DIOGENES HENRIQUE DE SIQUEIRA SILVA.

Docente	Responsável	Categoria
LUCÉLIA CARDOSO CAVALCANTE RABELO	SIM	PERMANENTE

Educação e deficiência na voz de quem vive essa trama: Trajetórias de vida de pessoas com deficiência que cursam o ensino superior.

Linha de Pesquisa: Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva

Data de Início: 01/08/2016

Financiador: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC)

Descrição: Historicamente o conceito de deficiência é sinônimo de incapacidade e vulnerabilidade. As práticas sociais foram pautadas pela caridade e filantropia. O estigma da inferioridade na relação com pessoas não deficientes acompanha e constitui o imaginário social e institucionaliza práticas sociais que segregam e marginalizam. Com essas representações, a pessoa com deficiência precisa, permanentemente, provar suas potencialidades. Com certeza o longo percurso entre o início na educação básica à conclusão da graduação tem marcas de muita luta e superação. Como foi este aprendizado? A pesquisa tem como procedimento metodológico as memórias de história de vida produzidas a partir de entrevistas temáticas. Os objetivos do estudo são: 1. Conhecer trajetórias de vida de pessoas com deficiência que concluíram o ensino superior; 2. Estudar as experiências de vida que promoveram o desempenho escolar no processo de escolarização da pessoa com deficiência da educação básica à educação superior; 3. Refletir sobre a trama social, a tessitura cotidiana, que possibilitou a superação da deficiência enquanto condição de incapacidade e fracasso escolar. A análise dos dados compreende três eixos temáticos: contexto familiar, processos de escolarização e convívio social. Os resultados esperados são: 1. Subsidiar propostas de formação de professores (inicial e continuada) para atuarem com alunos deficientes no ensino regular; 2. Subsidiar a melhoria das condições de acessibilidade no ensino superior; 3. Conhecer a singularidade de sujeitos que historicamente são representados enquanto categoria determinada pela deficiência; 4. Organizar um acervo digital com entrevistas orais e transcritas de pessoas com deficiência; 5. Socializar os resultados parciais e finais em congressos e periódicos da área. Situação: Em andamento Natureza: Projetos de pesquisa Alunos envolvidos: Graduação (2); Integrantes: Lucélia Cardoso Cavalcante Rabelo; Kátia Regina Moreno Caiado (Responsável); Taísa Grasiela Gomes Liduenha Gonçalves; Maria Edith Romano Siems-Marcondes ; Ana Paula Fernandes.

Docente	Responsável	Categoria
LUCÉLIA CARDOSO CAVALCANTE RABELO	SIM	PERMANENTE

Contextos na formação de professores e as práticas pedagógicas com alunos público-alvo da Educação Especial das escolas da cidade e do campo no Sudeste Paraense

Linha de Pesquisa: Práticas e Processos Formativos de Educadores na Educação Inclusiva.

Data de Início: 01/01/2016

Financiador: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC)

Descrição: Pretende-se mapear a política de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva e seu processo de implantação nos contextos educacionais do campo e da cidade de municípios com um recorte no sudeste do Pará, com perspectiva de identificar e caracterizar as práticas pedagógicas em Educação Especial e os contextos de formação de professores do ensino comum e do atendimento educacional especializado de secretarias municipais e estadual de educação. Essa caracterização é fundamental para a sistematização de uma leitura científica sobre essa realidade, ao mesmo tempo em que os resultados da pesquisa, poderão retornar a esta mesma realidade na forma propositiva de melhorias nas políticas públicas da região, fundamentando propostas extensionista da universidade, e contribuindo com a sólida formação teórica e prática dos licenciandos que atuarão nas atividades de pesquisa, seja como bolsistas, seja como orientandos de trabalhos de conclusão de curso. Situação: Em andamento. Natureza: Projetos de pesquisa Alunos envolvidos: Graduação (15); Mestrado acadêmico (1); Integrantes: Lucelia Cardoso Cavalcante Rabelo (Responsável); Lúcia Cristina Gomes dos Santos; Suelene Miranda de Sousa; Cremilda Peres Cangussu de Abreu.

Docente	Responsável	Categoria
LUCÉLIA CARDOSO CAVALCANTE RABELO	SIM	PERMANENTE

Música no cotidiano de pessoas surdas: revisão de literatura

Linha de Pesquisa: Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva

Data de Início: 01/04/2017

Financiador: -

Descrição: Realizar uma revisão de literatura entre os anos de 2006 a 2016, a respeito da música no cotidiano de pessoas surdas. Os eixos de análise para o desenvolvimento do trabalho serão: a) Música e surdez, b) A música no cotidiano de pessoas surdas, c) Especificidades na relação música surdez para surdos oralizados e com resíduos auditivos; surdos com implante coclear e surdos que utilizam a Língua Brasileira de Sinais como primeira língua.

Docente	Responsável	Categoria
NOEMI NASCIMENTO ANSAY	SIM	PERMANENTE

Sharing good educational practices and systematising a training competences

programme for employment and inclusion for vulnerable adult peoples E&I Employment and Inclusion

Linha de Pesquisa: Práticas e Processos Formativos de Educadores na Educação Inclusiva.

Data de Início: 05/09/2016

Financiador: - Erasmus PLUS – 2BEED7A1B88CDB35

Descrição: Projeto no âmbito da União Europeia

Docente	Responsável	Categoria
DANIELAMELARE VIEIRA BARROS	SIM	COLABORADOR

Projeto Acessibilidades – Universidade Aberta, Portugal

Linha de Pesquisa: Inovação Tecnológica e Tecnologia Assistiva

Data de Início: 03/04/2011

Financiador: Sem financiamento externo, somente da Universidade Aberta

Descrição: “Educação inclusiva” é uma expressão que pode remeter para muitos elementos e características. Porém, entre estes, atualmente é possível destacar as tecnologias, pelo seu papel potenciador da inclusão. O “Projeto Acessibilidades”, desenvolvido em ambiente de e-learning, na Universidade Aberta, lança mão precisamente destas ferramentas para disponibilizar um espaço de apoio e de entreaajuda aos estudantes da universidade que apresentem dificuldades físicas ou sensoriais de acesso. Nesta comunicação, será apresentado o “Projeto Acessibilidades” e o modo como neste projeto se entende e se trabalha a inclusão. O Projeto Acessibilidades existe na Universidade Aberta desde outubro de 2008. A sua criação foi estimulada pela existência de alunos inscritos nesta universidade que tinham necessidades educativas especiais. Até 2008 estes alunos eram apoiados casuisticamente: os Serviços Académicos procuravam assegurar as condições de acesso necessárias em situação de exame (presencial) e os docentes davam o apoio científico possível, mas sempre de modo autónomo e não enquadrado institucionalmente. Em 2008, e por iniciativa da então Coordenação do LEaD (Laboratório de Educação a Distância), foi constituído um grupo multidisciplinar que tinha por missão identificar as necessidades especiais dos estudantes inscritos na Universidade Aberta e envidar esforços a fim de facilitar a acessibilidade desses estudantes aos cursos ministrados. Em 2008 a Universidade Aberta estava em plena sedimentação da implementação de um novo modelo pedagógico que assentava numa lecionação exclusivamente online. As alterações então em curso trouxeram à luz múltiplos casos de info- exclusão entre os estudantes inscritos. Por maioria de razão, poderia pensar-se que os estudantes com necessidades educativas especiais enfrentariam ainda maiores dificuldades. Este contexto mais geral também estimulou a constituição do Projeto Acessibilidades.

Docente	Responsável	Categoria
DANIELAMELARE VIEIRA BARROS	SIM	COLABORADOR

Inovação no processo de formação inicial na implementação da disciplina de Libras na UNESP

Linha de Pesquisa: Práticas e Processos Formativos de Educadores na Educação Inclusiva.

Data de Início: 27/02/2017

Financiador: -

Descrição: O projeto é uma investigação a ser desenvolvida no oferecimento da disciplina de Libras, uma iniciativa da Prograd, para atender o Decreto 5622 do Conselho Nacional de Educação, que trata sobre o oferecimento da disciplina de Libras para os cursos de Licenciatura, Pedagogia, Fonoaudiologia e Letras

Docente	Responsável	Categoria
DENISE IVANA DE PAULA ALBUQUERQUE	SIM	COLABORADOR

Implementação da disciplina de Libras em EaD na UNESP

Linha de Pesquisa: Práticas e Processos Formativos de Educadores na Educação Inclusiva.

Data de Início: 02/03/2015

Financiador: Prograd/UNESP

Descrição: Visando atender ao Decreto Presidencial Nº 5626/05 que regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002 e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a caracterização da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como a primeira língua das comunidades surdas brasileiras e sobre a inclusão da Libras como disciplina curricular nos cursos de graduação, a Universidade Estadual Paulista (UNESP), por meio do Departamento de Estatística (DEst) da Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT), campus de Presidente Prudente, em parceria com a Pró-Reitoria de Graduação (Prograd) tem ofertado a disciplina ora denominada? Libras, Educação Especial e Inclusiva? em formato semipresencial, na modalidade a distância, para todos os campi e cursos de Licenciatura e Fonoaudiologia da UNESP. O presente projeto de pesquisa visa averiguar quais têm sido as contribuições da referida disciplina para a formação de professores da educação básica, profissionais da área de Fonoaudiologia e outras áreas em termos de compreensão dos aspectos

básicos da comunicação em Libras, compreensão dos aspectos da Educação Especial em uma perspectiva inclusiva e da modalidade de Educação a Distância, caracterizada pelo modelo semipresencial da disciplina. Propõem-se, para tanto, pesquisas de iniciação científica e pós-graduação de caráter qualitativo, vinculadas às linhas de pesquisa Conteúdos e Didática de Libras e Educação a Distância do Grupo de Pesquisa Ambientes Potencializadores para a Inclusão (API). Espera-se, mediante uma análise sistemática da disciplina, caracterizar de que maneira as ações da Prograd estão atendendo à legislação educacional vigente.

Docente	Responsável	Categoria
DENISE IVANA DE PAULA ALBUQUERQUE	SIM	COLABORADOR

Imagem corporal e o papel da face na percepção do corpo

Linha de Pesquisa: Inovação Tecnológica e Tecnologia Assistiva

Data de Início: 01/03/2016

Financiador: -

Descrição: As desordens alimentares e de distúrbios de imagem são habitualmente abordadas através de um enfoque psiquiátrico. É possível que os efeitos socioculturais da mídia possam incrementar comportamentos obsessivos em torno da aparência e dos hábitos alimentares a ponto de gerar distúrbios psiquiátricos? Como medir os aspectos perceptuais, cognitivos e afetivos da imagem corporal? Como avaliar coerentemente e objetivamente as influências culturais estendidas ao comportamento alimentar (por exemplo, obsessão com dietas, bulimia, anorexia, vigorexia) e seus efeitos sobre a construção da imagem corporal? O objetivo inicial do nosso estudo será investigar os aspectos psicofísicos da imagem corporal e a sua relação com o exercício através das variáveis dos componentes comportamental e perceptivo da imagem corporal em homens e mulheres fisicamente ativos e sedentários. Os objetivos específicos deste estudo serão investigar: a) se homens e mulheres apresentam preocupação exagerada com a imagem corporal e, se esta se reflete nas respostas de escolha ou preferência de imagens do próprio corpo e de um corpo de estranho distorcidas ao longo de uma escala psicofísica (i.e., baseada no IMC dos participantes); b) se o IMC do participante está relacionado ao nível de insatisfação com o corpo e se este se reflete na escolha da atividade física, frequência e intensidade com que esta é realizada; c) se a tendência atitudinal ou perceptiva em tarefas psicofísicas de distorção de imagem corporal depende da presença da identidade do participante (i.e., utilizando a omissão de face nas tarefas).

Docente	Responsável	Categoria
CAROLINA PAIOLI TAVARES	SIM	PERMANENTE

Inclusão de alunos com deficiência visual em aulas de laboratório

Linha de Pesquisa: Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva

Data de Início: 01/10/2017

Financiador: Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis - PROEX

Descrição: As aulas práticas de laboratório para os discentes do curso de Ciências Biológicas e do curso de Saúde Coletiva, são de extrema importância para a compreensão dos conteúdos ministrados nas aulas teóricas. Diante as dificuldades encontradas para elucidar o que é apresentado, em aulas que utilizam de microscópio, aos discentes com deficiência visual, o presente projeto busca através de elaboração de modelos didáticos adaptados de baixo custo e de fácil manuseio, possibilitar que estes alunos tenham acesso ao conteúdo apresentado. Sendo assim incluídos com a possibilidade de tatear o que eles não podem ver. Os modelos criados serão utilizados como ferramentas para o aprendizado dos discentes cegos ou com baixa visão de forma igualitária aos discentes normovisuais. Este método garante o direito de acesso dos deficientes aos assuntos considerados abstratos.

Docente	Responsável	Categoria
DIOGENES HENRIQUE DE SIQUEIRA SILVA	SIM	COLABORADOR

Modelos didáticos adaptados para alunos com deficiência visual como ferramenta para o ensino de Biologia

Linha de Pesquisa: Inovação Tecnológica e Tecnologia Assistiva

Data de Início: 01/10/2017

Financiador: Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis - PROEX

Descrição: inclusão social para pessoas com deficiência visual nas escolas e Universidades ainda é um grande desafio. Assim, estratégias de ensino que auxiliem no aprendizado desses indivíduos são de grande relevância. Considerando a realidade do Município de marabá em relação à disponibilidade de infraestrutura na educação, o presente projeto tem como objetivo a produção de modelos didáticos para alunos com deficiência visual (cegueira e baixa visão) e videntes como ferramenta para o ensino de biologia usando material de baixo custo.

Docente	Responsável	Categoria
DIOGENES HENRIQUE DE SIQUEIRA SILVA	SIM	COLABORADOR

O desenvolvimento de um ensino colaborativo: a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva

Linha de Pesquisa: Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva

Data de Início: 01/11/2015

Financiador: -

Descrição: Esta proposta está vinculada à linha de pesquisa 1 INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL: ORGANIZAÇÃO E GESTÃO, do Programa de Mestrado em Educação da Universidade do Oeste Paulista (Unoeste) de Presidente Prudente/SP. A problemática da pesquisa envolve a melhoria do processo de inclusão escolar de Estudantes Público-Alvo da Educação Especial (EPAEE): pessoas com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, a partir do Ensino Colaborativo. Para tanto, o objetivo é compreender de que maneira o Ensino Colaborativo pode ser desenvolvido em uma escola da rede pública de ensino, articulando o trabalho do professor da classe comum com o professor que atua na Educação Especial e de que maneira ambos desenvolvem estratégias pedagógicas baseadas em um ensino colaborativo. A pesquisa é qualitativa e a coleta, seleção e análise de dados é centrada no acompanhamento e análise da elaboração e aplicação de práticas pedagógicas inclusivas e Planos de Ensino Individualizados (PEI) baseados no ensino colaborativo e no trabalho com projetos, proporcionando um ensino que valorize as diferenças. São realizados estudos teóricos (bibliográfico e documental), entrevistas semiestruturadas, observação participante e análise das práticas desempenhadas. Espera-se construir um aporte teórico-metodológico sobre o aprimoramento de estratégias de parceria da Educação Especial com o ensino regular, com vistas a práticas de ensino inovadoras e colaborativas e construção de materiais e métodos de ensino para os EPAEE.

Docente	Responsável	Categoria
DANIELLE APARECIDA DO NASCIMENTO DOS SANTOS	SIM	COLABORADOR

O potencial de Interação em Cursos EaD: A vivência do Estar Junto Virtual no Curso de Pedagogia Semipresencial da UNESP.

Linha de Pesquisa: Inovação Tecnológica e Tecnologia Assistiva

Data de Início: 01/03/2016

Financiador: Fundação para o Desenvolvimento da UNESP - FundUNESP nº 2458/2015.

Descrição: Pretende-se neste projeto de pesquisa, vinculado à FUNDUNESP - Coordenadoria de Convênios e Projetos, estudar como desenvolver a EaD com base no Estar Junto Virtual. Tentaremos aplicá-lo no desenvolvimento dos nossos cursos a distância, particularmente no curso de Pedagogia - segunda edição. O modelo

proposto pela UNESP para a EaD é uma modelo web, com polos onde os estudantes são reunidos semanalmente sendo a integração entre os pólos e a interação tutores – orientadores – professores especialistas – estudantes – materiais de ensino os nossos maiores propósitos. Com o uso do AVA Moodle e com as aulas presenciais pretendemos chegar o mais próximo possível de um curso que tem o EJV como parâmetro formativo. O objetivo geral do projeto é estudar os desafios colocados pela modalidade web de cursos, no sentido de verificar os potenciais de ocorrência do EJV no desenvolvimento das interações ao longo do curso. Buscaremos os dados no Curso de Pedagogia Semipresencial da UNESP em parceria com a Prefeitura de São Paulo que será desenvolvido entre fevereiro de 2016 e julho de 2019. Nossa equipe de trabalho em primeiro lugar fará estudos bibliográficos sistemáticos sobre a modalidade web na educação a distância. Buscaremos nas bibliotecas digitais aportes que constituirão um acervo de referência para os estudos de EaD em geral e, particularmente, a modalidade web com as características definidas de desenvolvimento no EJV. Utilizaremos a plataforma AVA Moodle do nosso curso, para buscarmos os registros dos alunos em termos do desenvolvimento das ações que caracterizam o EJV. Esses registros serão obtidos em vários momentos e etapas da realização do curso. Semanalmente faremos reuniões virtuais com os orientadores de disciplinas e orientadores de turma anotando as suas observações sobre o desenvolvimento do curso naquela semana em termos das atividades desenvolvidas, dos materiais usados, do uso da plataforma pelos alunos e das suas participações como tutores e orientadores. Processo FundUNESP nº 2458/2015.

Docente	Responsável	Categoria
DANIELLE APARECIDA DO NASCIMENTO DOS SANTOS	SIM	COLABORADOR

Mediação em EAD - Formação de Tutores.

Linha de Pesquisa: Inovação Tecnológica e Tecnologia Assistiva

Data de Início: 01/09/2016

Financiador: Universidade Aberta do Brasil (UAB)

Descrição: Parceria com a Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) por meio do Núcleo de Tecnologias para Educação (UEMANET). O projeto visa oferecer o curso de mediação em EAD - Formação de tutores. O curso tem carga horária de 200 horas, com duração de três (03) meses, abrangendo 03 (três) módulos. A participação envolve a formação presencial e on-line com base nos eixos temáticos: Teorias da aprendizagem: Piaget e Vygotsky; O processo de aprendizagem: produtos e condições; Aspectos históricos, legais e conceituais da Educação a Distância (EaD); Fundamentos pedagógicos da EaD.

Docente	Responsável	Categoria
---------	-------------	-----------

DANIELLE APARECIDA DO NASCIMENTO DOS SANTOS	SIM	COLABORADOR
---	-----	-------------

A utilização de cursos abertos online (Massive |Open Online Course) como opção de educação média, superior e corporativa

Linha de Pesquisa: Inovação Tecnológica e Tecnologia Assistiva

Data de Início: 11/09/2017

Financiador: Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão

Descrição: Avaliar as potencialidades dos cursos abertos online (MOOC) como alternativa às disciplinas dos cursos de educação média (técnica), superior e corporativa, levando-se em conta as experiências internacional, nacional e estadual, objetivando a criação de cursos pelos professores e consultores.

Docente	Responsável	Categoria
JOÃO AUGUSTO RAMOS E SILVA	SIM	PERMANENTE

Utilização de cursos abertos online (MOOC) como disciplinas curriculares de cursos técnicos

Linha de Pesquisa: Inovação Tecnológica e Tecnologia Assistiva

Data de Início: 01/12/2016

Financiador: Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão

Descrição: Projeto de pesquisa que se destina a analisar as possibilidades de utilização dos cursos MOOC como disciplinas de cursos médios técnicos.

Docente	Responsável	Categoria
JOÃO AUGUSTO RAMOS E SILVA	SIM	PERMANENTE

Interculturalidade e formação crítico-reflexiva no ensino fundamental: uma análise dos currículos implementados nas escolas públicas de Marabá-PA

Linha de Pesquisa: Práticas e Processos Formativos de Educadores para Educação Inclusiva

Data de Início: 01/04/2017

Financiador: -

Descrição: A proposta de pesquisa parte de um estudo realizado sobre os Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) implementados pelas escolas de ensino fundamental da rede pública de educação do município de Marabá-PA e as ações prescritas no âmbito da interculturalidade. Tal estudo identificou que são poucas as ações pedagógicas realizadas sobre as temáticas relativas à diversidade cultural e que os documentos norteadores dessas ações não exprimem um aprofundamento teórico sobre tais questões. O presente estudo busca dar continuidade a esta pesquisa e tem como objetivo central identificar nas ações pedagógicas desenvolvidas em sala de aula e nas demais ações do currículo das escolas de educação básica da rede pública municipal de ensino fundamental localizadas na cidade de Marabá-PA, sua relação com os temas tratados nas relações interculturais e os impactos que tais ações promovem na formação dos estudantes. Para tanto será empregada como metodologia uma abordagem quantitativa e qualitativa, de natureza descritiva-exploratória. Fazem parte da fundamentação teórica autores como Candau (2012), Freire (2003; 2008a; 2008b), Vygotsky (1991), Girox (1986; 2008), Sacristán (2000), Arroyo (2011), entre outros. O estudo se faz relevante por propor o mapeamento de ações realizadas por escolas públicas, espaço onde se encontram a maior parte da população carente ou de grupos minoritários como afrobrasileiros, indígenas, pessoas com deficiência, entre outros, proporcionando a partir da identificação de tais ações a elaboração de propostas pedagógicas capazes de atender aos anseios desses sujeitos e condizentes com o compromisso social, atualmente esquecido pelos governos atuais.

Docente		Responsável	Categoria
ANA CLEDINA RODRIGUES GOMES		SIM	PERMANENTE

Ensino, Pesquisa e Extensão no Núcleo Eletivo de Educação Especial (NEES/FACED/UNIFESSPA): uma abordagem histórico-cultural

Linha de Pesquisa: Práticas e Processos Formativos de Educadores para Educação Inclusiva

Data de Início: 01/03/2017

Financiador: -

Descrição: O objetivo do projeto é promover a integração entre graduandos de pedagogia e professores em efetivo exercício na formação de pedagogos para atuar na educação especial/inclusiva, com base na teoria histórico cultural. Para tanto, persegue os seguintes objetivos específicos: a) analisar, à luz da literatura recente, experiências locais de educação para a pessoa em situação de deficiência, envolvendo graduandos/as e professores/as da rede pública; b) analisar a relação feita por graduandas de Pedagogia entre a própria experiência de vida e os conteúdos debatidos nas atividades do NEES acerca de deficiência; c) Analisar, à luz da teoria histórico cultural, os resultados de pesquisa dos TCCs produzidos no NEES entre

2008 e 2016, submetendo-os à análise dos professores/as da rede pública.

Docente	Responsável	Categoria
HILDETE PEREIRA DOSSIM ANJOS		COLABORADOR

A escrita de si e processos de subjetivação: formação de professores na Amazônia Oriental

Linha de Pesquisa: Práticas e Processos Formativos de Educadores para Educação Inclusiva

Data de Início: 14/03/2017

Financiador: -

Descrição: O projeto tem como objetivo discutir o processo de formação por meio da análise de escritas autobiográficas de professores que, embora já atuem na escola básica há alguns anos, numa região da Amazônia oriental, encontram-se, na universidade, cursando a graduação, justamente porque participam de uma mesma realidade responsável pelo acesso tardio aos processos de escolarização. A opção pela investigação por meio de relatos autobiográficos se orienta pelo pressuposto de que o sujeito se constitui na e pela linguagem, de modo que a escrita de si - enquanto produtora de uma experiência ética e estética da existência- se constitui também como espaços de formação. Deste pressuposto decorrem as seguintes perguntas de pesquisa: que discursos se articulam nos processos de subjetivação do sujeito em formação? Que vozes sociais se inscrevem nos relatos de si em diálogo com a trajetória de escolarização? Que enunciados remetem a representações da formação em diferentes momentos da vida escolar até a universidade? Que marcas inscritas na materialidade do discurso produzem sentidos de um trabalho responsável na linguagem e de uma posição do sujeito em relação à própria escrita? Estas perguntas são propiciadoras de uma investigação que se volta, ao mesmo tempo, aos arranjos de singularização da escrita de si e aos sentidos que refratam as vozes sociais que dialogam com o processo de formação na universidade, com a expectativa de captar, na linguagem, sentidos que, no entrecruzamento do mundo da vida com o mundo da teoria, ofereçam bases de investigação sobre a formação constituída em processo de escrita. Aliaremos o conceito de responsabilidade ética e estética do sujeito que assume a palavra atravessada de acentos ideológicos - na perspectiva do ato responsável, formulado por Bakhtin-, com o conceito de escrita de si, formulado Foucault, enquanto um ato de reflexão do sujeito, consigo mesmo, em sua relação com o outro e com o mundo, possibilitando a produção de nova estética para a própria existência. As análises privilegiam a relação entre texto e discurso, tomando aquele como a materialidade deste, com foco específico nos enunciados cujas modalidades evidenciem uma volta do sujeito sobre si, num trabalho laborioso de singularização e constituição, na relação com a linguagem.

Docente	Responsável	Categoria
---------	-------------	-----------

HILDETE PEREIRA DOSSIM ANJOS	COLABORADOR
---------------------------------	-------------

Dinâmicas sócio-educacionais no sudeste do Pará: políticas públicas e deficiência.

Linha de Pesquisa: Práticas e Processos Formativos de Educadores para Educação Inclusiva

Data de Início: 01/04/2012

Financiador: -

Descrição: O projeto objetiva estudar as relações entre políticas públicas e deficiência dentro do contexto das dinâmicas sócio-educacionais no sudeste do Pará. As dinâmicas qualificadas no projeto como ?sócio-educacionais? envolvem as relações entre a ação estatal, expressa nas propostas oficiais das políticas educacionais, e a ação dos sujeitos e grupos que são tomados como objetos dessas políticas (professores, alunos, equipes específicas de trabalho), num dado *locus* (universidade, escolas, comunidades, etc.). Como objetivos específicos, que se configurarão em subprojetos, pretende: a) levantar o histórico das políticas educacionais relativas à deficiência que têm repercussão na região e caracterizar essa repercussão; b) avaliar os limites e as possibilidades das salas de recursos multifuncionais como sistema de apoio à escolarização de alunos com deficiências; c) relacionar as histórias de vida das professoras das salas multifuncionais com o processo de formação docente, sua prática pedagógica, apontando impactos das políticas gerais de inclusão sobre os saberes locais expressos nessas histórias; d) relacionar as histórias de vida das professoras das salas multifuncionais com a história da educação especial na região e no Brasil, apontando a relação entre as políticas gerais de inclusão e os saberes e fazeres locais; e) analisar os saberes construídos pelos docentes no desenvolvimento da prática de escolarização inclusiva efetivado nas salas de aula e nas salas de recursos.

Docente			Responsável	Categoria
HILDETE PEREIRA DOS ANJOS			SIM	COLABORADOR

Observatório Nacional de Educação Especial: estudo em rede nacional sobre salas de recursos multifuncionais nas escolas comuns

Linha de Pesquisa: Inovação Tecnológica e Tecnologia Assistiva

Data de Início: 01/04/2011

Financiador: -

Descrição: Projeto de pesquisa que envolve pesquisadores de 22 Universidades Brasileiras e 18 Programas de Pós-Graduação em Educação, coordenado pela Profª Enicéia Gonçalves Mendes da UFSCAR, com o objetivo de avaliar os limites e as

possibilidades das salas de recursos multifuncionais como sistema de apoio à escolarização de alunos com deficiências, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Docente	Responsável	Categoria
HILDETE PEREIRA DOSSIM ANJOS		COLABORADOR

Prática docente e formação de professores: acompanhamento das experiências de inclusão em sala de aula

Linha de Pesquisa: Práticas e Processos Formativos de Educadores para Educação Inclusiva

Data de Início: 01/04/2010

Financiador: -

Descrição: De acordo com estudos realizados pela Rede Educação Inclusiva na Amazônia Paraense, da qual fazemos parte, as diferentes realidades no processo de inclusão escolar nas redes municipais e estaduais de ensino apontaram a necessidade de se avançar nos estudos sobre a política de inclusão de alunos que apresentam necessidades educativas especiais nas escolas, principalmente as das redes municipais no Estado do Pará. Considera-se necessário conhecer as propostas de educação inclusiva que estão sendo implementadas pelas redes municipais, se estão atendendo às diretrizes nacionais sem perder a dimensão local e como a formação de professores está definida em tais propostas. Assim, diante do cenário analisado, levantamos como problemas de investigação: 1. Que práticas de escolarização com a pessoa em situação de deficiência são desenvolvidas no município de Marabá? 2. Como se configura o trabalho pedagógico do professor da sala regular e do professor de atendimento especializado no atendimento à pessoa em situação de deficiência? 3. Quais saberes são necessários para a construção de práticas pedagógicas inclusivas? 4. Quais as demandas formativas do professor? 5. Qual o significado de um programa de trabalho colaborativo no sistema universidade-escola e seus impactos no processo de inclusão de alunos em situação de deficiência?

Docente	Responsável	Categoria
HILDETE PEREIRA DOSSIM ANJOS		COLABORADOR

20 anos da educação do campo: O que mudou na gestão e prática pedagógicas de escolas públicas?

Linha de Pesquisa: Práticas e Processos Formativos de Educadores para Educação Inclusiva

Data de Início: 01/04/2015

Financiador: CNPQ - Produtividade em Pesquisa 1C

Descrição: Este projeto de pesquisa tem o propósito de analisar a trajetória da educação do campo no Brasil, no período de 1998 a 2018, com o olhar voltado para identificar os possíveis desdobramentos político-pedagógicos efetivados nas escolas públicas. Parte-se da ideia já reiterada no Brasil, por Munarim (2008, 2010, 2011), de que a educação do campo se constitui num movimento nacional; de que ela não se reduz ao debate da educação escolar, conforme disposto em Caldart (2004, 2009), e de que se insere num contexto de disputas de projetos políticos, tal como exposto em Molina (2008). Tendo como referência a ideia de que a educação do campo não se reduz ao debate da escola, mas que ela traz fortes críticas à educação brasileira, este projeto volta-se para a escola pública como lugar de pesquisa. Na escola pública, seleciona-se o projeto político-pedagógico como objeto de análise, haja vista que o mesmo deveria ser produto da gestão coletiva da escola e ser expressão da identidade da escola pública do campo. Nele estão contidas informações sobre a concepção de educação, de gestão e de práticas pedagógicas presentes na escola. Também, o marco conceitual e características do contexto escolar são elementos que integram o projeto político-pedagógico. Intenciona-se verificar a dinâmica de elaboração desses projetos, pois, segundo a concepção de educação do campo, a participação efetiva da comunidade é essencial para a constituição da identidade da escola do campo. Será que os projetos político-pedagógicos têm sido discutidos com as comunidades escolar e local? Afinal, as lutas, conquistas, experiências e princípios da educação do campo têm atingido o chão da escola? Como as escolas inserem-se nos programas e projetos governamentais? Tomando como referência as ideias e situações expostas anteriormente, reitera-se que este projeto de pesquisa se insere na problemática da educação escolar dos povos do campo. Diversos estudos, a exemplo de Molina, Montenegro e Oliveira (2009) já demonstraram as fragilidades da realidade escolar rural. Também, dados do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos dão demonstrativos de que as escolas localizadas no campo necessitam de políticas públicas voltadas à infraestrutura, formação de professores, organização curricular e gestão educacional. Levando em conta os quase 20 anos de existência do movimento nacional de educação do campo e aspectos da realidade escolar das comunidades rurais, a questão central que se pretende responder nesta pesquisa é: O que tem mudado nas escolas públicas localizadas no campo, na gestão e práticas pedagógicas, a partir do movimento nacional de educação do campo?

Docente			Responsável	Categoria
MARIA SOUZA	ANTONIA	DE	SIM	PERMANENTE

Educação do Campo na Região Metropolitana de Curitiba: diagnóstico, diretrizes curriculares e reestruturação dos projetos político- pedagógicos.

Linha de Pesquisa: Práticas e Processos Formativos de Educadores para Educação Inclusiva

Data de Início: 01/03/2013

Financiador: CAPES - Observatório da Educação

Descrição: O objetivo deste projeto é realizar um diagnóstico da educação do campo na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), composta por 26 municípios, sendo 24 deles marcados por ruralidades. O diagnóstico será baseado nos dados do INEP (SAEB, Censo Escolar e Prova Brasil), e num levantamento a ser feito nas 252 escolas localizadas nos 24 municípios da RMC, sobre oferta, matrícula, aprovação, reprovação e IDEB. A análise das diretrizes curriculares municipais e dos Planos Municipais de educação auxiliarão na identificação do lugar ocupado pelas instituições escolares do campo na política educacional local. A Educação Básica - Infantil e Fundamental - será o foco da pesquisa. A intenção é desenvolver a problematização dos projetos político-pedagógicos (PPPs) com vistas à valorização das relações de trabalho na terra, cultura e identidade sociocultural. Temos produções que demonstram que no estado do Paraná a ideologia da educação rural está bastante presente nas instituições escolares e que há necessidade de avançar as experiências e políticas da concepção de educação do campo, como cunhada pelos movimentos sociais, incluindo os debates da educação indígena e quilombola. Os 24 municípios presentes neste projeto possuem escolas em assentamentos, em áreas de comunidades quilombolas e indígenas. A pesquisa permitirá sistematizar informações sobre a realidade escolar dos municípios da RMC, para encaminhar um trabalho do tipo investigação-ação, construída com os professores, coordenadores pedagógicos e diretores de escola, visando a problematização e reestruturação dos projetos político-pedagógicos. Em síntese, a questão central da pesquisa é: Quais relações podem existir entre o PPP e o contexto cultural, econômico, político e social dos povos do campo da RMC? Parte-se do pressuposto que a realidade escolar pode ser modificada a partir do trabalho coletivo, envolvendo comunidade e profissionais da educação, tendo o PPP como fortalecedor da identidade da escola do campo.

Docente	Responsável	Categoria
MARIA ANTONIA DE SOUZA	SIM	PERMANENTE

Avaliação de métodos não invasivos para monitorização da pressão intracraniana

Linha de Pesquisa: Inovação Tecnológica e Tecnologia Assistiva

Data de Início: 28/01/2017

Financiador: -

Descrição: Avaliação de métodos não invasivos para monitorização da pressão intracraniana.

Docente	Responsável	Categoria
LEONARDO CHRISTIAAN WELLING	SIM	PERMANENTE

Projeto de Pesquisa: Educação e UATI: elaboração de saberes e práticas a partir da análise das produções (2000-2016)

Linha de Pesquisa: Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva

Data de Início: 10/03/2017

Financiador: CNPq

Descrição: Esta pesquisa tem como base inicial e teórica a revisão sistemática realizada nas duas pesquisas produtividade anteriores, nas quais foram analisadas as produções (teses, dissertações, livros e artigos de periódicos e artigos completos de comunicações em Congressos Nacionais) publicadas no interstício de 2000 a 2013, que versam sobre aspectos relacionados à educação na terceira idade e a universidade aberta para a terceira idade. Por meio desta análise, deste conjunto de pesquisas foram extraídos elementos relevantes para um melhor entendimento da educação e dos programas e projetos destinados à terceira idade (41 artigos, 15 livros, 29 trabalhos - teses e dissertações). A partir das considerações e conclusões destas pesquisas, possibilitaram a análise dos elementos epistemológicos que compõem o campo da gerontologia educacional e subsidiaram estas investigações, ressaltando a importância da educação para a terceira idade. A presente pesquisa, utilizando-se dos resultados das anteriores, objetiva analisar como as diferentes produções contribuem para estabelecer estratégias para que a educação seja utilizada como instrumento de empoderamento do idoso, nos programas e projetos para a terceira idade desenvolvidos pelas universidades brasileiras, com vistas a superação de preconceitos e estereótipos negativos que revestem os idosos na sociedade contemporânea brasileira, cumprindo assim, com o direito constitucional: a educação como direito de todo cidadão. Torna-se relevante a busca de como os saberes produzidos contribuem para a prática educacional nesta faixa etária, por meio da articulação da pesquisa com a extensão universitária, pautada nas temáticas da educação para a terceira idade e universidade aberta para a terceira idade. Deste modo, a análise das produções referentes à educação e as universidades abertas para a terceira idade possibilitarão traçar um paralelo entre o campo teórico- científico e as práticas desenvolvidas nos diferentes projetos/programas educacionais para os idosos nas universidades. Desta problematização emergem as relações com o contexto político, social e cultural, no qual se delineiam as propostas metodológicas, a epistemologia da área, a organização e as práticas educacionais.

Docente	Responsável	Categoria
RITA DE CASSIA DA SILVA OLIVEIRA	SIM	PERMANENTE

Reconstrução histórica das instituições escolares: expansão e democratização do acesso.

Linha de Pesquisa: Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva

Data de Início: 01/03/2016

Financiador: -

Descrição: O objetivo deste projeto é investigar o processo de expansão da escola pública no Paraná, bem como a sua função política e a democratização do conhecimento para a classe trabalhadora no período histórico que compreende o século XIX e XX. A pesquisa de fontes primárias e documentos oficiais, preservados nos acervos públicos aponta para a riqueza e a complexidade dos debates e das iniciativas de criação das instituições escolares. Prioriza-se a apreciação dos sentidos atribuídos à escola graduada, em processo de expansão no estado, a partir das Mensagens apresentadas pela Presidência do Estado à Assembleia Legislativa, dos Relatórios de Instrução Pública e da legislação educacional pertinente ao período estudado.

Docente	Responsável	Categoria
VERA LUCIA MARTINIAK	SIM	PERMANENTE

A relação entre trabalho, educação e a constituição de instituições escolares étnicas no Paraná.

Linha de Pesquisa: Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva

Data de Início: 30/08/2017

Financiador: CNPq

Descrição: Este projeto busca compreender a institucionalização das primeiras escolas étnicas no Paraná, a sua forma de organização curricular e como se articulavam ao processo histórico do país no período de transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado (1854-1889). O processo imigratório acelerou o movimento de Página 1 de 6 colonização no Paraná, com ocupação dos espaços vazios propícios ao desenvolvimento da agricultura, o comércio e indústria e a substituição do trabalho escravo pelo trabalho assalariado. Assim, houve o incentivo ao desenvolvimento das cidades, que estimulou o comércio e fomentou a criação de serviços de infraestrutura. Neste contexto histórico procura-se compreender a importância da atuação e a influência das escolas étnicas para a organização educacional na Província do Paraná a partir de novos parâmetros impostos pelo setor produtivo. O eixo teórico-metodológico permite reconstruir uma história a partir da análise dos determinantes econômicos, políticos e sociais. Para compreender a institucionalização das escolas étnicas no Paraná, partiu-se da análise dessa conjuntura, bem como o levantamento e catalogação das fontes primárias e secundárias, selecionadas em instituições públicas, museus e acervos particulares.

Docente	Responsável	Categoria
VERA LUCIA MARTINIAK	SIM	PERMANENTE

Política Pública e formação de professores: em foco a apropriação da escrita na

área da deficiência intelectual.

Linha de Pesquisa: Práticas e Processos Formativos de Educadores para Educação Inclusiva

Data de Início: 01/04/2016

Financiador: -

Descrição: O principal problema abordado nesta pesquisa refere-se ao estudo da alfabetização na área da deficiência intelectual, para melhor compreender formas de se efetivar o ensino da língua materna para estes escolares e sinalizar ações formativas para professores. O projeto em andamento, em sua primeira etapa teve como objetivo: 1) elaborar, aplicar e analisar um programa de intervenção pedagógica na área da leitura e escrita por escolares com deficiência intelectual em ambiente com controle metodológico e; 2) avaliar o impacto do programa na aprendizagem desses escolares. Na segunda etapa temos como objetivo: 1) realizar formação e acompanhamento dos professores do Atendimento Educacional Especializado, da rede municipal de Marília, dos escolares participantes da pesquisa; 2) realizar nova avaliação dos escolares participantes da primeira etapa de intervenção e aprofundar a análise dos dados preliminares, comparando-os com os que serão coletados nesta segunda etapa e; 3) realizar levantamento das ações pedagógicas empreendidas pelos professores do AEE especificamente relacionadas à alfabetização. Para coleta de dados iremos realizar encontros formativos com os professores do AEE, dos escolares que participaram da intervenção no município de Marília, portanto, cinco professores. Os encontros formativos serão previamente planejados, nos quais serão abordados temas relacionados à deficiência intelectual, escolarização, prática pedagógica inclusiva, papel do AEE e ações pedagógicas relacionadas à alfabetização. Esses temas serão debatidos por meio da estratégia de grupo focal, para que os professores possam estabelecer diálogo entre si e com a pesquisadora. Os encontros serão gravados e anotações específicas deverão ser feitas por um auxiliar de pesquisa, adequadamente orientado. Num segundo momento, apresentaremos os dados da pesquisa de intervenção focando, principalmente, os procedimentos pedagógicos. Serão elaborados junto com as professoras Planos de Ensino Estratégico a ser desenvolvido no AEE com o acompanhamento da pesquisadora. A análise dos dados será descritiva, com base no materialismo dialético, buscando compreender as contradições existentes entre a enunciação e ação dos professores.

Docente	Responsável	Categoria
ANNA AUGUSTA SAMPAIO DE OLIVEIRA	SIM	PERMANENTE

Estudos na área da deficiência intelectual na perspectiva histórico- cultural: apoio pedagógico, formação de professores e a sala de aula

Linha de Pesquisa: Práticas e Processos Formativos de Educadores para Educação Inclusiva

Data de Início: 01/04/2016

Financiador: -

Descrição: O estudo, sob o enfoque histórico-cultural, surge do desejo de demonstrar as possibilidades instaladas na educação e no papel insubstituível da escola no desenvolvimento dos escolares com deficiência intelectual e tem como objetivo geral analisar a escolarização de estudantes com deficiência intelectual. Pesquisas anteriores trouxeram indicativos fortíssimos em relação à necessidade de que professores repensem suas estratégias de ensino, principalmente na escrita e operações, uma vez que, em estudos anteriores, estas foram as maiores dificuldades de desempenho. Diversos fatores podem levar às dificuldades na aprendizagem e muitos deles não se referem diretamente à deficiência intelectual, e sim aos desencontros da escola brasileira para garantir a todos a plena aprendizagem, seja pelas condições desfavorecedoras do ensino e do trabalho escolar, seja pela pouca experiência com a deficiência intelectual nos sistemas comuns de ensino e, no caso, ainda a questão da avaliação, a qual deve possibilitar ao professor compreender as competências e as especificidades deste escolar.

Docente	Responsável	Categoria
ANNA AUGUSTA SAMPAIO DE OLIVEIRA	SIM	PERMANENTE

Perfil Antropométrico e motor dos atletas participantes dos jogos paraolímpicos universitários no ciclo.

Linha de Pesquisa: Práticas e Processos Formativos de Educadores para Educação Inclusiva

Data de Início: 01/04/2017

Financiador: -

Descrição: A avaliação da composição corporal é uma das principais ferramentas para o monitoramento dos efeitos do treinamento físico, bem como, para detecção de talentos em longo prazo (KISS et al., 2004). Compreende-se o desempenho esportivo como um processo multifatorial, e que os índices morfológicos tanto para esportes de alto rendimento, quanto para categorias de base, apresentam fatores negativos que podem comprometer o rendimento atlético a curto, médio ou longo prazo. Entretanto, estudos associados à detecção de talentos ou tentativas de encontrar um perfil associado a diferentes modalidades paralímpicas em jovens e adolescentes com deficiência física, intelectual e visual são escassos. O objetivo do presente projeto é de avaliar o perfil antropométrico e motor de jovens e adolescentes que irão participar, na condição de atleta, das Paralimpíadas Escolares de 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020. As avaliações serão realizadas através do método Antropométrico. As pregas cutâneas avaliadas serão: tricipital, bicipital, subescapular, supra-ilíaca, abdominal, peitoral, axilar média, coxa e panturrilha medial através do compasso Harpenden® (Harpenden Instruments, Marsden, UK). A massa corporal será mensurada numa balança plena modelo Acqua® com escala de 0.1 kg. A estatura será determinada na posição supina utilizando um estadiômetro de parede WCS®, de 220 cm e com precisão de 0.1 cm, do topo da cabeça à

extremidade do calcanhar. Os sujeitos impossibilitados de realizar a extensão dos membros inferiores serão medidos por segmentos. Para medidas de circunferências será utilizada uma fita antropométrica modelo Gulick marca Mabbis®, com precisão de 0.1 cm, nos seguintes locais: Circunferência de Tórax, Circunferência abdominal, Circunferência de Quadril, Circunferência de Cintura, Circunferência de Coxa, Circunferência de Panturrilha Medial, Circunferência de tornozelo, Circunferência de braço, Circunferência de braço tenso, Circunferência de Antebraço e Circunferência do Punho. Os diâmetros mensurados serão: torácico, acrômio-escapular, bi-crista ilíaco, umeral, diâmetro femoral e diâmetro maleolar. Para estas medidas serão utilizados paquímetros da marca WCS®, comparativo. As medidas de controle postural serão utilizadas por uma plataforma de força e os testes de coordenação motora através do Side Stepping e do Split Jump Test. Como resultados, espera-se contribuir de forma significativa para a identificação do perfil antropométrico e de composição corporal dos jovens e adolescentes, de acordo com a faixa etária e modalidade praticada, possibilitando assim, a obtenção de indicadores para diagnosticar o perfil desejável para cada modalidade.

Docente		Responsável	Categoria
DÉCIO CALEGARI	ROBERTO	SIM	PERMANENTE

Mudanças na Prática Docente com a Impregnação das Tecnologias no Ensino Superior

Linha de Pesquisa: Inovação Tecnológica e Tecnologia Assistiva

Data de Início: 01/04/2016

Financiador: -

Descrição: As Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) estão presentes no nosso cotidiano, permeiam nossas ações na sociedade e ficaria difícil vivermos sem elas dada a cultura tecnológica impregnada em tudo que fazemos. Imaginar uma vida sem os recursos digitais seria praticamente impossível diante da dependência dos dias de hoje. Entretanto, ao vivenciarmos essas experiências nos ambientes escolares, da Educação Básica ao Ensino Superior, constatamos que a impregnação das tecnologias, tão presente na vida das pessoas, parece não fazer parte desses contextos. Dessa forma, o problema está colocado: há que se pensar em formas de formar professores no Ensino Superior, de maneira que compreendam como impregnar e integrar TDIC de maneira a potencializar o processo de ensinar. Para solucioná-lo, é necessário que a academia, formadora de futuros professores, redobre esforços no sentido de oferecer estratégias e recursos que amparem o trabalho docente, com uma formação diferenciada e impregnada por TDIC. Portanto, o objetivo desta investigação é avaliar os efeitos e impactos de um programa de formação de professores da Educação Superior em termos de mudanças na prática docente na integração e impregnação de TDIC na formação inicial de estudantes da Universidade.

Docente		Responsável	Categoria
KLAUS JUNIOR	SCHLÜNZEN	SIM	PERMANENTE

Implementação da Disciplina de Libras em EaD na UNESP

Linha de Pesquisa: Práticas e Processos Formativos de Educadores para Educação Inclusiva

Data de Início: 01/04/2015

Financiador: Pró Reitoria de Graduação/UNESP - Cooperação

Descrição: Visando atender ao Decreto Presidencial Nº 5626/05 que regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002 e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a caracterização da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como a primeira língua das comunidades surdas brasileiras e sobre a inclusão da Libras como disciplina curricular nos cursos de graduação, a Universidade Estadual Paulista (UNESP), por meio do Departamento de Estatística (DEst) da Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT), campus de Presidente Prudente, em parceria com a Pró-Reitoria de Graduação (Prograd) tem ofertado a disciplina ora denominada Libras, Educação Especial e Inclusiva, em formato semipresencial, na modalidade a distância, para todos os campi e cursos de Licenciatura e Fonoaudiologia da UNESP. O presente projeto de pesquisa visa averiguar quais têm sido as contribuições da referida disciplina para a formação de professores da educação básica, profissionais da área de Fonoaudiologia e outras áreas em termos de compreensão dos aspectos básicos da comunicação em Libras, compreensão dos aspectos da Educação Especial em uma perspectiva inclusiva e da modalidade de Educação a Distância, caracterizada pelo modelo semipresencial da disciplina. Propõem-se, para tanto, pesquisas de iniciação científica e pós-graduação de caráter qualitativo, vinculadas às linhas de pesquisa Conteúdos e Didática de Libras e Educação a Distância do Grupo de Pesquisa Ambientes Potencializadores para a Inclusão (API). Espera-se, mediante uma análise sistemática da disciplina, caracterizar de que maneira as ações da Prograd estão atendendo à legislação educacional vigente.

Docente		Responsável	Categoria
ELISA TOMOE MORIYA SCHLUNZEN		SIM	PERMANENTE

Formação continuada em Educação Especial e Inclusiva na Rede São Paulo de Formação Docente.

Linha de Pesquisa: Práticas e Processos Formativos de Educadores para Educação Inclusiva

Data de Início: 01/04/2014

Financiador: -

Descrição: A Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) em parceria com a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (SEE/SP) propõe, por meio da Rede São Paulo de Formação Docente (RedeFor) a formação continuada de professores da rede estadual no aperfeiçoamento de seus conhecimentos na oferta de cursos de especialização para professores do ensino básico visando a melhoria do aprendizado dos estudantes com Deficiência (Auditiva, Física, Intelectual e Visual), Transtorno do Espectro Autista (TEA)/Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD) e Altas Habilidades/Superdotação (AH/SD), em uma perspectiva de abordagem da Educação Especial e Inclusiva. O Objetivo geral é analisar o processo de formação de um curso de especialização em educação especial, na modalidade a distância, em diferentes áreas para professores da classe comum, Sala de Recurso, Classes Regidas por Professor Especializado e profissionais em exercício na rede pública de ensino do estado de São Paulo sobre a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Para tanto, participarão do estudo um total de 1600 professores e profissionais da educação vinculados à rede estadual de ensino paulista. Os dados serão coletados por meio de protocolo de dados sociodemográficos e escala de Atitudes Sociais com relação à deficiência. Ao final dos cursos vislumbra-se a possibilidade de que as escolas públicas estaduais criem/ampliem/aprimorem suas condições para receber estudantes de educação especial nas classes comuns, impulsionando, assim, a construção de um sistema inclusivo e plural, aberto às diferenças e que ofereça acesso e permanência, bem como aprendizagem com qualidade. Número CAAE 26341614.3.0000.5402.

Docente	Responsável	Categoria
ELISA TOMOE MORIYASIM SCHLUNZEN		PERMANENTE

Educação a Distância: Mapeamento da Produção Científica no período de 2006-2014

Linha de Pesquisa: Inovação Tecnológica e Tecnologia Assistiva

Data de Início: 01/04/2014

Financiador: -

Descrição: Este projeto tem como principal objetivo realizar um levantamento da produção do conhecimento sobre a modalidade de Educação a Distância (EaD) no Brasil, a partir de um mapeamento da produção científica da área que tem como foco as teses e dissertações apresentadas em programas de pós-graduação em educação no período de 2006-2014, bem como os artigos científicos publicados em periódicos qualificados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) no mesmo período. O levantamento dessa produção deve resultar na construção de um banco de dados com informações bibliográficas dos trabalhos, acompanhadas de descritores de assuntos e resumos.

Docente	Responsável	Categoria
MARIA LUISA FURLAN COSTA	SIM	PERMANENTE

Avaliação da qualidade de vida e qualidade de vida no trabalho na sociedade hodierna

Linha de Pesquisa: Práticas e Processos Formativos de Educadores para Educação Inclusiva

Data de Início: 01/04/2013

Financiador: -

Descrição: Avaliação da qualidade de vida e qualidade de vida no trabalho na sociedade hodierna.

Docente	Responsável	Categoria
BRUNO PEDROSO	SIM	PERMANENTE

Vivendo o intercâmbio a UEPG apoia você

Linha de Pesquisa: Práticas e Processos Formativos de Educadores para Educação Inclusiva

Data de Início: 01/04/2012

Financiador: -

Descrição: Vivendo o intercâmbio a UEPG apoia você.

Docente	Responsável	Categoria
EDINA SCHIMANSKI	SIM	PERMANENTE

A Escola e a Educação para a Paz: ações de intervenção educativa

Linha de Pesquisa: Práticas e Processos Formativos de Educadores para Educação Inclusiva

Data de Início: 04/09/2017

Financiador: Universidade Estadual do Maranhão

Descrição: No pensamento de Paulo Freire encontra-se presente as bases para se refletir sobre a atuação de professores (as) que contemple propostas da educação para a paz, pautadas nos ideais de Liberdade, Autonomia e Emancipação, nelas vislumbram-se o que este grande estudioso propunha pensando um projeto de educação de escola e de ensino que possibilitaria formar o (a) estudante numa perspectiva mais humana e democrática, propiciadora de um mundo melhor. O objetivo deste projeto é refletir sobre a possibilidade de se pensar uma proposta de atuação de professores (as), que contemple os pressupostos do pensamento de Paulo Freire, conforme expressos nos quatro passos do seu Método e nas teses sobre utopia.

Docente		Responsável	Categoria
SANDRA RODRIGUES SANTOS	REGINA DOS	SIM	PERMANENTE

O potencial de Interação em Cursos EaD: A vivência do Estar Junto Virtual no Curso de Pedagogia Semipresencial da UNESP

Linha de Pesquisa: Práticas e Processos Formativos de Educadores para Educação Inclusiva

Data de Início: 01/04/2016

Financiador: Fundação para o Desenvolvimento da UNESP - Outra.

Descrição: Pretende-se neste projeto de pesquisa, vinculado à FUNDUNESP - Coordenadoria de Convênios e Projetos, estudar como desenvolver a EaD com base no Estar Junto Virtual. Tentaremos aplicá-lo no desenvolvimento dos nossos cursos a distância, particularmente no curso de Pedagogia - segunda edição. O modelo proposto pela UNESP para a EaD é um modelo web, com polos onde os estudantes são reunidos semanalmente, sendo a integração entre os pólos e a interação tutores, orientadores, professores especialistas, estudantes, materiais de ensino os nossos maiores propósitos. Com o uso do AVA Moodle e com as aulas presenciais pretendemos chegar o mais próximo possível de um curso que tem o EJV como parâmetro formativo. O objetivo geral do projeto é estudar os desafios colocados pela modalidade web de cursos, no sentido de verificar os potenciais de ocorrência do EJV no desenvolvimento das interações ao longo do curso buscaremos os dados no Curso de Pedagogia Semipresencial da UNESP em parceria com a Prefeitura de São Paulo que será desenvolvido entre fevereiro de 2016 e julho de 2019. Nossa equipe de trabalho em primeiro lugar fará estudos bibliográficos sistemáticos sobre a modalidade web na educação a distância. Buscaremos nas bibliotecas digitais aportes que constituirão um acervo de referência para os estudos de EaD em geral e, particularmente, a modalidade web com as características definidas de desenvolvimento no EJV. Utilizaremos a plataforma AVA Moodle do nosso curso, para buscarmos os registros dos alunos em termos do desenvolvimento das ações que caracterizam o EJV. Esses registros serão obtidos em vários momentos e etapas da realização do curso. Semanalmente faremos reuniões virtuais com os orientadores de disciplinas e orientadores de turma anotando as suas observações

sobre o desenvolvimento do curso naquela semana em termos das atividades desenvolvidas, dos materiais usados, do uso da plataforma pelos alunos e das suas participações como tutores e orientadores.

Docente	Responsável	Categoria
ELISA TOMOE MORIYA SCHLUNZEN	SIM	PERMANENTE

Implementação de ferramentas de acessibilidade em Objetos Educacionais (OE) para a Educação Inclusiva

Linha de Pesquisa: Inovação Tecnológica e Tecnologia Assistiva

Data de Início: 01/04/2013

Financiador: -

Descrição: Atualmente, muito tem se falado sobre a Acessibilidade de Estudantes Público-Alvo da Educação Especial (EPAEE) em todas as etapas e modalidades da educação. Neste sentido, a busca de estratégias para tornar as Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação ? TDIC mais acessíveis tem sido um grande desafio para os profissionais que desenvolvem atividades com o intuito de favorecer a inclusão e o acesso de todas as pessoas ao mundo digital independente de suas limitações físicas e cognitivas. Para tanto, o presente projeto visa promover pesquisas que englobam a análise de dispositivos de acessibilidade em recursos digitais (Objetos Educacionais) com vista a implementá-las e disponibilizá-las no repositório internacional Banco Internacional de Objetos Educacionais (BIOE) do Ministério da Educação. A equipe responsável pela catalogação dos objetos disponíveis no BIOE em seu trabalho tecnológico e pedagógico sentiu essa necessidade de torná-los acessíveis de modo que contemple todos os EPAEE.

Docente	Responsável	Categoria
KLAUS SCHLÜNZEN JUNIOR	SIM	PERMANENTE

Uso de Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação para a Inclusão Social, Digital e Educacional de Pessoas com Necessidades Especiais

Linha de Pesquisa: Inovação Tecnológica e Tecnologia Assistiva

Data de Início: 01/04/2005

Financiador: -

Descrição: O projeto aborda a temática da Inclusão quer no âmbito escolar, social, digital ou profissional, atualmente foco de reflexão em todos os setores, principalmente dentro do campo acadêmico. O grupo de pesquisa Ambientes Potencializadores para Inclusão (API) realiza, desde 2002, estudos e estratégias pedagógicas e de formação de professores para a promoção da inclusão digital, social e educacional de Pessoas com Necessidades Especiais, inseridas em um ambiente denominado: Construcionista, Contextualizado e Significativo (CCS), para o desenvolvimento de projetos. Para tanto, o projeto visa a formação inicial dos estudantes dos cursos de licenciatura da unidade e também a formação em serviço de professores da rede regular da região. A metodologia adotada (análise teórica e metodológica para fundamentação teórica, entrevistas, estudo das patologias, elaboração de atividades contextualizadas, entre outras), tem contribuído tanto para a construção do conhecimento e para o afloramento da afetividade e sociabilidade dos atendidos, quanto para a formação dos agentes atuantes no projeto. Deste modo, os avanços obtidos (desenvolvimento afetivo, social e cognitivo) até 2014 comprovam que é possível alcançar a inclusão dessas pessoas, desde que seu potencial e não suas limitações sejam evidenciadas e exploradas, de forma que expressem seus valores, ideias e habilidades.

Docente		Responsável	Categoria
KLAUS JUNIOR	SCHLÜNZEN	SIM	PERMANENTE

Educação e Interculturalidade. O reconhecimento das diferenças no ambiente escolar

Linha de Pesquisa: Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva

Data de Início: 01/04/2016

Financiador: -

Descrição: O Projeto tem por objetivo central realizar atividades pedagógicas que envolvam diretamente estudantes e professores da Escola Municipal Salomé Carvalho, com vistas a propiciar o reconhecimento das diferenças existentes entre os sujeitos e a constituição de conceitos relativos à interculturalidade. Perifericamente, tal objetivo se inscreve no fortalecimento da atuação de professores (as) no combate ao preconceito, racismo, discriminação e intolerâncias sofridas por estudantes em escolas da rede pública de educação do Município de Marabá-PA.

Docente		Responsável	Categoria
ANA RODRIGUES GOMES	CLEDINA	SIM	PERMANENTE

Questão ambiental, gênero e condição de pobreza

Linha de Pesquisa: Práticas e Processos Formativos de Educadores para Educação Inclusiva

Data de Início: 01/04/2013

Financiador: -

Descrição: Questão ambiental, gênero e condição de pobreza

Docente	Responsável	Categoria
EDINA SCHIMANSKI	SIM	PERMANENTE

Vivendo o intercâmbio a UEPG apoia você

Linha de Pesquisa: Práticas e Processos Formativos de Educadores para Educação Inclusiva

Data de Início: 01/04/2012

Financiador: -

Descrição: Projeto que visa diálogos culturais no desenvolvimento de atividades com alunos estrangeiros estudantes da graduação e pós- graduação.

Docente	Responsável	Categoria
EDINA SCHIMANSKI	SIM	PERMANENTE

Linguagens, processos de alfabetização e letramentos na educação escolar e não escolar

Linha de Pesquisa: Práticas e Processos Formativos de Educadores para Educação Inclusiva

Data de Início: 01/04/2017

Financiador: -

Descrição: Desenvolve estudos e pesquisas dos processos de alfabetização e letramentos em escolas públicas, que abrangem um amplo universo de códigos linguísticos, numéricos e tecnológicos, os quais têm se modificado historicamente, e são fundamentais à elevação da qualidade da educação básica, mediante estudos avançados nos cursos de formação de professores em nível superior, nos quais sejam disseminados esses conhecimentos, garantindo o domínio teórico-prático da área das linguagens aplicadas aos processos educativos na educação escolar e não-escolar.

Docente	Responsável	Categoria
MARCIA RAIKA E SILVA LIMA	SIM	PERMANENTE

Formação histórica e cultural de grupos étnico-raciais do Maranhão e seus códigos de resiliência.

Linha de Pesquisa: Práticas e Processos Formativos de Educadores para Educação Inclusiva

Data de Início: 01/04/2017

Financiador: -

Descrição: Desenvolve estudos e pesquisas sobre as etnias africanas e indígenas que constituem os povos originais do Maranhão. O objetivo primordial é produzir conhecimento acerca da constituição histórica, cultural e antropológica desses grupos, aprofundando pesquisas sobre os diferentes códigos de resiliência que se expressam na formação linguística, na prática de crenças religiosas, bem como nas formas de sobrevivência econômica, social, cultural e educacional, em territórios quilombolas e indígenas.

Docente	Responsável	Categoria
MARCIA RAIKA E SILVA LIMA	SIM	PERMANENTE

Formação Continuada em Educação Especial e Inclusiva na Rede São Paulo de Formação Docente

Linha de Pesquisa: Práticas e Processos Formativos de Educadores para Educação Inclusiva

Data de Início: 23/10/2014

Financiador: SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO PAULO

Descrição: A Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP) em parceria com a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (SEE/SP) propõe, por meio da Rede São Paulo de Formação Docente (RedeFor) a formação continuada de professores da rede estadual no aperfeiçoamento de seus conhecimentos na oferta de cursos de especialização para professores do ensino básico visando a melhoria do aprendizado dos estudantes com Deficiência (Auditiva, Física, Intelectual e Visual), Transtorno do Espectro Autista (TEA)/Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD) e Altas Habilidades/Superdotação (AH/SD), em uma perspectiva de abordagem da Educação Especial e Inclusiva. O Objetivo geral é analisar o processo de formação de um curso de especialização em educação

especial, na modalidade a distância, em diferentes áreas para professores da classe comum, Sala de Recurso, Classes Regidas por Professor Especializado e profissionais em exercício na rede pública de ensino do estado de São Paulo sobre a Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva. Para tanto, participarão do estudo um total de 1600 professores e profissionais da educação vinculados à rede estadual de ensino paulista. Os dados serão coletados por meio de protocolo de dados sociodemográficos e escala de Atitudes Sociais com relação à deficiência. Ao final dos cursos vislumbra-se a possibilidade de que as escolas públicas estaduais criem/ampliem/aprimorem suas condições para receber estudantes de educação especial nas classes comuns, impulsionando, assim, a construção de um sistema inclusivo e plural, aberto às diferenças e que ofereça acesso e permanência, bem como aprendizagem com qualidade. Número CAAE 26341614.3.0000.5402.

Docente	Responsável	Categoria
MARIA CANDIDA SOARES DEL MASSO CLAVISIO	SIM	PERMANENTE

Envelhecimento, Educação Formal e Não-Formal

Linha de Pesquisa: Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva

Data de Início: 23/10/2010

Financiador: UNESP E PUCSP

Descrição: A pesquisa "Envelhecimento, Educação Formal e Não-Formal" integra o Grupo de Pesquisa "Educação, Longevidade e Qualidade de Vida", situa-se na interface entre Educação e Gerontologia, objetivando mapear e caracterizar instituições e outros espaços de convivência de idosos, onde se realizam atividades sócioeducacionais, identificando programas com pessoas idosas, concepções de educação e representações sociais sobre essas vivências. Na primeira etapa, encerrada em 2009, foram mapeados os programas para idosos existentes na Cidade de São Paulo, com base nos conceitos de educação, longevidade e qualidade de vida, considerando o significado do processo de envelhecimento e da realidade da velhice, tendo em vista a elaboração de novos paradigmas das práticas educativas com idosos. Principais resultados constam de artigo da Revista Kairós-Caderno Temático vol. 5 (2009), com o título "Gerontologia: o estado da arte" e subtítulo "Educação, Comunicação e Longevidade". A segunda etapa da pesquisa "Envelhecimento, Educação Formal e Não-Formal", iniciada em 2010, caracteriza-se como pesquisa interinstitucional (envolve pesquisadores da PUC-SP e UNESP) e tem como objetivo a investigação das concepções sobre envelhecimento e educação de idosos frequentadores de Universidades Abertas à Terceira Idade do Estado de São Paulo. A metodologia adotada, de abordagem qualitativa, propicia a visualização de diferentes maneiras de entender a velhice, considerando as múltiplas formas de aprendizagem vivenciadas pelo segmento idoso. A coleta de dados inclui a realização de entrevistas e o lócus da pesquisa se caracteriza por Instituições de Ensino Superior – IES- públicas e privadas que possuem programas destinados a pessoas idosas. Integram esse contexto alguns campi da Universidade do Estado de

São Paulo - UNESP e Universidades Comunitárias do Estado de São Paulo. Para 2015 e 2016 estão previstas as seguintes atividades: a) Encaminhamentos pertinentes à submissão do projeto ao Comitê de Ética; b) Capacitação dos alunos para realização da coleta de dados; c) Análise dos dados; d) Elaboração de Relatório e Artigo com os resultados da pesquisa para publicação em periódicos da Área. Pretende-se, também, divulgar os resultados obtidos em eventos na área das Ciências Humanas. Reafirmamos que esta pesquisa propiciará a construção de conhecimentos de modo a explicitar a diversidade de concepções dos alunos integrantes das UNATIS existentes nas IESs pesquisadas, considerando a diferenciação da natureza organizacional das mesmas.

Docente	Responsável	Categoria
MARIA CANDIDA SOARES DEL MASSO CLAVISIO	SIM	PERMANENTE

Aprendizagem dos Cursistas em Formação Continuada: pontos e contrapontos na EaD

Linha de Pesquisa: Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva

Data de Início: 01/08/2017

Financiador: FundUNESP

Descrição: A universidade pública exerce uma importante função política, econômica e social no país, seja por meio da formação de profissionais, seja pelo desenvolvimento de estudos e pesquisas que atendam à demanda da sociedade, primando pelos direitos dos cidadãos em diferentes níveis de aprendizagem. Consideramos fundamental a iniciativa de ofertar cursos a distância que favoreçam a configuração de um sistema de ensino inclusivo, atuando na promoção de práticas educacionais no uso das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) e na investigação dos aspectos que norteiam tais práticas. Nesta pesquisa pretendemos analisar o perfil dos cursistas que concluíram seus cursos a distância, no ano de 2017, em diferentes níveis. Tomaremos como base o contexto profissional do cursista quando do seu ingresso no respectivo curso, dados esses disponíveis no Perfil do cursista. Pretendemos também investigar quais os avanços e dificuldades encontrados no Ambiente Virtual de Aprendizagem no uso das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC) no decorrer do curso para a realização das atividades das disciplinas realizadas, dados esses que nos darão subsídios para ações futuras. O campo de investigação deste estudo consiste nos cursos cadastrados, realizados e encerrados no ano de 2017. Neste contexto, a pesquisa pretende analisar os impactos que os cursos trouxeram a seus participantes, quer no aspecto profissional, quer no acadêmico, identificando os possíveis pontos positivos e negativos, vivenciados durante a realização das diferentes atividades e das avaliações dos cursos.

Docente	Responsável	Categoria
MARIA CANDIDA SOARES DEL MASSO CLAVISIO	SIM	PERMANENTE

Educar Todos com Todos: Capacitação inicial e continuada de professores na perspectiva da educação inclusiva

Linha de Pesquisa: Práticas e Processos Formativos de Educadores para Educação Inclusiva

Data de Início: 02/01/2017

Financiador: Prograd-UNESP

Descrição: Para a ampliação da pesquisa, ora proposta, esse grupo de estudos constituído pelos professores das salas regulares com alunos inclusos, os professores do AEE juntamente aos bolsistas do Núcleo de Ensino, a equipe de profissionais da Coordenação da Educação Especial de Assis; o Coordenador deste projeto, Dr. Eduardo Galhardo, promoverá atividades para discussão de novas estratégias para uma escola cada vez mais inclusiva. Para tanto pretende-se, por meio de encontros periódicos, realizar atividades formativas de forma colaborativa com utilização de metodologias ativas apoiadas com ambiente virtual de aprendizagem (curso no Moodle). Sendo assim, no início do ano letivo mapearemos os estudantes que integram o público alvo da educação especial matriculados nas escolas da Secretaria Municipal de Educação, seus professores de sala regular e os do AEE. Com este grupo de professores que atuam diretamente com os estudantes em 2017 desenvolveremos atividades formativas visando promover de fato a Inclusão e consequentemente desenvolver atividades de caráter formativo com a adoção de metodologias ativas a fim de atingir o objetivo maior de educar todos com todos. Portanto este Projeto propõe desenvolver ações de caráter interdisciplinar em parceria com a Secretaria Municipal de Educação do Município de Assis com a participação de Bolsistas da UNESP atuando de forma conjunta com a participação do grupo criado após levantamento dos dados sobre os alunos inclusos no ensino regular integrando os professores com os especialistas das Salas de Recursos.

Docente	Responsável	Categoria
EDUARDO GALHARDO	SIM	PERMANENTE

12 FINANCIAMENTOS

A execução do curso de Mestrado Profissional em Rede em Educação Inclusiva, no âmbito do CEAD/UDESC, pelo seu caráter público e gratuito, não disporá de nenhuma fonte de financiamento externa, exceto às permitidas nas Resoluções da UDESC.

12.1 Impacto Financeiro

A Resolução nº 073/2011 do CONSUNI, que regulamenta a ocupação docente, prevê a redução de carga horária do corpo de professores no caso de atuação em cursos de pós-graduação. A alocação de carga horária no ensino passa de 12 (doze) para 8 (oito) horas, com o mínimo de 4 (quatro) horas na graduação. Neste caso, o impacto financeiro é mínimo, dada a exclusão de 01 professora e a inclusão de 03 professoras. É importante salientar que tal fato pode ser considerado investimento na qualidade do ensino e na maior produtividade em pesquisa científica.



Assinaturas do documento



Código para verificação: **L9B5K4A3**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



GABRIELA MARIA DUTRA DE CARVALHO (CPF: 032.XXX.742-XX) em 29/06/2022 às 21:27:38

Emitido por: "SGP-e", emitido em 30/03/2018 - 12:43:45 e válido até 30/03/2118 - 12:43:45.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/VURFU0NfMTlwMjc2OTFfMjc3NDZfMjAyMI9MOUI1SzRBMw==> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **UDESC 00027691/2022** e o código **L9B5K4A3** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.